“Figueira 2030, território sustentável do Atlântico”

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA FIGUEIRA DA FOZ

FIGUEIRA DA FOZ

SETEMBRO DE 2014

Índice

1. Processo de construção do plano estratégico 8

2. Visão/Ambição 11

3. Estratégia – Metas Gerais 19

3.1 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 21

3.1 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 22

3.1.1 História 22

3.1.2 Diagnóstico do Território 25

3.1.2.1 Condicionantes 26

3.1.2.2 Enquadramento normativo 32

3.1.3 Análise SWOT – Ordenamento do Território 36

3.1.4 Ordenamento do Território – Eixos Estratégicos 37

3.2. Ambiente 38

3.2.1 – Espaços Verdes 39

3.2.1.1 - Diagnóstico 39

3.2.1.2 – Espaços Verdes – Análise Swot 40

3.2.1.3 – Espaços Verdes – Eixos Estratégicos de Intervenção 41

3.2.2 – Energia 41

3.2.2.1 – Energia - Diagnóstico 41

3.2.2.2 – Energia – Análise SWOT 44

3.2.2.3 – Energia – Eixos Estratégicos de Intervenção 45

3.2.3 – Resíduos e Limpeza Urbana 46

3.2.3.1 – Diagnóstico 46

3.2.3.2 – Análise SWOT 50

3.2.3.3 –Eixos Estratégicos de Intervenção 50

3.2.4 – Gestão de Recursos Hídricos 51

3.2.4.1 – Diagnóstico 51

3.2.4.2 – Gestão dos Recursos Hídricos – Eixos Estratégicos de Intervenção 56

3.2.5 – Mobilidade e Transportes 57

3.2.5.1 – Diagnóstico 57

3.2.5.2 – Mobilidade e Transportes – Análise SWOT 59

3.2.5.3 – Mobilidade e Transportes – Eixos Estratégicos de Intervenção 60

3.4. Desenvolvimento 61

3.4.1 –Redes de Acessibilidades 62

3.4.1.1. – Diagnóstico 62

3.4.2.1. – Acessibilidades – Análise SWOT 68

3.4.2.1. – Acessibilidades – Eixos Estratégicos de Intervenção 69

3.4.2 – Tecido Empresarial e Industrial 70

3.4.2.1. – Tecido Empresarial e Industrial - *Diagnóstico* 70

3.4.2.2. – Tecido Empresarial e Industrial – Análise SWOT 77

3.4.2.3. – Tecido Empresarial e Industrial – Eixos Estratégicos 78

3.4.3 – Mar 79

3.4.3.1. – Diagnóstico 79

3.4.3.2. – MAR – Análise SWOT 84

3.4.3.3. – MAR – Eixos Estratégicos 85

3.4.4 – Agricultura e Florestas 86

3.4.4.1. – Diagnóstico 86

3.4.4.2. – Agricultura e Florestas – Análise SWOT 89

3.4.4.3. – Agricultura e Florestas – Eixos Estratégicos 90

3.4.5 – Turismo 90

3.4.5.1. – Diagnóstico 90

3.4.5.2. – Turismo – Análise SWOT 96

3.4.5.3. – Turismo – Eixos Estratégicos 97

3.4 Sociedade 98

3.4.1 Demografia 99

3.4.1.1 Demografia - Diagnóstico 99

3.4.1.2 Demografia – Análise SWOT 106

3.4.1.3 Demografia – Eixos Estratégicos de Intervenção 107

3.4.2 Educação e Formação 108

3.4.2.1 Educação e Formação - Diagnóstico 108

3.4.2.2 Educação e Formação – Análise SWOT 112

3.4.2.3 Educação e Formação – Eixos Estratégicos de intervenção 113

3.4.3. Serviços e equipamentos sociais 113

3.4.3.1 Serviços e Equipamentos Sociais - Diagnóstico 113

3.4.3.2 Serviços e Equipamentos Sociais – Análise SWOT 118

3.4.3.3 Serviços e Equipamentos Sociais – Eixos Estratégicos de Intervenção 119

3.4.4. Espaços e atividades desportivas 120

3.4.4.1 Espaços e Actividades Desportivas - Diagnóstico 120

3.4.4.2 Espaços e Actividades Desportivas – Análise SWOT 128

3.4.4.3 Espaços e Actividades Desportivas – Eixos de Intervenção 129

3.5 Cultura 130

3.5.1.1 Cultura - Diagnóstico 131

3.5.1.2 Cultura – Análise SWOT 140

3.5.1.3 Cultura – Eixos Estratégicos de Intervenção 141

Bibliografia 143

NOTA INTRODUTÓRIA

"A Pátria vive mais do futuro que do passado e do presente"

Joaquim de Carvalho in *Compleição do Patriotismo Português*

Mensagem do Presidente:

É de Séneca, o famoso intelectual romano, a afirmação de que "para quem navega sem rumo, todos os ventos são desfavoráveis".

Para os agentes políticos, a expressão ganha redobrado significado. Ao exercício político exige-se a afirmação de um sentido. A definição de um rumo.

Esse sentido que se requer da acção política confere, por um lado, no plano concelhio, transparência à actividade autárquica e, por outro lado, dá mais capacidade aos cidadãos de avaliar a qualidade das políticas públicas municipais.

O plano estratégico que agora se apresenta para debate público pretende ser a expressão sistematizada desse mesmo rumo. Este plano pretende igualmente constituir o suporte teórico do conjunto de instrumentos de gestão territorial que venham a ser criados ou alterados.

Na elaboração deste documento procurou o executivo municipal seguir um conjunto de orientações básicas que emprestassem ao plano a máxima utilidade. Vale a pena fazer o elenco desse conjunto de orientações.

Em primeiro lugar, procurou-se que o plano tenha um horizonte temporal de aplicação que lhe dê características de uma ferramenta de trabalho duradoura. Tenho, frequentemente, insistido na importância da estabilidade e da previsibilidade das políticas públicas e pretende-se que este plano contribua para esse desiderato. O horizonte longo para que o plano é gizado implica também que, na sua concepção, não sejam afastados alguns dos grandes projectos que hoje se podem afigurar de concretização mais complexa.

Em segundo lugar, está presente a preocupação de que o plano transcenda as fronteiras da circunstância política. Um rumo pensado a dez anos compromete os actores actuais mas também os vindouros, independentemente das suas perspectivas. É por isso que queremos alargar o mais possível o espaço de debate do documento, reunindo o contributo de todos aqueles que se disponham a valorizar o documento, sejam agentes políticos, económicos, sociais, ou simples cidadãos ou grupos de cidadãos que queiram associar-se à causa da valorização da nossa terra.

Em terceiro lugar, o presente documento quer-se adaptável e flexível. A história corre hoje muito rapidamente. A ciência e a tecnologia, a dinâmica demográfica, os novos negócios e as dinâmicas sociais correm hoje a velocidades nunca vistas. Planear a dez anos é sempre um exercício de risco. É por isso que não vemos o plano ora apresentado com um trabalho fechado, insensível aos sinais que os tempos forem dando. Ele ficará aberto a revisões futuras, sempre capaz de integrar o que de melhor for resultando dos esforços e das intervenções de todos os agentes interessados. Sem perder os seus elementos nucleares – centrados no equilíbrio entre a eficiência económica, a preservação ambiental, a justiça social e a liberdade individual – o plano não se fecha em si mesmo como um elenco de verdades acabadas insusceptíveis de alteração e melhoramento.

Todos comungamos uma aspiração. A de um concelho próspero, saudável, sustentável, amigo dos seus residentes, dos visitantes, dos investidores. O sítio mágico que recebe o rio e sai para o Atlântico. O lugar do encontro. De um encontro que tem menos saudade de um passado que não volta e mais vontade de um futuro a construir. É isso que a todos nos anima. Se este documento ajudar a dar um passo nessa direcção, cumpriu a sua finalidade. Obrigado a todos!

_____

João Albino Raínho Ataíde das Neves

1. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) da Figueira da Foz é um documento de gestão orientado para definir as principais prioridades do município para os próximos 10 anos. Trata-se, portanto, de um documento escrito que especifica o rumo de acção que a Câmara Municipal da Figueira da Foz seguirá no futuro.

O planeamento estratégico visa assim definir e realizar um projeto de cidade/concelho, reforçando a competitividade e melhorando a qualidade de vida de todos os cidadãos do concelho da Figueira da Foz. Para tal, este processo deverá unificar visões, coordenar a atuação pública e privada e estabelecer um quadro coerente de mobilização e cooperação dos atores com relevância no território.

O PED foi elaborado na óptica de conferir estabilidade de longo prazo e coerência às políticas públicas municipais e deve estabelecer as linhas orientadoras que fundamentarão o processo de revisão do PDM que se pretende lançar.

A aplicação das metodologias do planeamento estratégico às políticas de desenvolvimento territorial, tem sido apontada desde há algum tempo, como uma solução pragmática e funcional na resposta aos contínuos desafios com que as comunidades se deparam, especialmente aquelas que integram áreas urbanas de média e grande dimensão. No caso do Concelho da Figueira da Foz, a opção passou por realizar um longo e participativo processo de definição do que deveria ser o desenvolvimento socioeconómico do concelho nas próximas décadas, assumindo como base que este deveria assentar numa filosofia de território sustentável, apresentando como alavanca de desenvolvimento, tal como foi referido, um plano estratégico para o território concelhio.

O Plano Estratégico aqui apresentado é o resultado do processo da Agenda 21 Local do Concelho da Figueira da Foz que mobilizou as instituições e a sociedade civil locais num processo transparente, eficiente, construtivo e virado para a ação, tendo por objetivo fundamental aumentar a qualidade de vida da população presente sem hipotecar a qualidade de vida das gerações futuras.

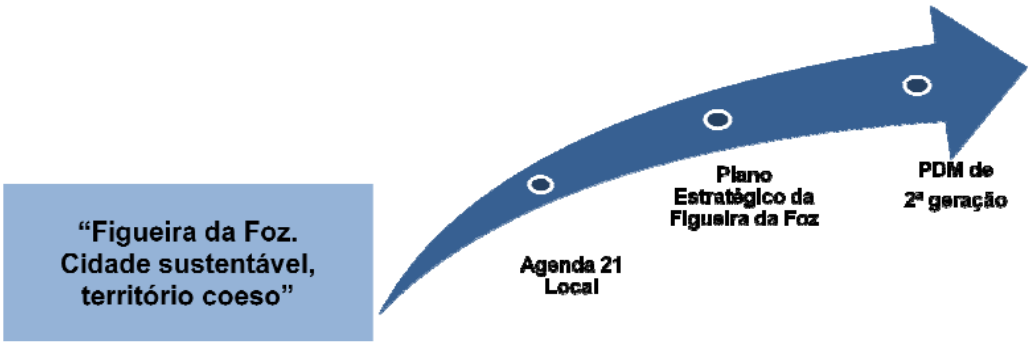


Figura 1 – Estrutura do projecto Estratégico para o Município da Figueira da Foz.

Partindo de um diagnóstico da situação atual de referência[i] e estabelecendo metas a alcançar nas vertentes da proteção do ambiente, desenvolvimento socioeconómico e coesão social, a abordagem seguiu uma lógica de visão estratégica complementar, procurando definir um projeto de desenvolvimento sustentado para o território da Figueira da Foz. Portanto, o Plano Estratégico e a Agenda 21 Local desenvolveram-se através de um longo e participativo processo de definição do que deverá ser o município nas próximas décadas, e foi implementado tendo como base, uma filosofia de "Cidade Sustentável, Território Coeso".

Tendo como princípios orientadores a coesão territorial e a justiça social, tiveram-se em conta os atores individuais; os jovens e os idosos; os estudantes e os ativos; os empresários e os profissionais de múltiplas áreas; tiveram-se *ainda* em consideração as instituições e as empresas; os residentes de permanência mais ou menos contínua mas também os turistas, os que se movimentam e todos aqueles que, de algum modo, têm territorialidades que envolvem a Figueira da Foz, como os proprietários de residências secundárias, atores que seria importante vincular e associar aos destinos da cidade e do município.

A equipa de trabalho seguiu um calendário de reuniões com diferentes atores individuais e institucionais, com empresários de múltiplas áreas económicas, com partidos políticos, escolas e associações diversificadas.

Estas reuniões de trabalho seguiram a lógica de envolvimento de atores de três áreas essenciais neste plano estratégico: os setores económicos; a área social e educativa; o domínio patrimonial, este aqui entendido enquanto conceito amplo que envolve quer o património natural, quer o património cultural.

Na elaboração deste documento de trabalho, tiveram-se em consideração estudos de caso idênticos, centros urbanos e espaços municipais, à escala nacional e internacional, semelhantes e com trajetórias próximas. Estabeleceram-se comparações, consultaram-se outros planos estratégicos, confrontaram-se as ideias da equipa com trabalhos já efetuados.

Neste trabalho, a Figueira da Foz não é focada, em termos absolutos, como se se tratasse de um ponto isolado no espaço. Pelo contrário, tudo se construiu e analisou tendo em conta os desafios que se prevêem em contextos geográficos mais alargados: o Baixo Mondego, Região de Coimbra e a Região Centro; o corredor multipolar e geograficamente difuso entre as duas áreas metropolitanas; a Península Ibérica e, pelo menos, a União Europeia.

Tiveram-se em consideração as relações de continuidade geográfica, os territórios de vizinhança e contiguidade espacial, mas também aqueles que se constroem com interações espaciais descontínuas ou definidas por outras escalas. As dinâmicas gerais do território português mas também o que se espera da Europa foram aqui fatores importantes de decisão.

Em 2009, iniciou-se um Novo Rumo no município da Figueira da Foz; um Rumo em que importava devolver a esperança aos figueirenses. Era necessário Acreditar de Novo. De modo a devolver a confiança aos figueirenses

foi necessário “arrumar a casa”, retomar a autoridade administrativa da câmara, repor a confiança perdida nos agentes locais.

Em Fevereiro de 2014, o Município deixou de ter dívidas a fornecedores e tem um prazo médio de pagamento inferior a 58 dias e está em total cumprimento dos critérios de aferição do Plano de Saneamento Financeiro a decorrer.

A gestão virtuosa dos dinheiros públicos permite ao município estabelecer agora uma plano estratégico consolidado no conhecimento profundo da sua capacidade financeira bem como da situação social, económica, ambiental e cultural.

O ponto de partida para a definição do Plano Estratégico foi a definição de uma visão geral fundamentada para o concelho. Da Visão, tendo em consideração os quatro vectores para a sustentabilidade, emanaram os Objectivos ou Eixos Estratégicos principais para cada tema analisado e considerado prioritário. Os eixos estratégicos foram desmontados em diversas acções por forma a concretizar na prática e a médio prazo os referidos objectivos.

2. VISÃO/AMBIÇÃO

"Figueira 2030, território sustentável do Atlântico"

Cidade sustentável e um Território coeso.

A capacidade de resposta de uma comunidade e de um território depende não só de recursos humanos resilientes e capacitados, conhecedores e filiados com o espaço geográfico mas também de uma gestão virtuosa, com contas consolidadas que garantam-um equilíbrio sustentado do município.

É a melhoria contínua da qualidade de vida que sedimentará e fixará todas as gerações ao território. A excelência urbana, o ordenamento do território, a regeneração e reabilitação dos lugares são valores que se devem estender a todo o concelho. Implicam bem-estar, atratividade, imagem positiva e marketing positivo, para a comunidade social que aqui vive, mas também para os que chegam (dos turistas aos empresários), dos visitantes aos potenciais novos residentes.

Esta visão prevê a construção de um território de confiança, quer para a comunidade endógena, quer para os atores externos. **Um lugar que estimule, um território de oportunidades**.

As oportunidades deverão assentar na capacidade criativa e na inovação. A criação de valor efetivo e potencial nos setores do mar, agricultura, exploração florestal, indústria e turismo com base nos recursos endógenos e nas

infraestruturas de transporte, logística e de suporte ao desenvolvimento empresarial que já operam no município emergem como forças indiscutíveis a potenciar cada vez mais.

Estas oportunidades não se concretizarão sem a aposta inequívoca nas conectividades, nas articulações com os espaços geográficos de vizinhança (Baixo Mondego, Região de Coimbra) mas também com os lugares mais distantes (aproveitando e promovendo as acessibilidades logísticas rodoviárias, ferroviárias e marítimas), na definição de eixos naturais de contacto e de corredores privilegiados de relações.

Esta conetividade faz-se pelas infraestruturas começando pelas portuárias, rodoviárias e ferroviárias, pelos parques industriais e plataformas logísticas mas também pelas pontes institucionais, pelas mobilidades e pelos fluxos, pelas iniciativas empresariais e outras, com especial destaque para a educação.

Melhorar a eficiência e eficácia, a rapidez, o planeamento e sobretudo a transparência dos serviços municipais são um desígnio intrínseco a esta visão.

Por isso, esta abordagem estratégica não perde de vista um conjunto de ambições e orientações que, apontam para uma Figueira relevante, coesa, atrativa, consequente, uma Figueira de oportunidades e qualidade de vida.

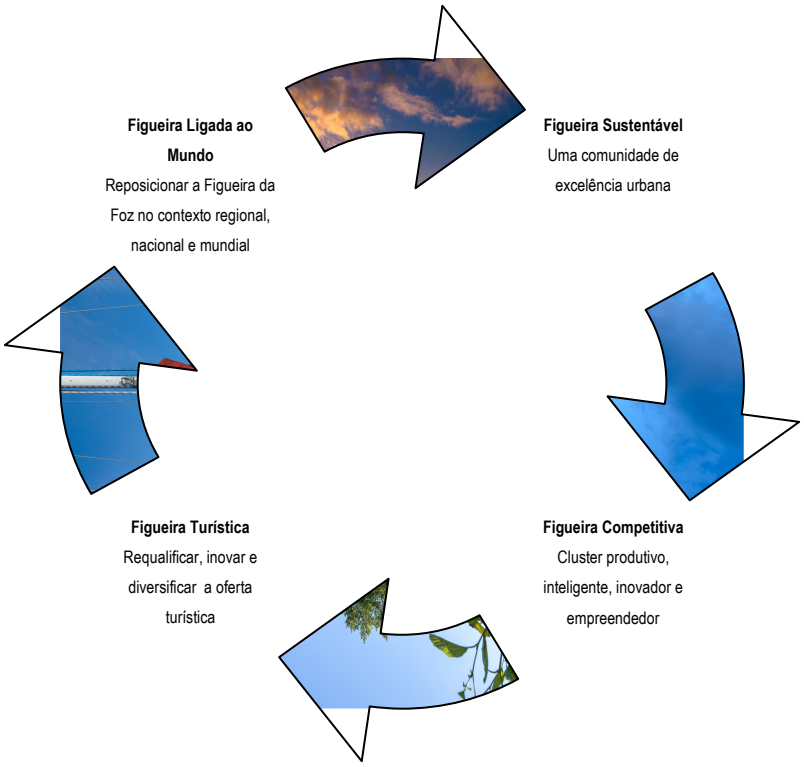


Figura 2 - Figueira de oportunidades e qualidade de vida.

Figueira Ligada ao Mundo:

A conectividade passa principalmente pelo reforço do grau de parceria entre o município, as associações empresariais locais e regionais, a Comunidade Portuária, os outros municípios da região e o sistema científico e tecnológico de modo a que se possa intervir de forma eficaz no domínio do desenvolvimento e coesão territorial.

Reposicionar a Figueira da Foz no contexto regional, como sendo a porta de toda a região centro por via marítima, quer de produtos e matérias-primas, quer de turistas, será uma prioridade. Todas as acessibilidades deverão ser melhoradas sob um ponto de vista integrado e intermodal para garantir um concelho conectado a nível regional e, consequentemente, a nível nacional, europeu e mundial.

Começando pela melhoria das acessibilidades marítimas, aprofundando o canal de navegação, readaptando e aumentando os cais de acostagem, criando plataformas logísticas de suporte e ampliando o parque industrial a sul e construindo novo parque industrial a norte. Passando pela reabilitação e readaptação da interoperabilidade e intermodalidade dos sistemas e infra-estruturas ferroviárias que promovam a competitividade, a reabilitação, a segurança e a sustentabilidade económica e ambiental que ligam o porto da Figueira da Foz a norte, interior e sul do país, incrementando a utilização deste tipo de transporte para escoar e receber mercadorias e passageiros. Finalmente, pela reabilitação e requalificação de todas as infra-estruturas rodoviárias que já servem de modo satisfatório o concelho, mas que deverão continuar a ser beneficiadas de modo a garantir a sua sustentabilidade e utilização e que eliminem constrangimentos existentes.

Por outro lado, de maneira a desenvolver uma economia local mais competitiva e de maior valor acrescentado há que reforçar a ligação ao potencial científico e tecnológico existente na região acolhendo os recursos que as instituições de ensino superior formam anualmente e, consequentemente, concretizar ganhos das taxas de produtividade e de emprego qualificado.

Figueira Sustentável:

É necessária uma abordagem de afirmação da sustentabilidade dos recursos disponíveis. A visão integrada da gestão da energia, apoiando a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores, da gestão dos resíduos, dos espaços verdes, da mobilidade, e dos recursos hídricos do município será considerada numa lógica de custo-benefício a longo prazo de cada novo projecto.

Os planos municipais de ordenamento do território deverão contribuir para um metabolismo urbano com menores entradas de energia e menores saídas de emissões de Gases com Efeito de Estufa.

As medidas de planeamento do território para um baixo carbono, deverão passar pela definição de áreas de reabilitação energética de edifícios, pela redução de área urbanizável, pelo crescimento do solo industrial com

características de intermodalidade e de complementaridade e pela definição de redes para mobilidade de baixo carbono, entre outras medidas.

A reabilitação urbana será um novo paradigma do Urbanismo. Serão delimitadas áreas de reabilitação urbana (ARU's) desde o Bairro Novo à Figueira Antiga, à zona histórica de Buarcos, de Alqueidão e de Maiorca com o objectivo de privilegiar as obras privadas e municipais de reabilitação de edifícios com interesse histórico, cultural e urbanístico.

Um maior aproveitamento da Serra da Boa Viagem, Cabo Mondego e Lagoas, definindo um projecto integrado que regule o uso sustentável destes espaços, promova a educação ambiental e dinamize o potencial de eco-turismo, é também ambição do município.

Será planeado um ordenamento da praia da Claridade e de toda a baía de Buarcos, criando diversas valências e usos das mesmas e dinamizando o seu extenso areal. Aborda-se, assim, a enorme extensão de praia como um ponto forte da cidade.

A nível da educação, serão prioridades não só a manutenção e actualização do parque escolar em funcionamento, bem como os programas de transportes, refeições escolares e apoio na aquisição de livros e material escolar. Assim, relançar-se-á o esforço de combate ao abandono e ao insucesso escolar mediante programas apropriados, como o EPIS e promover-se-á a articulação da educação com as necessidades do tecido empresarial local, apostando no ensino vocacional e profissionalizante e na criação de pólos ou extensões universitárias.

Deverá ser criado um Centro Tecnológico Agro-Alimentar de maneira a formar profissionais deste sector e dar apoio ao nível da investigação aplicada ao desenvolvimento de novos produtos e novos processos produtivos. Este Centro, que servirá toda a região, será desenvolvido com entidades do sistema e tecnológico da região (Universidade de Coimbra, Politécnico, e outros Centros Tecnológicos e Institutos), com empresas âncora do sector sediadas na região e com a própria autarquia. O objectivo fundamental desta organização será o desenvolvimento sustentável do sector agrícola e agro-industrial da região, cativando cada vez mais a sua localização neste município.

Por outro lado, é necessário manter e melhorar os programas sociais que se encontram em curso; da mesma forma, deverão ser concertadas intervenções com entidades da rede social e manter respostas adequadas no terreno às dificuldades das famílias, como os núcleos sociais de inserção e a rede de cooperação interinstitucional.

A segurança dos munícipes também faz parte da visão para o concelho, devendo a protecção civil continuar a ser uma mais valia a preservar numa lógica de salvaguarda dos recursos, pessoas e bens (nomeadamente de proteção contra os incêndios, a erosão da orla costeira e cheias).

Simultaneamente, os esforços de saneamento financeiro a que o município está obrigado e o abrandamento do investimento privado obrigam a um planeamento rigoroso dos investimentos públicos, baseado no princípio da seletividade e orientado para a concretização de um novo modelo competitivo com ganhos de produtividade num contexto amigo do ambiente.

Os serviços camarários, por sua vez, terão de continuar a implementar processos de desmaterialização e desburocratização, de modo a reduzir custos internos e a optimizar o atendimento ao munícipe, melhorando o nível de qualidade e de rapidez.

Figueira Competitiva:

A ambição da política de desenvolvimento estratégico para o Município para as próximas décadas deverá assim assentar num contexto em que, em termos de missão, a Figueira da Foz deve assumir-se como um território de criação de valor e emprego, numa lógica de fixação de pessoas.

É um território rico em recursos endógenos agroflorestais e hídricos e, obviamente, o mar, onde há uma multiplicidade de oportunidades para a dinamização de atividades económicas primárias como a agricultura (arroz, milho, entre outros), silvicultura e pescas (incluindo a aquacultura) e fixação de empresas agro-industriais e industriais.

Assume particular relevo a dinâmica dos agentes privados que, tirando partido de condições de contexto favoráveis, desenvolvam modelos de negócio competitivos na actividade primária relacionada com o mar (desde a aquacultura, a produção de algas, salinicultura, pescas, etc).

No caso do setor primário há que melhorar e promover as capacidades organizacionais dos produtores, que quando conjugadas com as vulnerabilidades das condições de ordenamento e de proteção dos recursos e de suporte à atividade empresarial (onde se destacam questões como a do cadastro, emparcelamento, regadio e certificação), têm limitado o poder de negociação dos produtores nas cadeias de valor e sua capacidade de resposta a compradores mais exigentes.

Tendo em consideração o enorme potencial endógeno é ambição do município potenciar a actividade agro-industrial permitindo para o efeito que esta actividade seja competitiva, pelo que as áreas para implantação deste tipo de actividade deverão ser alargadas.

Estando os espaços destinados à industria praticamente esgotados e tendo como ambição o aumento da produção industrial, principalmente em industrias complementares às que já existem consolidadas e também expansão das existentes, há que ampliar e melhorar o Parque Industrial da Gala criando uma plataforma logística de apoio. Em complemento a Norte do concelho criar-se-á a zona Industrial do Pincho, localizada junto ao nó da auto-estrada A17.

O emparcelamento dos terrenos no Vale do Pranto, a implementação da Bolsas de Terras para projectos florestais e agrícolas integrados terão de ser potenciados para aumentar a competitividade desta actividade primária. Esse movimento conta com a existência, no espaço do município, de empresas com potencial para poderem ser parceiros nestes projectos, tais como as indústrias da pasta e do papel que necessitam de matéria-prima florestal, ou industria agro-alimentar que necessita de cereais (nomeadamente o milho) para as rações dos animais.

Figueira Turística:

Outro grande recurso endógeno do Município da Figueira da Foz e que merece um destaque especial na visão e ambição deste plano estratégico é o turismo nas diferentes vertentes: de praia, de natureza, desportivo e de promoção do património construído e do património cultural e imaterial.

O estuário do Mondego, com as suas salinas e Ilha da Morraceira, a Serra da Boa Viagem e o Cabo Mondego, a Lagoa da Vela, a praia da Claridade - a maior praia da zona Centro - e as outras praias, propícias para desportos de ondas, os passeios pedestres, o património cultural e construído da Figueira da Foz, a própria marina assumem-se como os "ícones" do município, devendo ser integrados nos materiais e eventos de promoção e divulgação.

A Figueira da Foz tem condições excepcionais para atrair cruzeiros e iates, quer pela sua situação geográfica, quer pela sua proximidade a outros locais como Coimbra, património da humanidade de acordo com a classificação da UNESCO.

Quer a marina quer o cais de desembarque estão no coração da cidade, próximos de todo o tipo de oferta turística, desde restaurantes, bares, discotecas, todo o tipo de comércio, serviços, jardins, praia da Claridade, o Centro de Artes e Espectáculos (CAE), a Biblioteca e o Museu, transportes públicos (rodoviário e ferroviário). Pelo que, potenciar a utilização da marina e do porto por cruzeiros e iates são uma ambição do município.

As alterações climáticas e o consequente avanço do mar sobre a orla costeira evidenciam a importância da praia da Claridade face a todas as outras na região centro do país, tornando-se, sem sombra de dúvidas, uma das maiores praias do país e sem ameaça de desaparecer a médio prazo. Este fato é diferenciador e é uma mais valia turística do município devendo ser encarada e usada como tal.

Os desportos de ondas, o surf, a vela, o bodyboard, o kitesurf, entre outros, bem como os desportos de praia são modalidades muito praticadas nas praias do concelho. Esta característica, apesar de existir noutros municípios costeiros, deverá ser vista como uma oferta turística de excelência e deverá desenvolver actividades económicas complementares (comércio, oferta hoteleira, indústria de material desportivo).

A gastronomia, outro recurso da região deverá ser propulsionado, promovendo-se a sua qualidade e diferenciação, tendo como prioridade os pratos típicos da região, confeccionados com produtos locais, principalmente com pescado.

A nível cultural, a Figueira da Foz apresenta uma variada oferta cultural. Tem um equipamento de excelência, o CAE, mas dispõe também de outras infraestruturas relevantes, tais como o Museu Municipal Santos Rocha, a Biblioteca Municipal Pedro Fernandes Tomás, os núcleos museológicos do Sal e do Mar, bem como estruturas privadas, em que assume preponderância o Sítio das Artes, o Casino, o Palácio Sotto Mayor e o Coliseu Figueirense.

Faz parte da ambição e visão manter e aprofundar a vertente da produção cultural local e a sua divulgação nacional.

O património histórico e cultural deverá ser mantido e assegurado ao longo dos anos pela própria autarquia ou criando parcerias e cedências com entidades privadas. Esse acervo deve ser usado e fruído pela população local e turistas, com os espaços abertos e acessíveis, tendo sempre como garantia que servirão para divulgar e preservar a cultura e a história do município. Como principais ícones a preservar e dinamizar realçam-se o Forte de Santa Catarina, a Casa do Paço, o Museu Municipal Santos Rocha, a Quinta das Olaias, o CAE, o Paço de Maiorca, o Paço de Tavarede, as Muralhas de Buarcos, os pelourinhos, a Torre do Relógio, o Castelo Engenheiro Silva, a casa Conselheiro Branco, o Mercado Municipal, a Piscina Mar e o Abrigo da Montanha. Da lista dos menos conhecidos, mas igualmente credores de referência salientam-se, a título de exemplo, o Moinho das Marés, o Fortim de Palheiros ou o Dólmen das Carniçosas e outros sítios arqueológicos referenciados, bem como o Monte do Ferrestelo. Em termos de reabilitação, a autarquia deve manter-se atenta à preservação das fachadas de Arte Nova e Art Deco.

A nível de eventos, a Figueira da Foz também se destaca. Para além dos mais tradicionais e que têm lugar por todo o concelho, como os festivais de folclore ou de bandas filarmónicas e outros de índole religiosa, ressaltam o S. João, a Passagem do Ano, o Carnaval, o cortejo dos reis, as Jornadas de Teatro Amador, a Gala dos Pequenos Cantores, bem como uma nova geração de grande alcance como o “Festimaiorca”, a festa da comunidade lavoense, a Findagrim, o “Criativa”, o “Sunset”, o “Fusing”, o “Bom Sucesso Summerfest” ou o “Folk na Boiça”. Estes deverão continuar a ser dinamizados, tentando, no entanto, que exista cada vez mais a colaboração da população em geral, das associações e comissões de festas para a organização dos mesmos, propiciando uma maior dinâmica, criatividade e envolvimento.

Os parques de campismo, deverão ser adaptados às novas exigências do mercado, tornando-os mais competitivos, com melhor qualidade e funcionalidades, que permitam, até onde for possível, atenuar os elementos de sazonalidade na sua utilização.

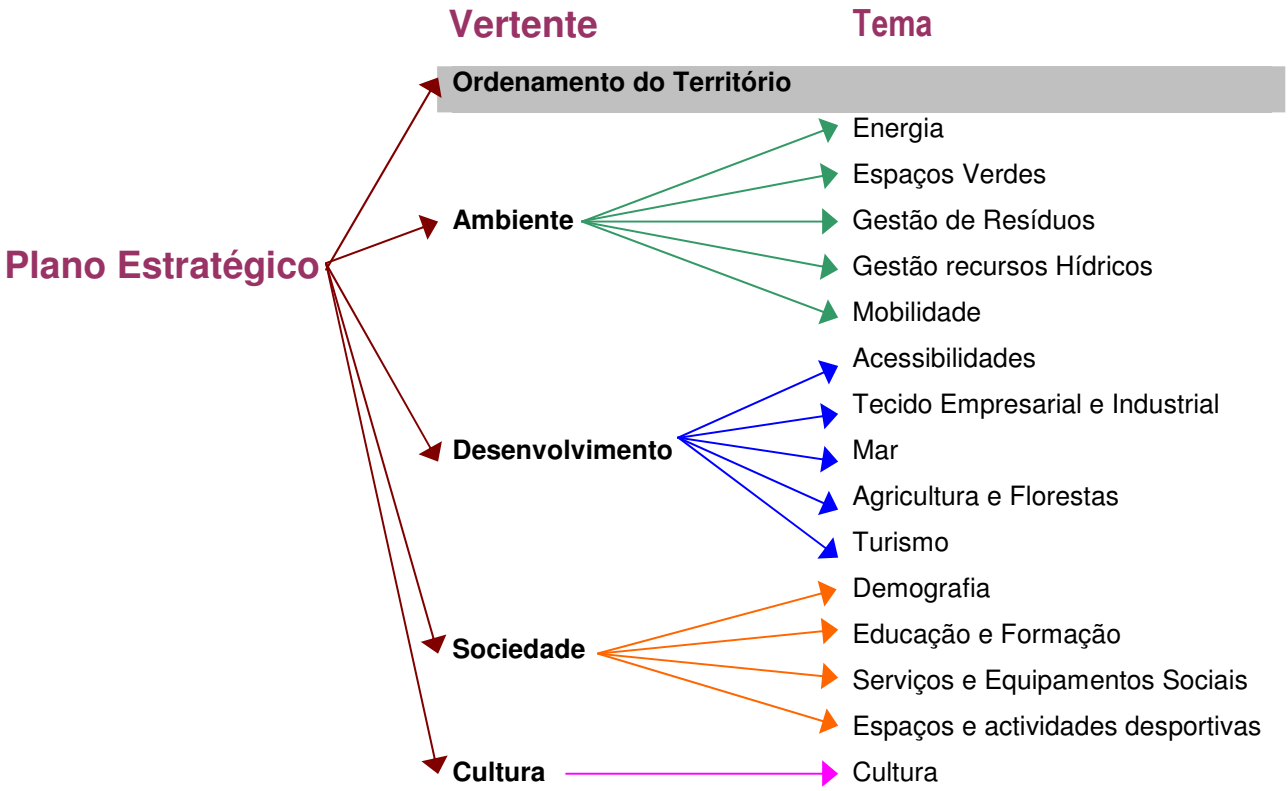
De maneira a divulgar o património histórico e cultural, deverá ser efectuado um plano de divulgação através de sinalética integrada em todo o concelho, usando também os Quiosques como fonte de informação turística, para alem dos próprios postos de turismo.

3. ESTRATÉGIA – METAS GERAIS

A estratégia de desenvolvimento do Município da Figueira da Foz delineada para concretizar esta visão estabeleceu-se em torno de quatro grandes vetores estratégicos de intervenção – Ambiente, Cultura, Economia e Sociedade, com atenção, no entanto, a um ordenamento do território e a uma governação sustentáveis como dimensões que suportam os quatro vectores referidos.

Figura 3 - Vetores estratégicos.

Foram definidos, em resultado de um diagnóstico da situação actual e auscultação da população, um conjunto de temas prioritários com necessidade de intervenção, dentro de cada uma das vertentes da sustentabilidade.



Para cada um dos temas, será apresentado um resumo do diagnóstico efectuado, baseado em diversos documentos e estudos realizados ao longo dos últimos anos e, com base nesses diagnósticos, procede-se à definição de Eixos Estratégicos de Intervenção.

3.1 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

3.1 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

3.1.1 HISTÓRIA

Figura 4 *- In Atlas do Rei Planeta - descrição de Espanha e dos portos de seus reinos. Pedro Teixeira 1634*

A Figueira da Foz desenvolveu-se, ao longo dos séculos, assistindo aos grandes acontecimentos da história portuguesa, podendo mesmo identificar-se diferentes fases da sua evolução através da existência de várias zonas funcionalmente individualizadas e que se foram traduzindo em alterações significativas na importância relativa entre os principais lugares - Tavarede, Buarcos, Quiaios, Lavos e Figueira da Foz.

É no dealbar do século XX que os aglomerados da Figueira da Foz, Buarcos e Quiaios começam a tomar forma de núcleos urbanos diferenciados. Com a expansão das atividades marítimas e o incremento do comércio do sal, o espaço urbanizado alongou-se pelas margens dos caminhos que davam acesso a Buarcos e a Tavarede. O crescimento da cidade da Figueira da Foz em direção a Buarcos, aglomerados que se "aglutinam" em meados desse mesmo século, é função da construção da Avenida Marginal. Por outro lado, o acelerar do período de edificação das últimas três décadas e a ocupação de áreas do interior, levaram à aproximação da Figueira a Tavarede, acabando por se tornarem espaços contíguos.

A história da cidade, atual sede de concelho, é inicialmente a história das relações com o seu porto, ao qual, a partir do fim do século XIX, acresce o veraneio.

Porém, torna-se necessário retroceder muitos séculos, a um período em que Tavarede era o principal núcleo populacional, administrativo e económico deste território, para se encontrar as referências ao primeiro povoamento no sítio da Figueira. Este teve a sua origem em redor da omnipresente Igreja de São Julião. Assim, nos finais do século XI, à sombra da igreja e em torno desta, levantaram-se algumas cabanas de pescadores que fixaram plantações e ainda três eixos fundamentais – as praias da Fonte, Ribeira e Reboleira. Posteriormente, o rio e o porto influenciaram decisivamente o crescimento e o desenvolvimento da população, bem como as diferentes atividades de São Julião. Mas a importância deste porto no contexto da região centro só se pode explicar com a existência, já na época da romanização, de uma via terrestre paralela ao eixo fluvial do Mondego, ligando as principais localidades desta região, como sejam Coimbra e Montemor-o-Velho (Baptista, 1999). Por outro lado, o

período da Reconquista (século XII) teve um papel preponderante no povoamento e cultivo dos designados Campos do Mondego, com o consequente aparecimento de novas povoações e vias de comunicação.

Parece, então, notório que, durante um longo período de tempo, a relevância do atual centro urbano – São Julião – era relativa, no contexto desta vasta área do Baixo Mondego. Aliás, nos princípios do século XVII, a Figueira era uma simples aldeia e a sua barra era conhecida pela "barra de Buarcos" (Martins, 1940). Nesse sentido, deve mesmo referir-se que até finais do século XVII e inícios do século XVIII a área ocupada por São Julião (atual Figueira da Foz) encontrava-se delimitada entre o ribeiro que desaguava na praia da Fonte e o ribeiro que desaguava na Praia da Reboleira.

A expansão da Figueira, ao longo desses largos séculos atinge o seu auge apenas no último quartel do século XVIII com a elevação a vila em 1771, assim como a consequente anexação dos coutos de Maiorca, Alhadas, Quiaios, Tavarede e Lavos, ao mesmo tempo que deixava de depender administrativamente do couto de Tavarede. Por tudo isto, o povoado da Figueira extravasou os seus limites iniciais, induzindo o desenvolvimento de uma malha indefinida, onde era evidente a ausência de um desenho urbano de conjunto (Baptista, 1999).

A atmosfera de prosperidade material que caracterizou a povoação na segunda metade do século XIX explica a profunda mudança que ocorreu na fisionomia da vila, com a renovação do parque habitacional e a expansão em direção ao mar e a leste, ficando, assim, estabelecidas as condições para que, em 1858, a Figueira da Foz fosse considerada a melhor praia de Portugal.

A vila, que até então se restringia ao rio, começou a explorar todas as suas qualidades, nomeadamente o mercado balnear, surgindo diversos melhoramentos materiais na Figueira da Foz com o desenvolvimento, em particular, do Bairro Novo. O Bairro de Santa Catarina constituiu uma das zonas mais importantes da expansão da vila e reforçou o seu património arquitetónico. As construções, inicialmente de banhistas com soluções de grande simplicidade, apresentam mais tarde um carácter mais urbano, com o aparecimento de um conjunto de edifícios mais elaborados, ilustrativos da influência da Arte Déco. Com a edificação do Bairro de Santa Catarina, a Figueira, que tinha adotado novos comportamentos aburguesados, aproximou-se da povoação de Buarcos, onde só viviam pescadores, artífices e pequenos cultivadores da terra. De salientar que, a partir de 1750, foi iniciada a exploração das minas de Carvão do Cabo Mondego, tendo o couto mineiro sido explorado até 1967.

Em 3 de Agosto de 1882 é inaugurada a estação ferroviária da Figueira da Foz, como a estação terminal da Linha da Beira Alta, que nessa altura se compreendia desde este ponto até Vilar Formoso. Foi ligada à Linha do Oeste em 17 de Julho de 1888.

É a partir de meados do século XX que a já então cidade da Figueira da Foz (elevação no ano de 1882), inicia um processo de alargamento no sentido das freguesias periféricas. A restrição do núcleo urbano à freguesia de São Julião é transposta com a saída de muitos residentes do centro da cidade, que procuram em lugares como

Tavarede, Quiaios ou Buarcos habitações menos dispendiosas, gozando de um melhor acesso a redes de equipamentos e infraestruturas. Nos anos 90 estes aglomerados garantiram o crescimento global de habitantes no concelho da Figueira da Foz.

Também a renovação e incremento das anteriores zonas industriais em Vila Verde, Fontela, Lares e mesmo na Gala, inserida numa tentativa de potenciar as economias locais e canalizar mão-de-obra, abriu caminho, a partir dos anos 70, para a criação de outros pólos na periferia do centro urbano, o que, associado a uma significativa estruturação da rede viária, levou a um relativo crescimento verificado a partir desse período, quer no edificado, quer na população dessas áreas.

Contudo, apesar do crescimento observado se ter desenvolvido, fundamentalmente, em torno dos eixos viários e do fenómeno turístico, a Freguesia de Tavarede diferencia-se. A necessidade de encontrar terrenos a custo mais reduzido relativamente às zonas urbanas de São Julião e Buarcos (onde os custos dos terrenos próximos da frente de mar se tornaram proibitivos para muitos dos residentes do concelho) levou à "explosão" da construção no território a Nordeste do núcleo histórico de Tavarede, com os núcleos de Chã, Carritos, Qta. do Paço ou mesmo Saltadouro e Várzea a verem o seu crescimento, dos últimos 50 anos, a ocupar uma significativa superfície de território. A visão deste crescimento passa muito pelos loteamentos aprovados nos últimos anos, uma vez que a interpretação da sua principal vocação residencial pode deixar antever muito do que será a ocupação humana e a consequente dinâmica demográfica.

Em suma, a área urbana da Figueira da Foz, inicialmente desenvolvida com base num conjunto de atividades intrinsecamente ligadas às suas condicionantes naturais, utilizadas como recursos – o mar, o rio e, também, a serra – viu o seu território alargar-se, agora como consequência das alterações sociais e económicas da população, com o crescimento para os terrenos da periferia, porque de valor mais baixo e comportável, diferenciando-se zonas funcionais específicas, num centro urbano que se apresenta mais disperso. Estas alterações potenciaram o aumento do emprego no sector terciário, que atualmente representa 64,9% dos empregos, refletindo a importância crescente das profissões mais qualificadas. De igual modo, o sector secundário assume um peso muito significativo na estrutura do emprego no concelho (31,6%), o qual assenta fundamentalmente em atividades de especialização ligadas à produção de pasta celulósica e de papel, indústria vidreira, construção naval, plásticos, transformação do pescado, ambiental, indústria avícola e do sal. No lado oposto, e apresentando uma tendência para a sua diminuição, o sector primário representa ainda 3,5%, refletindo a importância histórica das atividades piscatórias. Como elementos de síntese, pode reafirmar-se a crescente importância das atividades ligadas aos serviços, particularmente as associadas à atividade turística, sem esquecer a importância da indústria transformadora e do próprio porto comercial da Figueira da Foz, como elemento de uma rede de infraestruturas logísticas e de fixação empresarial.

3.1.2 DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

Em termos territoriais, o concelho de Figueira da Foz, pertencente à sub-região de Coimbra, na região centro de Portugal. É administrativamente constituído por 14 freguesias subdivididas no que podem ser consideradas como três áreas de planeamento, os sectores norte, sul e Urbano (Figura 13). A Zona Norte é constituída pelas freguesias de Alhadas/Brenha, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova/Santana, Maiorca, Moinhos da Gândara e Quiaios. Por seu turno foi definida a Zona Urbana, que integra as freguesias de Buarcos/S. Julião, Tavarede, Vila Verde (na margem direita) e São Pedro (na margem esquerda). Por fim, a Zona Sul é composta pelas freguesias de Alqueidão, Lavos, Marinha das Ondas e Paião/Borda do Campo.

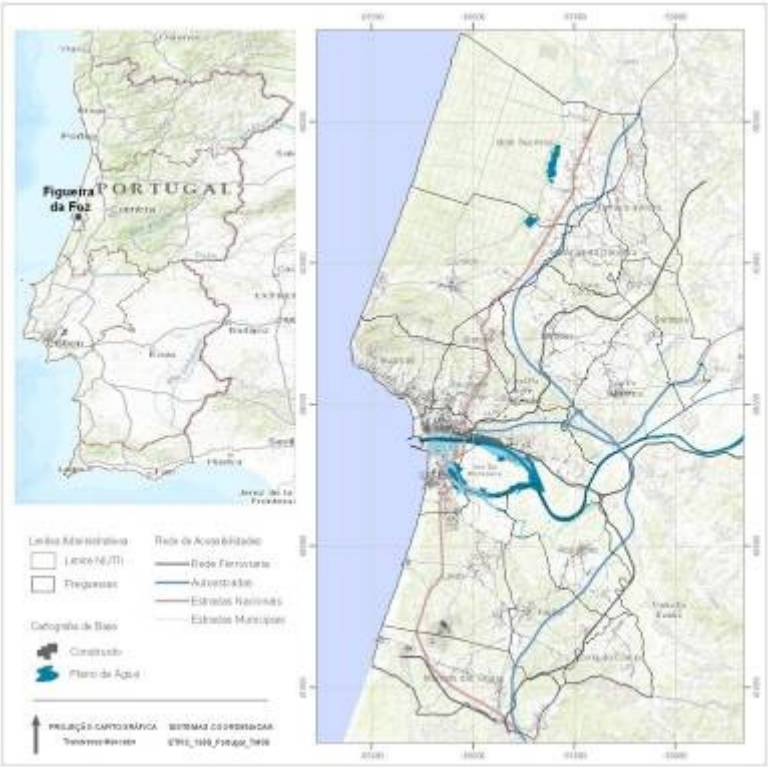


Figura 5 - Enquadramento territorial.

Em termos hierárquicos, e tendo como referência o sistema urbano português e a realidade nacional, a cidade da Figueira da Foz corresponde, assim, a uma cidade média, onde a questão da segunda habitação associada à prática de um turismo de cariz sazonal assume manifesta importância.

Face ao referido, pode-se afirmar que o concelho da Figueira da Foz tem uma localização geoestratégica privilegiada, uma vez que possui infraestruturas de base - o porto comercial da Figueira da Foz, uma densa rede rodoviária e beneficia de diversas alternativas no transporte ferroviário. Este enquadramento favorável deverá potenciar um conjunto de oportunidades tendo como objetivo o desenvolvimento sustentado do território.

3.1.2.1 CONDICIONANTES

Em termos de área total, é o segundo maior concelho da região centro (379,4 km^2), correspondente a cerca de 18,4% da área do Baixo Mondego (2063,1 km^2) sendo, do ponto de vista físico, atravessado pelo rio Mondego que divide o território municipal em duas grandes zonas, uma zona norte e uma zona sul, de dinâmicas demográficas e socioeconómicas bem distintas.

O território concelhio, com cerca de 379,4 km^2, ao evidenciar características físicas muito específicas, que englobam mesmo áreas de elevada sensibilidade ecológica (quer em ambientes litorais e estuarinos, quer em ambientes mais rurais), apresenta um conjunto de condicionantes físicas que no seu todo ocupam uma área superior a 70% do território municipal, tornando-o assim num dos mais complexos de Portugal em termos do planeamento. Mas se estas características naturais funcionam como condicionante no caso do ordenamento do território, em termos de planeamento estratégico apresentam um potencial endógeno extraordinário.

Um pouco à semelhança da realidade de todo o litoral da região centro, a Figueira da Foz apresenta um clima temperado, de características mediterrâneas – verões mais ou menos quentes e secos, com Invernos suaves e pluviosos.

A proximidade do oceano Atlântico e do estuário do Mondego, contribui para que se verifiquem assimetrias espaciais do número de horas de Sol descoberto por ano, muito por força dos nevoeiros e neblinas que caracterizam este setor do litoral.

Relativamente aos ventos dominantes, o quadrante de maior frequência na direção dos ventos é de norte, seguido de noroeste e oeste, respetivamente, registando maior intensidade de escoamento e frequência nos meses de Verão (nortada).

Devido à nítida influência marítima, a humidade relativa do ar mantém-se elevada ao longo do ano, embora ligeiramente mais elevada nos meses de Inverno, enquanto no período estival verificam-se, com alguma frequência, nevoeiros de advecção, característicos na fachada atlântica ocidental.

Em termos hidrográficos, este território integra a bacia hidrográfica do Mondego, onde o rio se assume como o principal curso de água de toda a região centro. Atravessa longitudinalmente o território concelhio, definindo a rede hidrográfica (Figura 21), da qual se destacam como principais afluentes os rios Foja (margem direita) e Pranto (margem esquerda).

A restante rede hidrográfica é constituída por várias ribeiras e inclusivamente por alguns sistemas lênticos, nomeadamente as Lagoas da Vela, das Braças e da Salgueira, constituindo o suporte a inúmeras espécies e habitats, a atividades agrícolas e de pesca. Nos últimos anos, contudo, vários destes espaços têm vindo a apresentar sérios problemas de eutrofização.

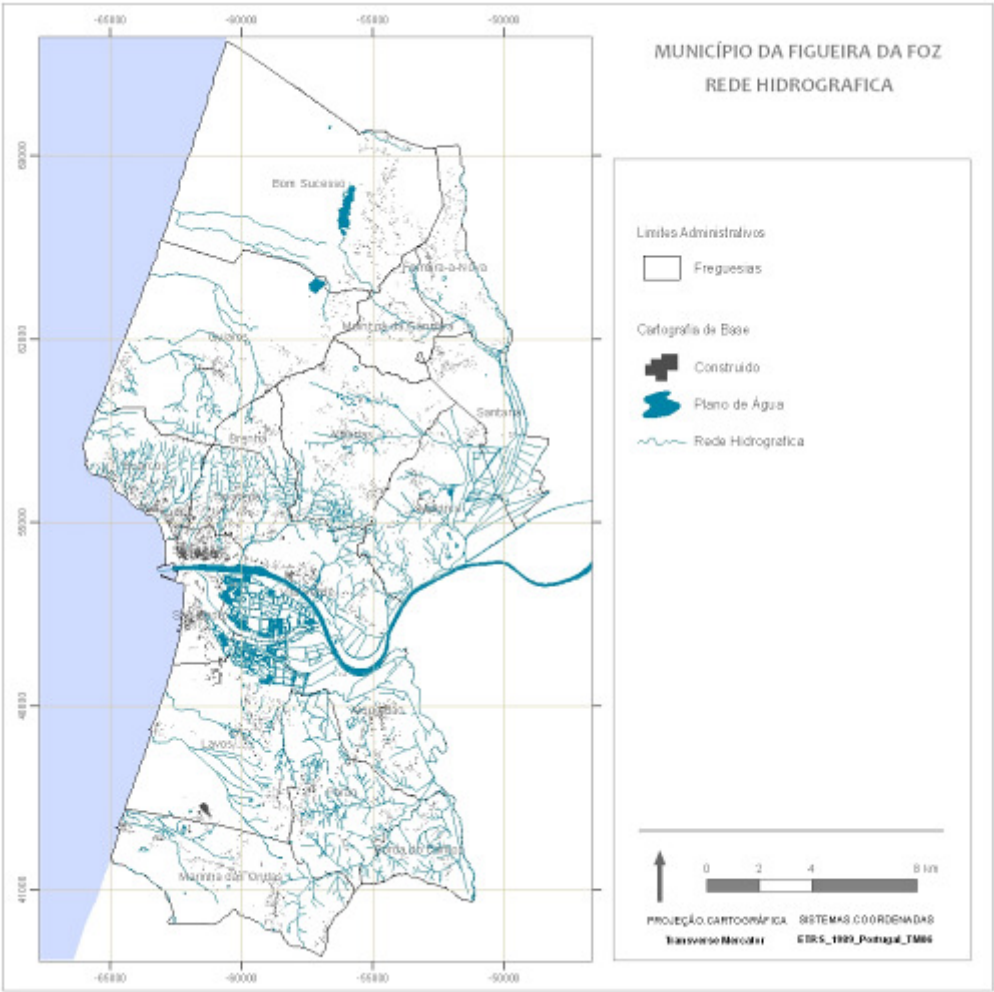
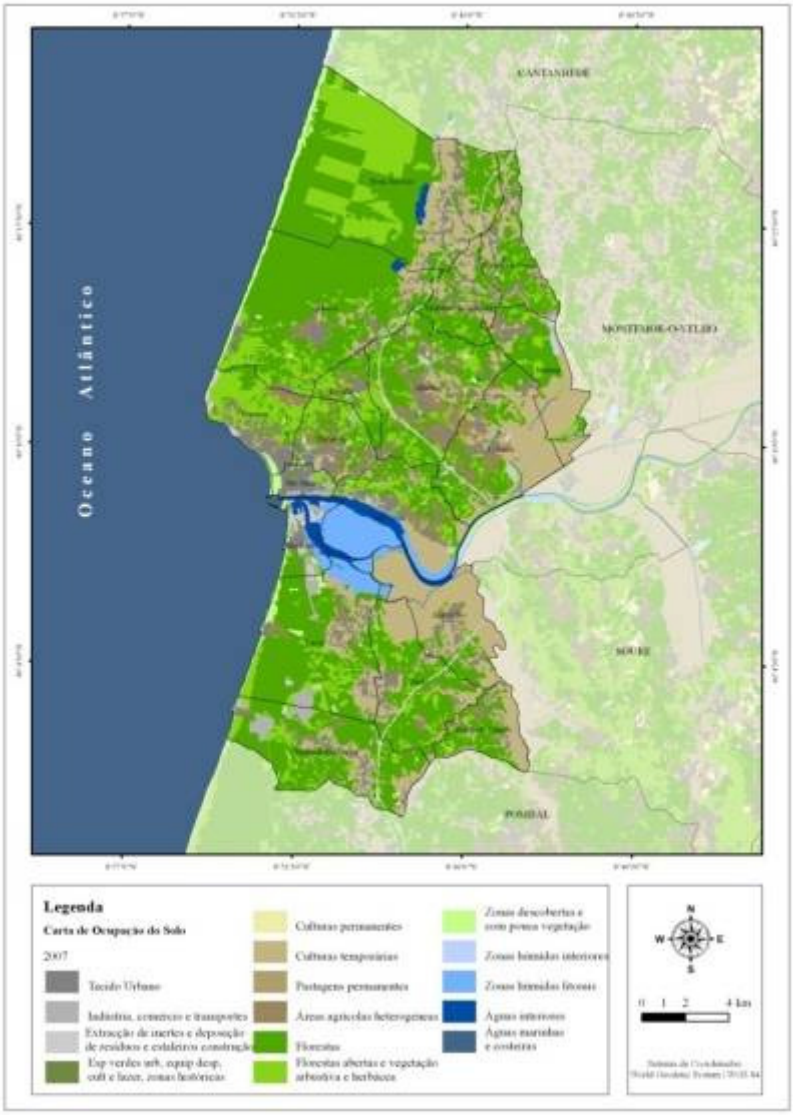


Figura 6 - Rede hidrográfica.

Quer os espaços florestais, quer os agrícolas, têm um peso significativo no contexto económico do concelho. Destaca-se, por essa razão, a importância da área ocupada por espaços florestais, a qual, de acordo com a Carta de Ocupação do Solo (2007) cobria, nesse momento, sensivelmente 57% de todo o território municipal.

No que toca aos espaços ocupados por áreas agrícolas, assinala-se uma representatividade de aproximadamente 24% do território concelhio, assumindo-se como predominantes nas freguesias de Alqueidão e Maiorca, muito por força da sua relação com os extensos arrozais que caracterizam estes sectores, enquanto na freguesia de Alhadas esta representatividade se encontra associada já a uma agricultura de sequeiro. Na freguesia de Bom Sucesso, por seu turno, observa-se uma significativa prática agrícola de regadio. Globalmente, pelo menos na óptica da superfície ocupada, a actividade agrícola ainda mantém um peso considerável no concelho.

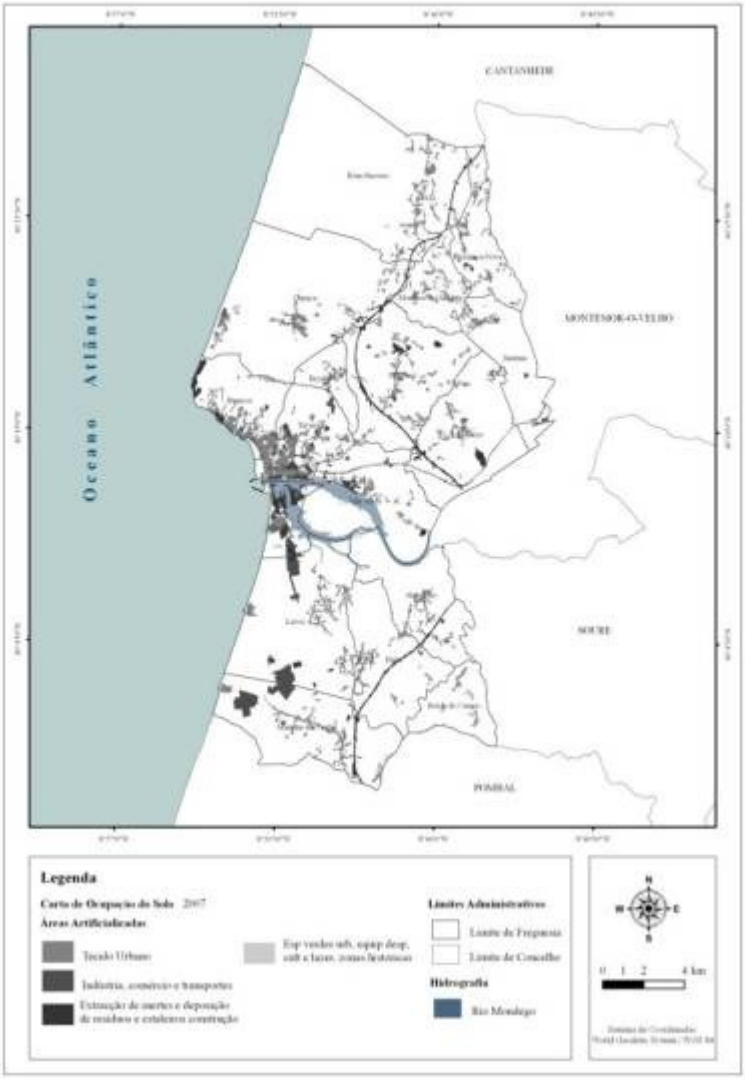


Fonte: COS, 2007.

Figura 7 - Ocupação do solo.

Quanto aos "meios aquáticos", e por se tratar de um concelho onde o peso da faixa litoral e do próprio estuário se faz sentir, os valores de ocupação rondam os 2,5%, com particular importância na área administrativa das freguesias de Vila Verde e Lavos, devido ao estuário do Mondego. Por sua vez, as superfícies com água, apresentam uma representatividade espacial de 1,9%, devendo-se estas especialmente ao plano de água representado pelo rio Mondego (em particular do seu sector estuarino), mas também dada a presença das lagoas da Vela e das Braças, estas localizadas nas freguesias de Bom Sucesso e Quiaios, respetivamente.

As áreas artificializadas representam 38,87Km² (10,25%) da área do total do concelho, encontrando-se subdividida pelas categorias: "Tecido Urbano, indústria, Comércio e Transporte", "Áreas de Extração de Inertes, Deposição de Resíduos e Estaleiros de Construção" e "Espaços Verdes Urbanos, Equipamentos Desportivos, e Zonas históricas".



Fonte: COS, 2007.

Figura 8 - Ocupação do solo | Áreas artificializadas.

Da análise geral sobre as alterações do uso do solo ao nível do concelho da Figueira da Foz, observa-se que a categoria com maior crescimento entre o período de 1990 a 2007, foram as "Áreas Artificializadas", que no ano de 1990 apresentavam uma superfície ocupada de 25 Km² (6,60% do total da área do território), enquanto em 2007 essa superfície cobria já 38,87 Km² (10,25%), uma variação de 55,47%.

Grande parte destas modificações são resultados da dinâmica populacional do concelho da Figueira da Foz, aliadas à ausência ou presença de condicionantes biofísicas que regulem a expansão urbana dentro das freguesias, sendo que a mesma não sobrepõe os seus limites físicos com os solos de alto potencial produtivo (delimitados pela RAN), nem áreas que garantam integridade de processos relativos a preservação da natureza e biodiversidade (delimitados pela REN).

Uma das principais características do concelho da Figueira da Foz é, sem dúvida alguma, a sua biodiversidade. A título de exemplo basta referir o Estuário do Mondego, a Ilha da Morraceira, as Lagoas da Vela e das Braças, a serra da Boa Viagem ou as Matas Nacionais. É, portanto, natural que uma grande parte do uso e ocupação do solo do território municipal se encontre salvaguardado do ponto de vista legal sob a forma de condicionantes biofísicas. Portanto, as condicionantes ao uso do solo, ou seja, as servidões e restrições de utilidade pública do ponto de vista biofísico são diversas, constatando-se que cerca de 70% do território se encontra abrangido por aquelas condicionantes.

Figura 9 - Condicionantes biofísicas.

O “estuário do Mondego”, as “lagoas de Quiaios”, a “serra da Boa Viagem (e Alhadas)”, o “monumento natural do Cabo Mondego” (Rede Nacional de Áreas Protegidas), o “sítio classificado de montes de Santa Olaia e Ferrestelo” (Rede Nacional de Áreas Protegidas) e o “ecossistema das dunas de Quiaios” (Rede Natura) são

alguns dos espaços do concelho que integram a estrutura ecológica municipal e que devem ser consideradas como um potencial endógeno que o território apresenta, susceptível de consideração em termos estratégicos.

Alinha-se, a seguir, uma breve anotação sobre esses mesmos espaços.

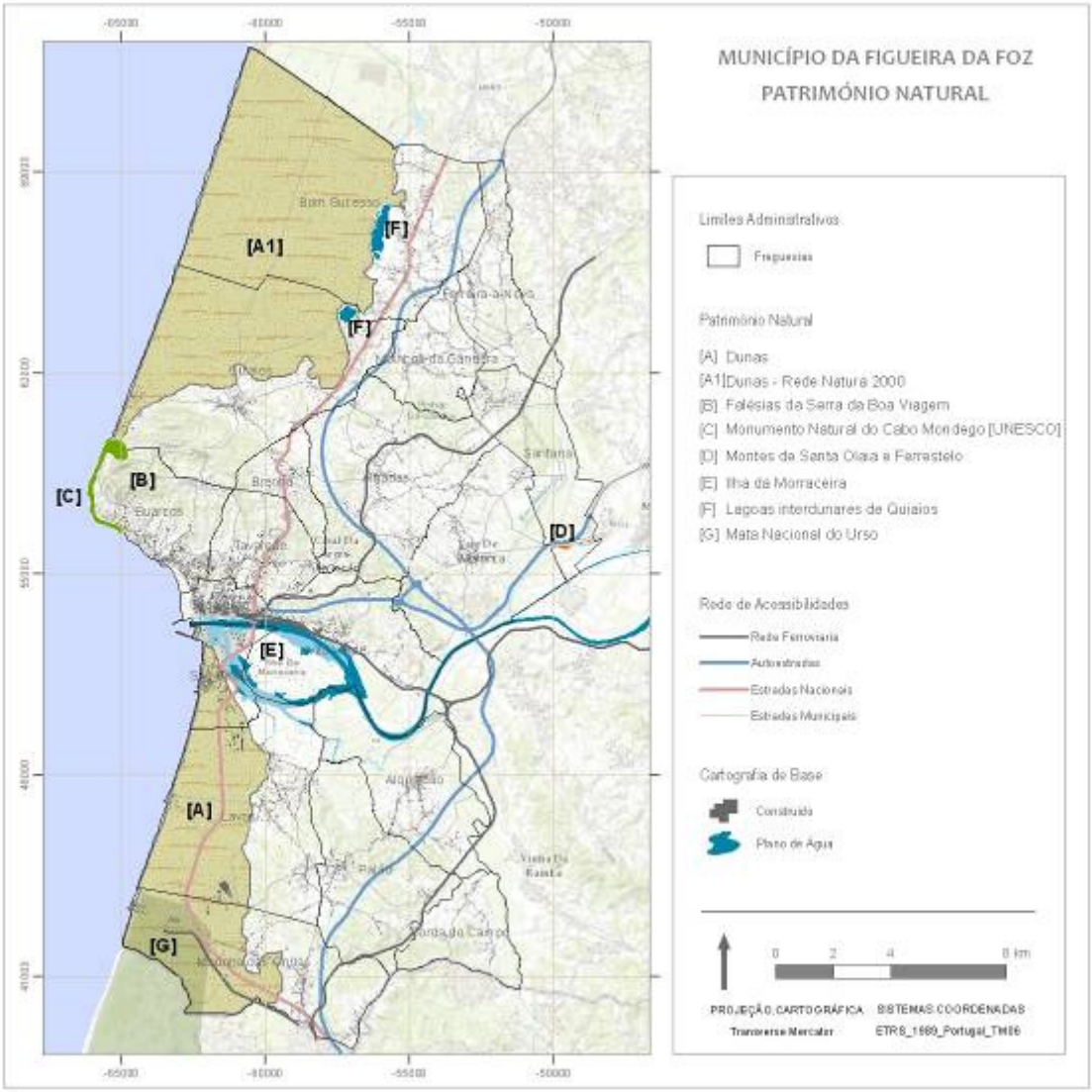


Figura 10 - Património natural.

Na ponta ocidental da serra da Boa Viagem localiza-se o Cabo do Mondego, o qual foi classificado pela UNESCO como "Monumento Natural do Cabo Mondego" e por isso passando a integrar a Rede Nacional de Áreas Protegidas de âmbito nacional.

No seio da área abrangida pelo Estuário do Mondego, encontra-se uma ilha de aluvião, a "Ilha da Morraceira", enquadrada em termos de proteção pela convenção sobre zonas húmidas - "Convenção de Ramsar". Assim, é de referir a presença de diversa vegetação relevante de áreas salobras, e assume-se também como local preferencial para a nidificação de aves limícolas, designadamente, Pilrito-de-peito-preto (*Calidris alpina*), Alfaiate (*Recuvirostra*

avosetta), Pernilongo (*Himantopus himantopus*), Borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*), Tarambola-cinzenta (*Pluvialis squatarola*) e Borrelho-de-coleira-grande (*Charadrius hiaticula*). É possível também observar uma importante comunidade de outras aves, nomeadamente Tartaranhões dos Pauis (*Circus aeroginosus*), Chilreta (*Sterna albifrons*) e Guincho (*Larus ribibundus*). No período de Inverno é de destacar a presença de outras espécies de aves, em particular a Águia pesqueira (*Pandion haliaetus*) e os Flamingos (*Phoenicopterus ruber*). É ainda possível observar um número muito significativo de espécies de patos (*Anas*).

Em termos das principais áreas de fauna e flora na Figueira da Foz, salientam-se igualmente os biótopos relativos às arribas litorais e ecossistemas dunares, mas em especial as Lagoas interdunares de Quiaios (Lagoa e Vela) localizadas na Mata Nacional das Dunas de Quiaios e que integram o sítio Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas da rede Natura 2000, assim como os recifes que se observam ao longo da costa do concelho da Figueira da Foz, em particular no setor a sul da praia de Quiaios, junto ao Cabo Mondego, bem como a Mata Nacional do Urso (que ocupa uma área reduzida neste concelho).

Em termos dos recursos geológicos disponíveis para exploração identificam-se várias pedreiras existentes neste território que procedem à extração de calcários, calcários e margas, areias, saibros e argila. Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento de pedreiras, bem como à constatação de que muitas delas se encontram abandonadas e não reabilitadas, facto que tem conduzido frequentemente a situações de desequilíbrio ambiental e que *à posteriori* se refletem negativamente no território.

Dentro das condicionantes ao uso do solo relacionadas com os recursos agrícolas e florestais na Figueira da Foz, destacam-se os solos de maior aptidão agrícola (Reserva Agrícola Nacional), as dunas e matas nacionais e os perímetros florestais (Regime Florestal), bem como as áreas percorridas por incêndios e de risco de incêndio elevado e muito elevado.

3.1.2.2 ENQUADRAMENTO NORMATIVO

O concelho da Figueira da Foz encontra-se fortemente condicionado pelos regimes legais de ordenamento do território, o que tem vindo a condicionar o seu desenvolvimento urbano. A presença de elementos diferenciadores, faz com que este território seja tutelado por inúmeras entidades públicas de nível local, regional e nacional, o que exige a necessidade de articulação e concertação nas intervenções.

A organização do sistema de gestão territorial decorre da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de Maio) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RGIT – Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro) organizando-se a quatro níveis territoriais: âmbito nacional, âmbito regional, âmbito intermunicipal e âmbito municipal. No nível nacional, encontram-se o programa nacional da política de ordenamento do território (PNPOT), os programas sectoriais (PS) e os programas

especiais de ordenamento do território (PEOT) incluindo também nestes últimos os Programas da Orla Costeira, Estuários e/ou Programas das áreas protegidas, entre outros. No âmbito regional aparecem os planos regionais de ordenamento do território (PROT) e no âmbito inter-municipal, os planos intermunicipais (PIOT) que são de carácter facultativo. Finalmente, no âmbito municipal, os planos municipais de ordenamento do território (PMOT), os planos de urbanização (PU) e os planos de pormenor (PP), constituindo-se estes últimos como instrumentos de carácter mais operativo.

Os PNPOT definem o quadro estratégico para o ordenamento do espaço nacional e para a sua integração na União Europeia, estabelecendo as directrizes a considerar a nível regional e a compatibilização das políticas públicas sectoriais do Estado.

Reconhecendo a importância estratégica do turismo para o concelho da Figueira da Foz, merece realce o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), por incorporar alguns aspetos importantes para aplicação no território municipal, como a vertente do desenvolvimento sustentável, invocando-se a trilogia ambiental, económica e social.

Ainda em fase de homologação, o PROT do Centro (PROT-C), responsabilidade da CCDRC no processo de elaboração, gestão e monitorização, constitui a principal referência para o planeamento do desenvolvimento territorial da região centro, apresentando uma análise e diagnóstico que sustenta o modelo territorial delineado. Este plano incorpora o conjunto de orientações estabelecidas em estratégias, políticas, programas e planos de âmbito nacional nomeadamente na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), no PNPOT, bem como nos planos e nas estratégias sectoriais com incidência territorial.

A Rede Natura 2000 constituiu na última década um instrumento fundamental da política da União Europeia em matéria de conservação da natureza e da diversidade biológica, garantindo a gestão ambiental do território, num quadro de valorização do património natural e de adequado usufruto do espaço e dos recursos. No caso da Figueira da Foz, encontra-se classificado como Rede Natura 2000, todo o sector litoral norte (sítio Costa de Quiaios-Mira) que tem como designação “Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas” (RCM 115-A/2008).

Ao nível nacional existem áreas classificadas como protegidas, com um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem. No caso da Figueira da Foz, observa-se o “Monumento Natural do Cabo Mondego”, classificado pela UNESCO, e que, desde Outubro de 2007, integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas de âmbito nacional, e também os “Montes de Santa Olaia e Ferrestelo”.

Ao nível dos recursos hídricos, a gestão cabe à Administração da Região Hidrográfica (ARH) do Centro I.P., nomeadamente ao nível do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Ovar-Marinha Grande (RCM nº142/2000) e do Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego (Decreto Regulamentar 9/2012).

O Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 11/2006 de 21 de Julho, é gerido pela Direção Regional de Florestas do Centro, encontrando-se parcialmente suspenso (PORT 62/2011).

Por outro lado, a Administração do Porto da Figueira da Foz (APFF) S.A. possui as atribuições de autoridade portuária no Porto da Figueira da Foz, tendo jurisdição sobre os terrenos portuários, áreas de expansão, bem como áreas do Domínio Público Marítimo anexas ao estuário do rio Mondego.

Já no plano concelhio, os instrumentos de gestão territorial integram os PMOT. Estes correspondem aos instrumentos que concretizam o âmbito municipal do sistema de gestão, compreendendo o PDM, os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP).

O instrumento de ordenamento do território que abrange todo o território concelhio é o PDM da Figueira da Foz (RCM 42/94). De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (D.L. 380/99 de 22 de Setembro), o PDM estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respectiva área de intervenção (Quadro 2).

A planta de ordenamento do concelho da Figueira da Foz define a estrutura espacial de acordo com a classificação e qualificação dos solos delineada em PDM. Os diferentes PU's (PU da Figueira da Foz, das Praias de Quiaios e Murtinheira e do Paião) e PP's (PP da zona do Matadouro, da área urbano-turística UZ 2, de Vale de Sampaio, da zona do Galante, do Bairro Novo e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística (ACRRU) do núcleo urbano de Maiorca) estabelecem regras sobre a implantação de infraestruturas e garantem o equilíbrio da composição urbanística concelhia.

Quadro 1 - Instrumentos de gestão territorial.

	Instrumentos	Designação	Diploma	Publicação DR	Data
Instrumentos de planeamento de nível supra-municipal	PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território		Lei nº 58/2007	170 IS	04-09-2007
	PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo		RCM 53/2007	67 IS	04-04-2007
	PROT-C - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro		RCM 31/2006	Aguarda aprovação e publicação em DR	23-03-2006
Planos Especiais	POOC Ovar-Marinha Grande	1ª Publicação	RCM 142/2000	243 IS-B	20-10-2000
	POOC Ovar-Marinha Grande	Suspensão Parcial	RCM 39/2012	64 IS	29-03-2012
Planos Sectoriais	PS Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Mondego	1ª Publicação	DR 9/2002	51 IS-B	01-03-2002
	PS Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral	1ª Publicação	DR 11/2006	140 IS	21-07-2006
	PS Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral	Suspensão Parcial	PORT 62/2011	23 IS	02-02-2011
	PSRN - Plano Sectorial da REDE NATURA 2000	1ª Publicação	RCM 115-A/2008	139 IS	21-07-2008
	PRN 2000 - Plano Rodoviário Nacional		DL 222/98 LEI 98/99 DL 182/ 2003	163 IS-A 172 IS 182 IS-A	17-07-1998 26-07-1999 16-08-2003
	POEM – Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo		Despacho Conjunto nº14449 / 2012		8 -11-2012
Plano Diretor Municipal	PDM Figueira da Foz	1ª Publicação	RCM 42/94	139 IS -B	18-06-1994
	PDM Figueira da Foz	1ª Alteração de Pormenor	DECL 164/99	140 IIS	18-06-1999
	PDM Figueira da Foz	2ª Alteração	DELIB 1597/2009	109 IIS	05-06-2009
	PDM Figueira da Foz	Suspensão Parcial	AVISO 17980/2010	177 IIS	10-09-2010
	MP PDM da Figueira da Foz	1ª Publicação	AVISO 17980/2010	177 IIS	10-09-2010
	MP PDM da Figueira da Foz	1ª Rectificação	DECL RECT 1917/2010	182 IIS	17-09-2010
Planos de Urbanização	PU Figueira da Foz	1ª Publicação	PORT 519/95	126 IS-B	31-05-1995
	PU Praias de Quiaios e Murtinheira	1ª Publicação	RCM 59/97	80 IS-B	05-04-1997
	PU Paião	1ª Publicação	RCM 138/97	192 IS-B	21-08-1997
	PU Figueira da Foz	1ª Alteração de Pormenor	DECL 189/99	151 IIS	01-07-1999
	PU Figueira da Foz	2ª Alteração	PORT 792/99	214 IS-B	13-09-1999
	PU Figueira da Foz	3ª Alteração de Pormenor	DECL 379/99	268 IIS	17-11-1999
	PU Figueira da Foz	4ª Alteração Regime Simplificado	DECL 373/2000	279 IIS	04-12-2000
Planos de Pormenor	PP Zona do Matadouro	1ª Publicação	DECL 12-8-1996	239 IIS	15-10-1996
	PP Área Urbano-Turística UZ 2	Revisão	DECL 304/2000	217 IIS	19-09-2000
	PP Vale de Sampaio	Revisão	DECL 16/2001	7 IIS	09-01-2001
	PP Área Urbano-Turística UZ 2	1ª Alteração Regime Simplificado	DECL 177/2003	102 IIS	03-05-2003
	PP Zona do Matadouro	1ª Alteração Regime Simplificado	DECL 188/2003	117 IIS	21-05-2003
	PP Zona do Galante	1ª Publicação	RCM 59/2006	93 IS-B	15-05-2006
	PP Bairro Novo	1ª Publicação	DELIB 441/2008	35 IIS	19-02-2008
	ACRRU Núcleo Urbano de Maiorca	1ª Publicação	D 25/2006	231 IS	30-11-2006
Regimes Territoriais definidos ao abrigo de Lei especial	Reserva Agrícola Nacional - RAN do Município da Figueira da Foz		Portaria nº44/92	20/92 IS-B	24-01-1992
	Reserva Ecológica Nacional - REN do Município da Figueira da Foz		Portaria nº 1046/93	244/93 IS-B	18-10-1993
	Domínio Público Hídrico - DP Marítimo delimitado para a Praia da Costa de Lavos			DR nº 185	11-08-1995

Fonte: www.dgotdu.pt.

O PDM do concelho da Figueira da Foz encontra-se em fase de revisão desde 1990, sendo de salientar que presentemente irá acolher todas as orientações plasmadas nos diferentes instrumentos de gestão territorial de ordem superior. Esta deverá, ainda, constituir uma oportunidade para uma eficaz aplicação dos princípios do planeamento estratégico, de forma a criar novas dinâmicas e as condições jurídicas e económico-sociais para um desenvolvimento sustentável do concelho.

Em suma, num território com um património natural bastante rico e diversificado como o da Figueira da Foz, é fulcral que as políticas de planeamento tenham em consideração a biodiversidade que têm ao dispor, e que portanto, para além dos elementos de preservação, essa biodiversidade deve ser essencialmente valorizada e vista como uma vantagem comparativa relativamente a outros territórios e enquadrada em políticas de valorização dos recursos endógenos, mas também deverá ser assumida numa lógica de complementaridade com o património natural observado no contexto regional.

3.1.3 ANÁLISE SWOT – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Quadro 2 - SWOT | Ordenamento do Território.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
- Significativo Aumento das áreas artificializadas nas últimas décadas - Tecido urbano pouco consolidado e ao mesmo tempo povoamento disperso - Poucas áreas de expansão para a indústria e com boas acessibilidades intermodais - PDM antigo e em revisão há longos anos - PP Bairro Novo sem consistência e irrealista face a uma zona totalmente consolidada - PU Quiaios não reflecte o crescimento urbano que se efectivou - Zonas muito extensas de Floresta e Matas Nacionais bastante abandonadas. - Falta de previsão nos instrumentos de ordenamento para as actividades agro-industriais. - Centros urbanos antigos com demasiadas casas por reabilitar e devolutas	- Elevada Biodiversidade do território - Sectores de forte aptidão agrícola - Localização geoestratégica privilegiada - Grande potencial aquífero - Riqueza geológica do subsolo - Extensas áreas protegidas
Ameaças	**Oportunidades**
- Risco de Incêndio florestal elevado face à área ocupada por espaços florestais e sem planeamento - Aumento de risco de incêndio e de criminalidade devido ao elevado número de edifícios devolutos nos centros urbanos - Algumas zonas habitacionais com risco muito elevado à erosão costeira (Leirosa, Quiaios, Costa de Lavos, Cova e Gala, Buarcos) e sem viabilidade de novas construções. - Excesso de número de fogos no território face ao número de habitantes e mesmo de visitantes. Risco de mais zonas habitacionais abandonadas e devolutas. - Instrumentos de gestão e de ordenamento do território desadequados e desactualizados não reflectindo o necessário abrandamento de construção.	- Promoção de Políticas de Reabilitação Urbana, definindo as áreas prioritárias. - Dado o abrandamento da construção há maior oportunidade de efectuar um bom planeamento urbanístico e do território, revendo o PDM em vigor e os Planos de Urbanização. - Prever elaboração de planos de pormenor para as zonas com risco elevado e muito elevado para erosão costeira considerando zonas de expansão sem risco. - Efectuar um Plano Integrado para a Serra da Boa Viagem, Cabo Mondego e Lagoas das Braças e da Vela. Prevendo espaços com várias tipologias de uso. Constituindo uma entidade para gerir com autonomia este espaço em conjunto com o ICNF. - Aumentar os espaços para a indústria, em especial aumentando a zona industrial da Gala e criando o parque industrial do Pincho. Prevendo também um espaço para uma plataforma logística e uma extensão a sul do cais do porto. - Aumentar a capacidade do território para a instalação de indústria agro-industrial.

3.1.4 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – EIXOS ESTRATÉGICOS

Eixos Estratégicos	Acções
1.1 Promover a Reabilitação Urbana dos centros das localidades.	1.1.1 Implementar Políticas de Reabilitação Urbana, definindo as áreas prioritárias a reabilitar, as ARU (Áreas de Reabilitação Urbana) da cidade da Figueira (Zona antiga e Bairro Novo) de Buarcos (zona das Muralhas), centro de Maiorca e de Alqueidão (e outros núcleos que posteriormente se demonstrem relevantes) de forma a revitalizar os centros urbanos. Definindo operações de reabilitação urbana sistemáticas integrando obras em espaço público com as dos proprietários dos edifícios degradados e permitindo benefícios fiscais para as operações de reabilitação. 1.1.2 Limitar o crescimento urbanístico fora dos núcleos urbanos tentando reduzir a dispersão urbanística, permitindo apenas consolidar algumas lacunas na malha urbana. Privilegiar a reabilitação e a reconstrução de edifícios já existentes e onde já estão criadas todas as infra-estruturas (estradas, saneamento, electricidade, transportes, etc).
1.2 Planeamento sustentável do ordenamento do território	1.2.1 Rever o PDM em vigor implementando um de 2ª geração; rever os Planos de Urbanização e o Plano de pormenor do Bairro Novo usando cartografia homologada. 1.2.2 Instituir medidas de planeamento do território com o objectivo de reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa. Nomeadamente, permitir a edificação de habitações preferencialmente nos centros urbanos consolidando-os e contribuindo para que se reduza a utilização de transportes motorizados (habitações próximas de escolas, comércio e serviço). Expandir as zonas industriais já consolidadas (Ex. Parque Industrial da Gala), contribuindo para que as empresas se centralizem e se aglomerem, podendo ser criadas sinergias tais como: estabeler uma rede de transportes públicos, de transporte de mercadorias, etc. 1.2.3 Elaborar projectos para tornar o território mais acessível e evitando a utilização de veículos motorizados. Criando uma ciclovia a ligar todo o concelho de norte a sul, prevendo uma passagem pedonal e ciclável através do Cabo Mondego ligando Buarcos a Quiaios e ligação ao interior (ciclovia do Baixo Mondego).
1.3 Prevenir o risco de exposição das populações à erosão costeira	1.3 Elaboração de planos de pormenor para as zonas com risco elevado e muito elevado para erosão costeira prevendo zonas de substituição e relocação sem risco e prevendo sistemas de protecção em coordenação com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira.
1.4 Aproveitar todas as potencialidades das zonas protegidas	1.4.1 Efectuar um Plano Integrado para a Serra da Boa Viagem, Cabo Mondego e Lagoas das Braças e da Vela. Prevendo espaços com várias tipologias de uso (Parques de campismo/caravanismo/glamping, percursos pedestres/BTT, parques temáticos de aventura, centros de interpretação de biodiversidade/ geologia e arquelogia, parques desportivos e de lazer). Constituir uma entidade para gerir com autonomia estes espaço em conjunto com o ICNF, entidades privadas interessadas e instituições públicas e associativas. 1.4.2 Colocar em prática o plano de desenvolvimento turístico da Ilha da Morraceira. 1.4.3 Fazer um projecto de aproveitamento do areal da praia da Figueira da Foz e toda a frente marítima, criando zonas verdes, parques desportivos, parques infantis e de lazer.
1.5 Melhorar as condições do território para a instalação e expansão da actividade industrial	1.5.1 Aumentar os espaços para a indústria, em especial aumentando a zona industrial da Gala para sul e criando o parque industrial do Pincho. Prever também um espaço para uma plataforma logística e uma extensão a sul do cais do porto. 1.5.2 Projectar zonas industriais de grande dimensão, de modo a que as industrias se localizem preferencialmente em 2 ou 3 zonas/parques industriais com dimensão e capacidade de expansão, com infra-estruturas comuns (ETAR's Industriais, Incubadoras industriais, Sistemas de Segurança, Sistemas de Saneamento, etc), evitando a dispersão industrial pelo concelho e em zonas habitacionais e/ou agrícolas/florestais. 1.5.3 Aumentar a capacidade do território para a instalação de indústria agro-industrial. Permitir uma expansão deste tipo de actividade numa grande parte do território rural e florestal. 1.5.4 Prever em PDM a expansão das acessibilidades ferroviárias.

3.2. AMBIENTE

3.2. AMBIENTE

3.2.1 – ESPAÇOS VERDES

3.2.1.1 - DIAGNÓSTICO

Os espaços verdes urbanos são entendidos como locais de usufruto público sob a responsabilidade da autarquia ou das Juntas de Freguesia, sendo sua obrigação a respectiva preservação e conservação. Assinale-se que a maioria dos espaços verdes existentes em meio urbano foram surgindo ao longo dos últimos quarenta anos, sendo alguns fruto de um planeamento detalhado e perfeitamente integrados na paisagem (Abadias, Jardim Municipal, Praça da Europa).

Os espaços verdes úteis do concelho da Figueira da Foz, com base nos dados relativos ao ano de 2011, são cerca de 70 ha (dos quais 62 em zonas de urbanas + 8 em zonas periféricas e rurais).

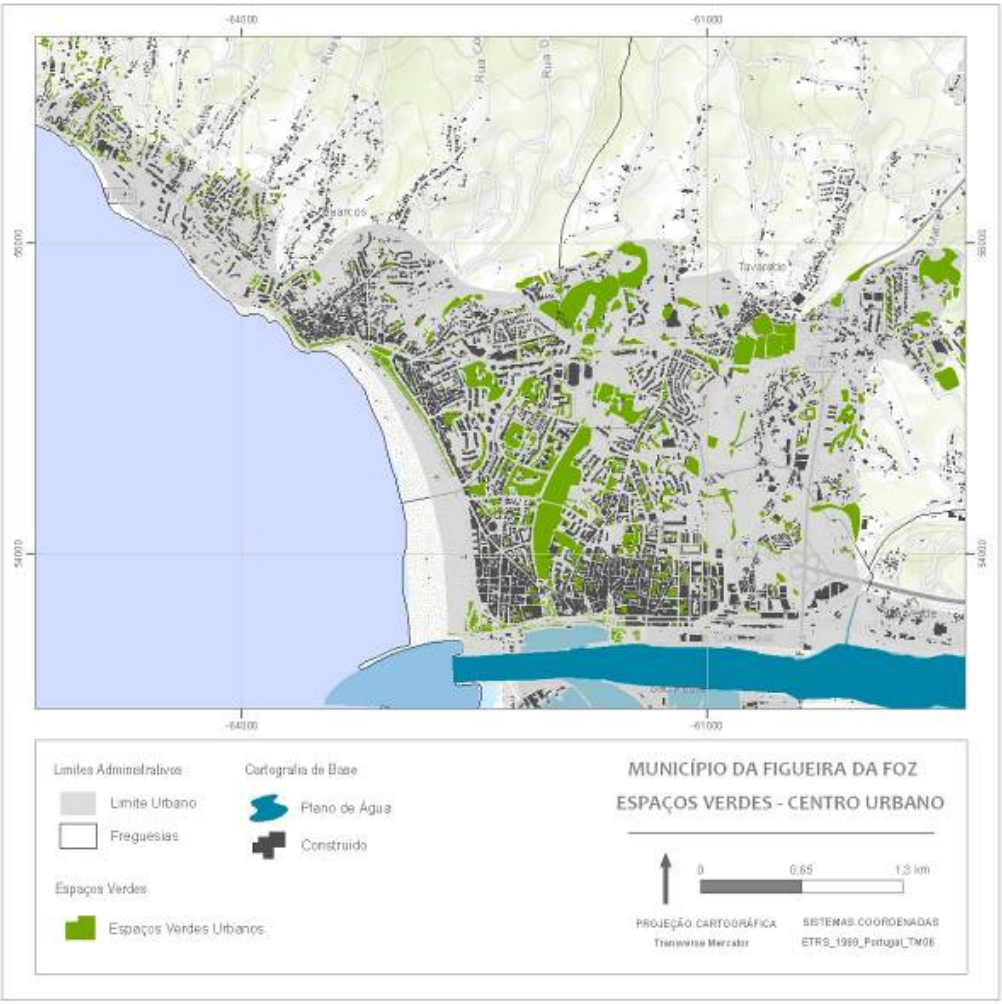


Figura 11 - Espaços verdes urbanos.

Uma constatação facilmente observável prende-se com a inexistência na zona urbana de Espaços Verdes com predominância arbórea, peças fundamentais na regularização topoclimática e microclimática urbana, assim como no proporcionar uma qualidade de vida acrescida aos residentes e turistas.

Os espaços verdes são um património cuja manutenção tem um impacto significativo no orçamento municipal. Impõem-se a continuidade de uma nova abordagem aos espaços verdes consoante a sua classificação e a introdução de planeamento para a sua sustentabilidade financeira e ambiental, usando menos água, espécies adequadas e técnicas como o *mulshing.*

3.2.1.2 – ESPAÇOS VERDES – ANÁLISE SWOT

Pontos Fracos	Pontos Fortes
- Pouca utilização da população pelos espaços verdes; - Excesso de espaços de reduzida dimensão com elevados custos unitários de manutenção por área; - Pouca sensibilização da população utilizadora dos espaços verdes para a sua preservação; - Falta de espaços arbóreos e espécies de árvores inadequadas para o clima e solo da Figueira da Foz; - Mão-de-obra da autarquia envelhecida e com pouca qualificação; - Equipamentos de limpeza e jardinagem pouco modernizados e pouco eficazes.	- Condições naturais e climáticas favoráveis; - Área de espaços verdes no concelho elevada face à realidade do país; - Melhoria das condições de escoamento de águas pluviais nos diversos espaços verdes (Abadias, Jardim Municipal); - Existência de bastantes equipamentos (parques infantis, campos desportivos, equipamentos desportivois) que promovem a utilização dos espaços pelos residentes e visitantes; - Espaços verdes com ligação aos principais equipamentos lúdicos (CAE, museu, biblioteca, escolas, estádio municipal, campos desportivos).
Ameaças	**Oportunidades**
- Falta de meios financeiros e mão-de-obra para a manutenção e preservação dos espaços verdes (orçamento municipal cada vez mais condicionado); - Alguns espaços verdes pouco cuidados por falta de meios; - Sensibilização da população deficiente para a preservação dos espaços verdes dando azo a actos de vandalismo frequentes; - Resistência da população em geral para a introdução de novas práticas de gestão dos espaços verdes, como por exemplo a utilização de prados de sequeiro em vez de relvados; - Espaços extensos com elevada necessidade de água devido à falta de sombras (árvores e arbustos).	- Espaços verdes com dimensão crítica (Abadias) para atrair determinadas actividades ao ar livre; - Aumento do uso dos espaços verdes através da instalação de equipamentos; - Vontade política em promover os espaços verdes com plantação de árvores; - Presença de empresas da fileira florestal no concelho com capacidade para acções de mecenato ambiental; - Requalificação dos espaços com introdução de maior biodiversidade.

3.2.1.3 – ESPAÇOS VERDES – EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Eixos Estratégicos	Acções
2.1 Definir Linhas orientadoras para a concepção e gestão dos espaços verdes	2.1.1 Definir um Regulamento para a concepção e manutenção dos espaços verdes da Figueira da Foz 2.1.2 Definir um Plano de Gestão da rega e de eficiência hídrica. Por exemplo colocando grande quantidade de árvores e arbustos, uma área pequena de relvado, utilizando de forma geral, espécies pouco exigentes em água. Continuando a implementar horários racionais para a rega (evitando horas de maior calor). 2.1.3 Implementação de uma política de arborização em todo o concelho, em especial em espaços amplos (praças, jardins, parques, rotundas) em detrimento dos passeios que requerem maior manutenção.
2.2 Consciencialização para a importância dos espaços verdes em meio urbano	2.2.1 Promover campanhas de sensibilização para a importância dos espaços verdes. 2.2.2 Criar um projeto comunitário –naturalização da praia Figueira da Foz/Buarcos, criando um novo parque urbano.
2.3 Introdução das melhores práticas na gestão dos espaços verdes	2.3.1 Técnicas de minimização de manutenção de espaços verdes (reforçando a formação especializada dos técnicos). 2.3.2 Fomentar a utilização de espécies autóctones 2.3.3 Escolha de Mobiliário urbano para os espaços verdes mais robusto e que necessite de menor manutenção 2.3.4 Escolha de iluminação adequada (evitando a poluição luminosa e desperdício de energia) 2.3.5. Efectuar a manutenção periódica das estruturas construídas de modo a evitar a sua degradação total 2.3.6 Efectuar o esforço de renaturalização de cursos de água e lagos. 2.3.7 Garantir uma limpeza profunda dos espaços verdes geridos, se os resíduos não biodegradáveis (plásticos, latas, garrafas, etc.) permanecem no espaço verde acabam por degradá-lo.
2.4 Planeamento e gestão do parque arbóreo urbano	2.4.1 Continuar a implementar um inventário das árvores em meio urbano e um plano de gestão e de manutenção do parque arbóreo da responsabilidade da autarquia.

3.2.2 – ENERGIA

3.2.2.1 – ENERGIA - DIAGNÓSTICO

O consumo de energia está na origem de 80% das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) na União Europeia e implica um notável esforço de importação de combustíveis. A União Europeia, tendo em vista a redução da dependência externa e a mitigação das alterações climáticas, elaborou a "Estratégia 20-20-20" que preconiza uma redução de 20% no consumo de energia, 20% redução nas emissões de GEE e 20% de produção de energia com base em fontes renováveis, até 2020. Esta estratégia europeia deverá ser replicada pela autarquia, concretizando os objetivos anteriormente delineados nos equipamentos e serviços sob a sua alçada.

Um planeamento energético eficaz permitirá otimizar a prestação de serviços melhorando a qualidade de vida dos munícipes, quer pela redução de custos na utilização de energia, quer pela redução de emissão de gases com efeito de estufa, aumentando assim a competitividade económica do concelho da Figueira da Foz.

As fontes de energia mais significativas usadas pela Câmara Municipal da Figueira da Foz (CMFF) são as seguintes:

– Gasóleo e gasolina

- Frota de máquinas (Obras)
- Veículos (Mobilidade)

– Gás natural e propano

- Aquecimento (água e climatização)

– Eletricidade

- Climatização de edifícios
- Iluminação de interiores e "pública" (exterior)

No papel de consumidor de energia, o Município pretende investir nas seguintes áreas de forma a reduzir a despesa, aumentar a eficiência e compatibilizar a sua ação com os desafios ambientais (e.g. alterações climáticas, poluição do ar):

- Iluminação pública.
- Parque de edifícios e equipamentos municipais (centros administrativos, piscinas, escolas, instalações culturais, instalações desportivas, etc);
- Frota de veículos municipais (veículos de serviço, veículos de apoio aos espaços verdes, veículos de limpeza de ruas, veículos de transporte público, máquinas diversas, autocarros, etc.);

Constata-se que 65% dos custos totais com eletricidade do concelho respeitam a iluminação pública.

Tipo de consumo	Custo	Peso
Iluminação Pública	1.096.055,11€	65%
Edifícios e outros	589.472,95€	35%

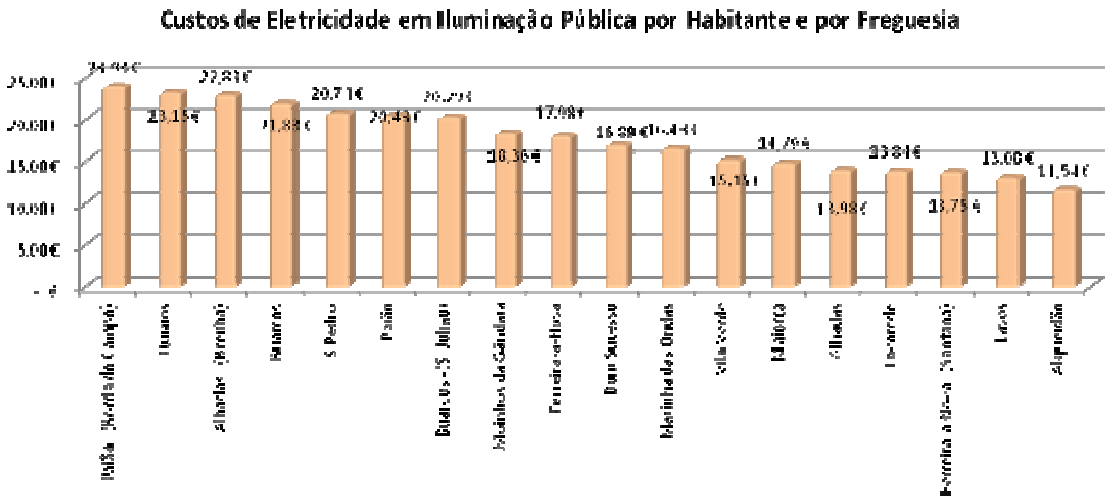


Figura 12 - Custos de eletricidade em iluminação pública por habitante e por freguesia em 2013.

Os consumos de eletricidade da responsabilidade da Câmara Municipal, em média e baixa tensão, distribuem-se por vários centros de custos. Aqueles que têm mais peso na fatura da eletricidade são a Juventude, Desporto e Animação Desportiva (piscinas, estádio municipal, pavilhões), o próprio edifício da Câmara Municipal e o CAE, perfazendo 56% dos custos tais.

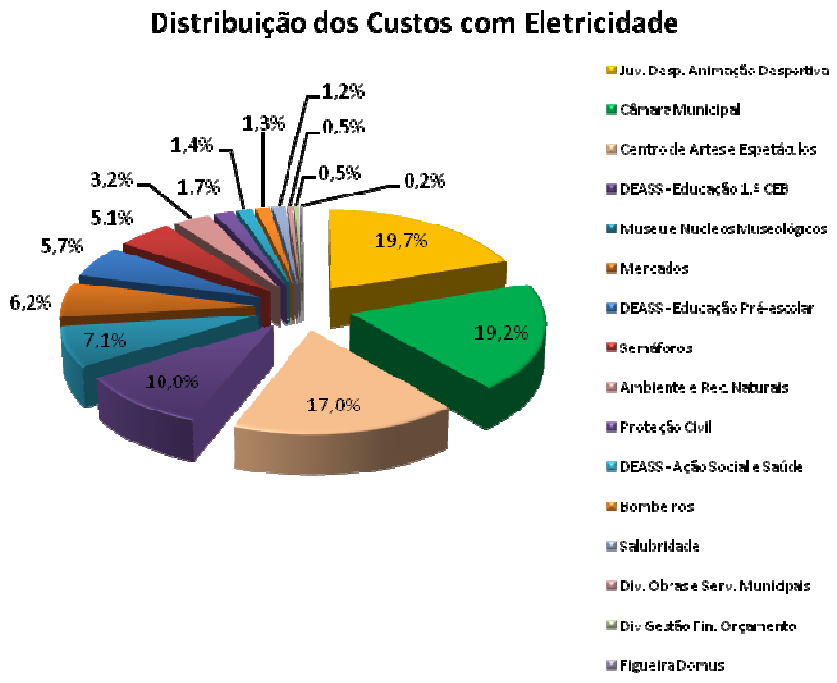


Figura 13 - Distribuição dos custos com eletricidade por centro de custo da CMFF em 2013.

Constata-se que em termos de custos com eletricidade em média e baixa tensão os centros de custos com maior peso face ao valor total deste consumo são o da "Juventude, Desporto, Animação Desportiva", "Câmara Municipal" e "Centro de Artes e Espetáculos "representando cerca de 56 % dos custos totais deste consumo. O centro de custos "Juventude, Desporto, Animação Desportiva" engloba piscinas, estádio e recintos desportivos.

3.2.2.2 – ENERGIA – ANÁLISE SWOT

Quadro 3 – SWOT | Energia

Pontos Fracos	Pontos Fortes
- Excesso de iluminação pública em muitos locais; - Não adequação dos horários de iluminação; - Pontos de iluminação redundantes e algumas zonas com iluminação ineficiente (elevado consumo e fraca qualidade na iluminação); - Infraestruturas envelhecidas e com elevados consumos energéticos (isolamentos inadequados, sistemas AVAC obsoletos); - Pouca utilização de energias alternativas nos equipamentos municipais (painéis solares e fotovoltaícos); - Falta de mão-de-obra qualificada no sector da energia na autarquia (faltam electricistas, Eng. Electrotécnicos) e sem possibilidade de novas contratações;	- Condições naturais e climáticas favoráveis (muita claridade); - Cidade com boa cobertura de iluminação pública e com boas possibilidades de implementar medidas de racionalização; - População aceita medidas de racionalização de energia, desde que explicadas e informadas;
Ameaças	**Oportunidades**
- Falta de meios financeiros para a requalificação da iluminação pública (Ex: substituição por leds) e dos equipamentos municipais (Ex: melhorar isolamentos e implementação de sistemas solares); - Consciência errónea da população que menos iluminação = menos segurança; - Contrato de concessão com a empresa de Electricidade com limitações; - Frota camarária obsoleta; - Piscinas Municipais com baixa sustentabilidade devido aos custos energéticos; - Falta de meios financeiros dos munícipes para requalificação e melhoria das características construtivas dos seus edifícios; - Falta de sensibilização da população para a poupança de energia quer nos equipamentos municipais quer nas suas casas.	- Redução do consumo através da eliminação de luminárias redundantes e adequação dos horários de iluminação às reais necessidades; - Melhoria da qualidade da iluminação e redução da poluição luminosa; - Redução do consumo de energia pela frota municipal; - Redução do consumo energético nos edifícios e equipamentos municipais; - Promoção da requalificação energética dos edifícios e privilegiar e incentivar a construção sustentável; - Melhorar os níveis de informação e sensibilização dos munícipes e funcionários da autarquia para a eficiência energética;

3.2.2.3 – ENERGIA – EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Eixos Estratégicos	Acções
3.1 - Redução do consumo de energia pela Frota Municipal	3.1.1 Uso de combustíveis alternativos menos poluentes e com menores custos (GPL – Gás de Petróleo Liquefeito; Elétricos); 3.1.2 Otimização das rotas e percursos; 3.1.3 Condução "defensiva"; 3.1.4. Renovação da frota recorrendo a veículos mais eficientes (uso de e-bikes); 3.1.5 Estabelecimento de metas e objetivos de eficiência energética (Ex:toneladas equivalentes de petróleo / hora de trabalho).
3.2 Redução do consumo energético nas Piscinas Municipais	3.2.1 Implementação de painéis solares térmicos para aquecimento das águas 3.2.2 Sensibilização dos utilizadores para que haja preocupação e hábitos de poupança de energia e de água. 3.2.3 Respeito pelas Normas relativas à temperatura da água, garantindo que esta se encontra apenas a 24-28 graus. 3.2.4 Divulgar aos utilizadores, e munícipes, o custo real da gestão da piscina.
3.3 Promoção da Requalificação Energética dos Edifícios e Construção Sustentável	3.3.1 Fazer um diagnóstico energético de todos os edifícios municipais de maneira a conhecer profundamente o seu consumo. 3.3.2 Nomear um gestor de energia de cada edifício municipal que garanta o controlo e verificação dos consumos e faça a promoção da utilização racional da energia 3.3.3 Melhoria das características construtivas dos edifícios, reduzindo as necessidades energéticas em aquecimento e arrefecimento e iluminação; 3.3.4 Utilização de equipamentos energeticamente mais eficientes; 3.3.5 Instituir uma Qualidade de Ar Interior e Climatização adequadas nos edifícios
3.4 Programa de Financiamento para a Requalificação Energética	3.4.1 A cidade deverá ter uma estratégia de baixo carbono e baixo consumo energético ao nível do planeamento e da requalificação dos espaços. 3.4.2 Promover a redução da utilização de automóvel individual, criando sistemas e circuitos para a utilização de bicicletas como meio preferencial de deslocação na cidade e até mesmo na região . 3.4.3 Projectar as localidades de modo a reduzir a passagem de automóveis e criando mais zonas pedonais. 3.4.4. Promover a reabilitação urbana dos edifícios municipais e habitacionais através da requalificação energética dos mesmos, através de técnicas construtivas e de instalação de equipamentos que utilizem energia alternativa.
3.5 Redução do consumo de energia na Iluminação Pública	3.5.1 Melhoria da qualidade e eficiência da iluminação (substituição por luminárias com eficiência energética, menor consumo, melhor qualidade, maior período de vida e um benefício económico e ambiental) 3.5.2 Adequação dos horários de iluminação (recorrendo de preferência a controladores com relógios astronómicos) 3.5.3 Eliminação da iluminação redundante. 3.5.4 Georeferenciação de todas as iluminarias e cadastro 3.5.5 Classificação de edifícios, monumentos e zonas de lazer de acordo com a importância e necessidade de iluminação 3.5.6 Aplicação de temporizadores na iluminação ornamental 3.5.7 Manter permanentemente actualizado o Plano diretor municipal de iluminação pública que permita um desenvolvimento orgânico e sustentado da infraestrutura de iluminação pública 3.5.8 Redução da poluição luminosa - produzido pela luz exterior mal direcionada, dirigida para cima, ou para os lados, perdendo-se para fora das áreas que se pretendem iluminar. 3.5.9 Aumento da segurança rodoviária. A iluminação tem também um papel importante na garantia da segurança rodoviária, especialmente nas interceções e cruzamentos, passadeiras e locais de elevada densidade pedonal. As vias devem ser iluminadas eficientemente, os obstáculos evidenciados e, principalmente, a segurança do peão deve ser garantida.
3.6 Sensibilização e informação dos munícipes e funcionários sobre eficiência energética	3.6.1 Ter uma estratégia de comunicação com os munícipes e funcionários para a temática do consumo sustentável de energia; 3.6.2 Consciencialização dos cidadãos para os problemas da utilização de projetores mal direcionados. 3.6.3 Reforço da comunicação com os munícipes (registando avarias, e promovendo a participação do cidadão no plano de racionalização de energia . 3.6.4 Introdução de objetivos de eficiência energética nos Relatórios de Gestão da Autarquia com divulgação interna e externa. 3.6.5 Sensibilização da população para Controlo dos equipamentos que ficam ligados durante as horas de inatividade por desleixo dos utilizadores, excesso de aquecimento ou de arrefecimento, privilegiar a iluminação natural, uso de equipamentos pouco consumidores de energia, privilegiar deslocações a pé, etc.

3.2.3 – RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA

3.2.3.1 – DIAGNÓSTICO

O aumento da eficiência na gestão dos resíduos gerados no concelho, e uma maior eficácia da limpeza e higiene urbana, são objetivos próprios de concelhos ambiciosos em matéria ambiental.

Nos últimos anos, estudos encomendados pela autarquia concluíram que vários fatores impedem que atinja patamares europeus de valorização de resíduos. Os fatores com mais peso incluem a falta de ecopontos mais próximos das habitações, necessidade de reforço da informação aos munícipes, extensão da aplicação do Princípio do "Poluidor Pagador" e utilização de mais meios mecânicos; controlo deficiente da eficiência (resultados) das ações de limpeza e infrequência das mesmas. Acresce ainda o comportamento cívico inapropriado de muitos cidadãos, para além de sujarem e alimentarem animais na via pública, usam os serviços de limpeza da CMFF para a recolha dos resíduos sólidos por si gerados, não respeitando os funcionários nem os regulamentos municipais.

A gestão dos resíduos (Figura 12), a recolha e o transporte até destino final, é da responsabilidade da Câmara Municipal da Figueira da Foz que, através de contrato celebrado, concessiona o serviço a outras entidades.

Responsabilidade da Gestão de Resíduos

1. **Câmara Municipal da Figueira da Foz (administração directa ou concessão)**
   - Resíduos Indiferenciados: concessão da recolha e transporte à empresa Novaflex/SUMA até 2019
   - Recolha de Monos/Monstros;
   - Óleos usados, roupas usadas;
   - Política de prevenção (responsabilidades partilhadas com a ERSUC, SPV, APA)
   - Tarifários e regulamentos;
   - Limpeza urbana e praias;
   - Veículos em fim de vida.
2. **ERSUC SA (empresa estatal da qual a CMFF é accionista)**
   - Gestão dos Ecopontos e Recolha dos recicláveis (embalagens, vidro, plásticos, papel e cartão), transporte e valorização;
   - Estação de transferência;
   - Deposição final, tratamento mecânico biológico;
   - Selagem de aterros;
3. **Outras Entidades Nacionais**
   - Fluxos Específicos (óleos lubrificantes, pilhas, resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, resíduos perigosos em pequenas quantidades);

Figura 14 - Responsabilidades na gestão de resíduos locais.

A caracterização física dos RSU em 2010, fornecida pela ERSUC, está representada no gráfico seguinte (Figura 13).

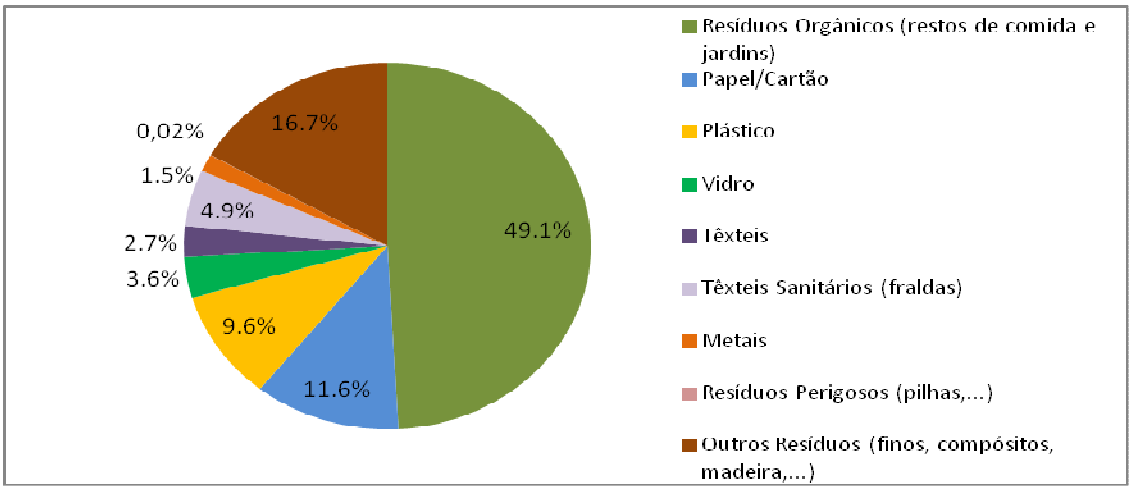


Figura 15 - Composição física dos RSU (ERSUC).

Na tabela seguinte compara-se a produção de resíduos com alguns dos concelhos mais próximos através de dados fornecidos pela ERSUC (Quadro 5).

Quadro 4 - Produção de resíduos em concelhos da ERSUC em 2013

Município	Produção de RSU (ton/ano)	Capitação de RSU (kg/hab.dia)
Coimbra	57241,48	1,129
Figueira da Foz	26712,72	1,190
Aveiro	34232,22	1,207
Ílhavo	17983,58	1,280
Arganil	3762,66	0,870
Média da ERSUC		0,989

Os resíduos indiferenciados produzidos por habitante ascendem aos 1,190 kg por habitante por dia, superior à média dos membros da ERSUC (0,989 kg/hab.dia), em 2013. No entanto, inferior a municípios como Aveiro ou Ílhavo.

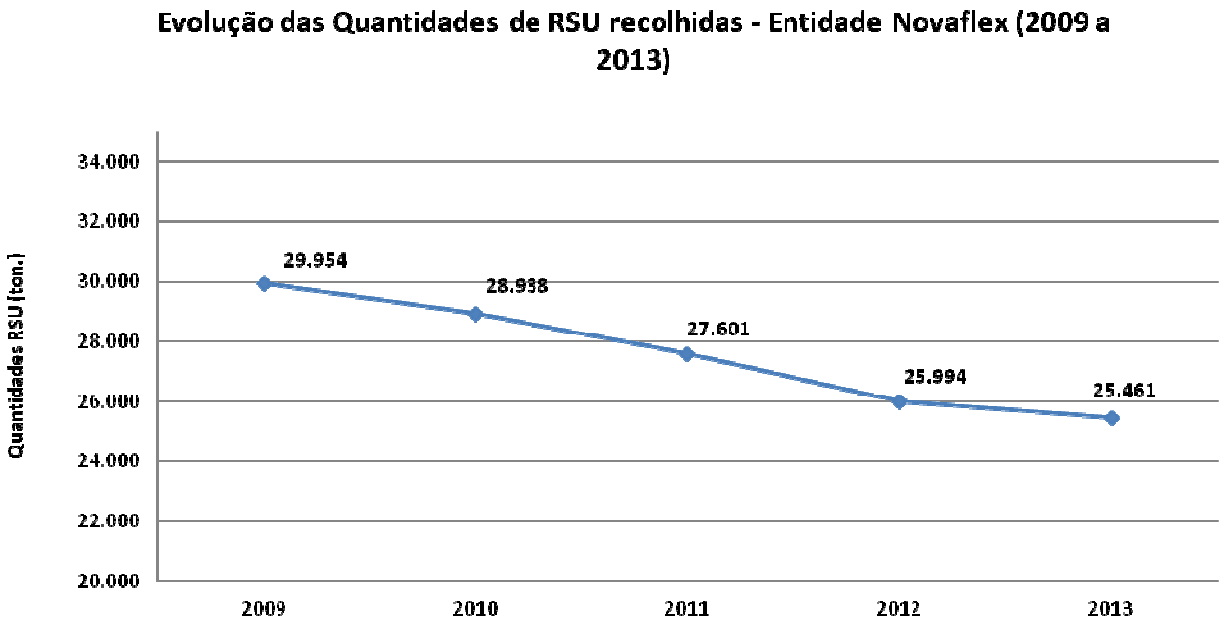


Figura 16 – Evolução das Quantidades RSU – Entidade Novaflex

A recolha de resíduos recicláveis através do sistema de Ecopontos resulta no desvio do Aterro de quantidades de materiais entre o vidro, o papel/cartão e as embalagens (plásticos e metais). O total de materiais recolhidos pelos Ecopontos, em 2013, ascende a 29,09 kg por habitante por ano.

A recolha seletiva corresponde apenas a aproximadamente 7% do total dos RSU da Figueira da Foz, significando que aproximadamente 93% dos resíduos são misturados e representam uma despesa direta para a autarquia.

Na tabela abaixo, está representada a recolha seletiva efetuada no concelho da Figueira da Foz, dados fornecidos pela ERSUC, e comparativamente a outros concelhos (Quadro 5).

Quadro 5 - Resultados da recolha seletiva em concelhos da ERSUC em 2013

Município	Recolha Selectiva (kg/hab.ano)				Equipamentos Instalados			
	Vidro	Papel e Cartão	Plástico e Metais	Total (kg/hab.ano)	Vidrões	Papelões	Embalões	Densidade (Hab./contentor)
Coimbra	14,53	15,76	7,60	37,89	598	515	508	86
Figueira da Foz	14,75	8,55	5,79	29,09	267	261	261	78
Aveiro	15,80	8,24	5,78	29,82	319	263	245	94
Ílhavo	16,72	8,71	6,00	31,43	188	143	142	81
Arganil	12,80	5,36	2,91	21,07	77	41	37	76
Média da ERSUC	15,16	8,23	5,18	28,57				77

Estima-se ainda uma quantidade significativa de resíduos verdes (relva, restos de árvores e folhagem, outro material proveniente de jardins e espaços verdes,..etc) sejam depositados nos contentores de RSU.

As quantidades estimadas situam-se entre 5 a 10% da quantidade recolhida, ou seja entre 1.500 a 3.000 toneladas anuais.

Entre 2010 e 2012 foram distribuídos pela Câmara Municipal da Figueira da Foz cerca de 100 compostores a particulares residentes no concelho. A compostagem doméstica permite o tratamento da fração biodegradável (+ 40% do total), descentralizado, a nível doméstico, com um custo quase zero e com um impacte ambiental positivo.

A Câmara Municipal da Figueira da Foz é responsável pela limpeza dos espaços públicos no concelho da Figueira da Foz. Uma grande parte freguesias de Buarcos e Tavarede é servida pelos Serviços de Limpeza Urbana da responsabilidade direta da Divisão de Ambiente da Câmara Municipal. A limpeza nas outras freguesias é da responsabilidade das respetivas Juntas, executando a Câmara alguns serviços especiais, como sejam a limpeza das valetas e bermas, recolha de monos, etc.

Os serviços de higiene e limpeza apresentam a seguinte estrutura operativa, meios e equipamentos.

- Área Servida: cerca de 6,3 km2
- Nº total de funcionários: 34
- Viaturas afetas ao serviço: 11
    - 2 Varredoras;
    - 1 Lava ruas;
    - 2 Veículos de recolha de monos;
    - 1 Veículo de recolha de contentores;
    - 1 Tricarro;
    - 1 Veículo afeto ao chefe de serviço e equipas de manutenção de sanitários e balneários;
    - 1 Dumper (trabalhos na praia e valas);
    - 2 Aspiradores.

3.2.3.2 – ANÁLISE SWOT

Quadro 6 - SWOT | gestão dos resíduos.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
- Fraca sensibilização da população para o correcto uso dos contentores de deposição de resíduos (fraca separação de resíduos); - Existência de inúmeros locais de deposição ilegal de resíduos; - Reduzidos níveis de recolha selectiva de resíduos nos ecopontos; - Fraco envolvimento da ERSUC no esforço da recolha selectiva e na sensibilização (ausência de campanhas de sensibilização); - Falta de estratégia de sensibilização e motivação dos munícipes e dos operadores económicos para a correcta separação dos resíduos (pouca fiscalização e coimas); - Fracos recursos financeiros da autarquia para investir em novas infraestruturas; - Recursos humanos insuficientes a nível da actual estrutura municipal, especialmente no plano operacional.	- Existência de zonas no concelho com potencial para funcionarem como zonas piloto (recolha porta-a-porta e compostagem doméstica); - Grande número de jovens em idade escolar, facilitando e potenciando a recolha selectiva e a alteração de hábitos; - Aproveitamento do interesse demonstrado pelos munícipes nas Hortas Urbanas e Compostagem doméstica; - Existência de diversos estabelecimentos com boas práticas de classificação, separação e encaminhamento de resíduos para operadores licenciados; - Existência de empresas dedicadas à reciclagem no concelho.
Ameaças	**Oportunidades**
- Resistência por parte dos munícipes a alterações nos hábitos de separação e deposição de resíduos; - Adesão insuficiente de sectores chave, como o sector do comércio e da restauração, ao esforço da recolha selectiva; - Agravamento das despesas de tratamento final; - Resistência da população a um tarifário que repercuta os custos reais da gestão municipal de resíduos; - Inexistência de um tarifário que incentive uma menor produção de resíduos e uma maior separação dos materiais.	- Criação de uma maior sensibilização para as questões ambientais na sociedade; - Abatimento de custos mediante uma elevada participação dos munícipes e dos operadores económicos no reforço da recolha selectiva; - Adopção de soluções inovadoras e pioneiras a nível regional; - Promoção do envolvimento e da participação dos munícipes na planificação, implementação e monitorização das soluções propostas.

3.2.3.3 –EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Eixos Estratégicos	Acções
4.1 – Prevenção da produção e da perigosidade dos resíduos	4.1.1 Redução da produção de resíduos, em particular daqueles que têm habitualmente como destino final soluções de mais onerosas de Tratamento Final centralizado na Estação de Tratamento Biológico e Mecânico (TMB) de Vil de Matos, em Coimbra; 4.1.2 Minimização da perigosidade dos resíduos que ainda assim forem produzidos. 4.1.3 Implementação de projetos de compostagem doméstica. 4.1.4 Adoção de política de compras ambientalmente correta por parte do concelho. 4.1.5 Criação de prémios para projetos de prevenção de resíduos. 4.1.6 Implementação de sistemas de taxa variável do tipo PAYT (Pagar de acordo com o que se produz).
4.2 Promoção da separação multimaterial visando maximizar a reciclagem	4.2.1 Ampliação da rede de ecopontos 4.2.2 Análise e implementação da recolha seletiva porta-a-porta 4.2.3 Análise da viabilidade técnica e económica da valorização de resíduos biodegradáveis 4.2.4 Lançamento do prémio de recolha seletiva. 4.2.5 No caso dos resíduos de construção e demolição exigir o comprovativo da sua entrega a entidade licenciada para a sua gestão

4.3 Reforçar a comunicação entre os intervenientes e a sensibilização da comunidade	4.3.1 Elaboração de um plano de comunicação e educação ambiental 4.3.2 Aumentar a participação dos empresários dos vários setores económicos, promover os serviços disponíveis e/ou a criar, e aumentar a cultura ambiental dos operadores no que diz respeito a boas práticas ambientais e aos destinos adequados para cada resíduo. 4.3.3 Elaboração de um manual de apoio à gestão de resíduos pelos munícipes. (Pretende-se aqui criar um manual de fácil leitura, eminentemente prático, que vise facultar aos munícipes informação sobre todas as soluções de gestão de resíduos existentes no concelho e dar a resposta objetiva às dúvidas que possam surgir). 4.3.4 Preparação e implementação de conteúdos informativos no site da Câmara Municipal.
4.4 Tornar a fiscalização mais eficiente e combater a deposição ilegal de resíduos	4.4.1 Assegurar uma fiscalização eficiente para evitar a continuação dos despejos ilegais dos mais diversos tipos de resíduos, penalizando, sempre que possível, os responsáveis pelos novos focos de poluição e assegurando o encaminhamento dos resíduos despejados para as infraestruturas adequadas disponíveis. 4.4.2 Plano de recuperação e limpeza dos locais de deposição ilegal de resíduos. O principal objetivo é recuperar a qualidade ambiental e paisagística dos locais deixados livres pelo encerramento dos depósitos de entulho e resíduos. 4.4.3. Organizar uma grande ação anual de limpeza.
4.5 Apoiar as empresas na melhoria da sua gestão de resíduos	4.5.1 Elaboração de um manual de apoio à gestão de resíduos pelas empresas do concelho 4.5.2 Organização de ações de sensibilização dirigidas aos diferentes setores económicos
4.6 Reforço dos instrumentos de suporte da gestão municipal	4.6.1 Implementar as aplicações SIG específicas para apoio à gestão municipal de resíduos e limpeza urbana. 4.6.2 Elaboração de relatórios anuais. Estes relatórios têm como objetivo documentar a avaliação anual da evolução do sistema municipal de gestão de resíduos e limpeza urbana, baseada num conjunto de indicadores de desempenho, e ainda garantir a sua divulgação pública. 4.6.3 Promover a organização de cursos de formação do pessoal afeto à gestão municipal de resíduos e limpeza urbana.

3.2.4 – GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

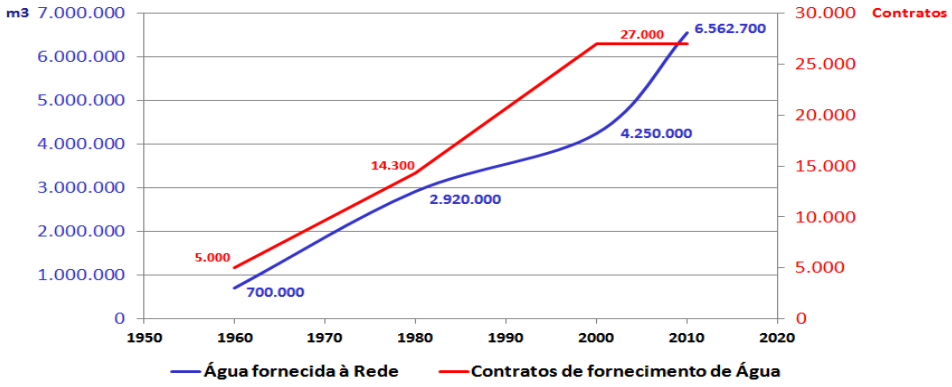
3.2.4.1 – DIAGNÓSTICO

As características do concelho da Figueira da Foz, resumidamente, em matéria de recursos hídricos são as seguintes:

- Área da Bacia Hidrográfica do Baixo Mondego, 1 715 km^2 (terceira maior bacia hidrográfica inteiramente portuguesa);
- Clima sob a influência Mediterrânica, caracterizado como Sub Húmido: dois meses muito secos (Julho/Agosto, temperaturas médias máximas superiores a 25 graus) e défice de água no solo de Maio a Agosto;
- Regime Hidrográfico Semi-Torrencial com média de precipitação, 692 mm (70% entre Outubro e Março) sendo que em dois terços dos dias são secos;
- Construção das Barragens: caudais fluviais regularizados, de máx. 7,5 l/s para mín. 1,5 l/s

- Estuário do Mondego: zona de elevada biodiversidade e produtividade biológica, mistura de água doce e salgada

O aumento do consumo de água potável acompanhou naturalmente o avanço da infraestrutura e mudança de hábitos da população, assim os números desde 1960 até 2011 espelham essa tendência (Figura 15):



Fonte: Águas da Figueira S.A.

Figura 17 - Água para abastecimento humano

A Figueira da Foz apresenta um nível de tratamento de águas residuais superior a 90%, em 2011.

O Rio Mondego drena uma bacia hidrológica de cerca de 6670 km^2 na faixa costeira ocidental de Portugal. O estuário do Mondego tem uma área de 3.4 km^2, apresentando uma profundidade média de cerca de 2 metros e uma profundidade típica de cerca de 4 metros nas zonas subtidais. A deposição de sedimentos na zona de jusante levou à formação de uma ilha que individualiza dois braços – braço Norte e braço Sul – com cerca de 7 km de comprimento. O braço Norte com profundidades máximas de 10 m é o mais profundo e mais dinâmico. O Canal Sul está particularmente assoreado nas zonas de montante. Como consequência das diferenças morfológicas, propagação muito diferente nos dois canais, podendo o nível atingir os 5 metros em praia-mar no canal norte, enquanto no canal sul não ultrapassa os 4 metros (Marques, 1990).

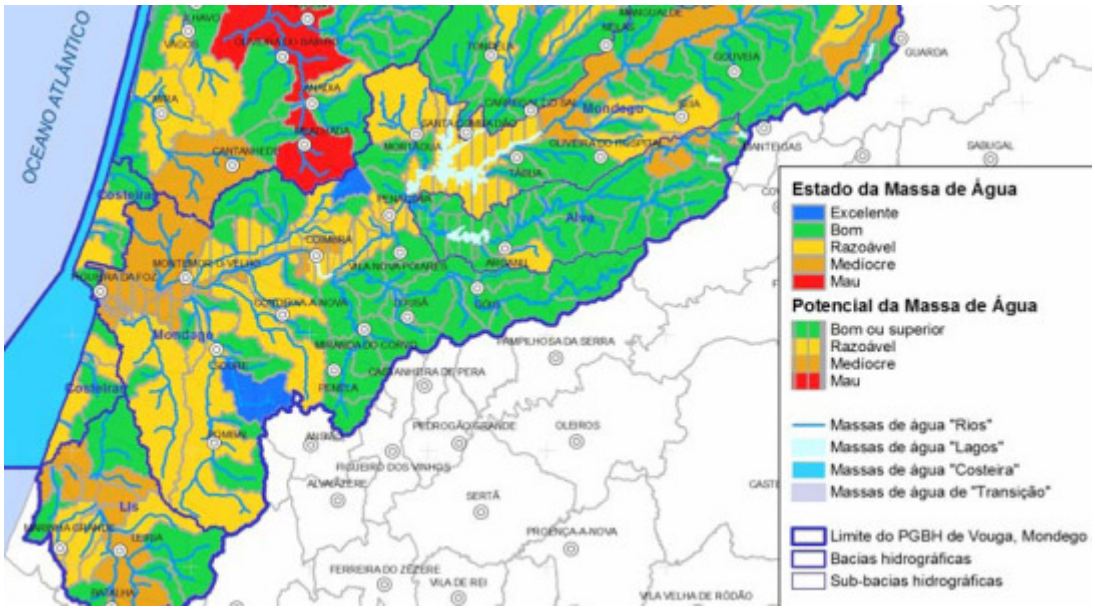
Na análise à quantidade de água disponível na Bacia do Baixo Mondego assume-se que a capacidade é suficiente para abastecer as necessidades esperadas para os próximos anos.

O maior peso do setor agrícola é natural na sub-bacia do Mondego, também no concelho da Figueira da Foz, justificado pela irrigação proporcionada pelo canal do Mondego com origem no Açude da Ponte de Coimbra. Também o setor industrial é abastecido a partir do mesmo canal, com especial relevância para as indústrias de papel CELBI - Celulose Beira Industrial e SOPORCEL - Sociedade Portuguesa de Papel, localizadas na margem sul do concelho da Figueira da Foz. Também a recente Central Termoelétrica a Gás, situada em Lares, apresenta consumos de água significativos.

A Agência Portuguesa do Ambiente ARH Centro, entidade com a tutela sobre a gestão da água e recursos hídricos no concelho da Figueira da Foz, fez um diagnóstico recente (2011). Os problemas mais significativos decorrem de ações nas massas de água, que dificultam o cumprimento dos objetivos da Lei da Água:

- A existência de águas enriquecidas por nitratos e fósforos devido à descarga de águas residuais, uso de fertilizantes na agricultura e a gestão incorreta dos chorumes, estrumes e lamas de depuração das indústrias agropecuárias;
- A poluição microbiológica e orgânica (CBO5, azoto amoniacal) resultante das descargas de águas residuais urbanas e industriais e do número elevado de instalações com nível de tratamento primário e a existência de instalações que não cumprem os requisitos legais (a nível das descargas).

Especificamente no concelho da Figueira da Foz verificam-se zonas onde predominantemente o "Estado da Massa de Água" é considerado "Medíocre" e "Razoável" o que deverá ser fonte de preocupação (Figura 15).



Fonte: ARH Centro, Plano da Região Hidrográfica do Vouga

Figura 18 - Estado das massas de água

As "Dunas de Quiaios", situadas a norte da Serra da Boa Viagem, entre as vilas de Quiaios e da Tocha, têm um desenvolvimento ao longo da costa de cerca de 12 km e uma largura aproximada de 6 km. Na zona de interface entre as Dunas de Quiaios e a planície gandarense, encontra-se um conjunto de quatro lagoas de água doce, vulgarmente designadas por Lagoas de Quiaios.

A Lagoa da Vela cobre uma área aproximada de 67 hectares e a Lagoa das Braças uma área de 29 hectares. A lagoa da Vela é a maior do litoral centro, confina com a Mata Nacional das Dunas de Quiaios, e toda a margem

nascente tem um uso predominantemente agrícola. Desenvolvem-se várias atividades de lazer, nomeadamente a pesca e desportos náuticos não motorizados.

A Lagoa da Vela é na realidade um pequeno lago natural pouco profundo, com pouco mais de dois metros de profundidade máxima. Durante os meses mais húmidos do ano, a lagoa alimenta uma pequena linha de água intermitente, a Vala do Zurrão, que corre em direção aos campos do Baixo Mondego. O sistema dunar de Quiaios apresenta uma rede de drenagem superficial descarrega diretamente para o oceano Atlântico, o mesmo acontecendo com as valas que drenam as Lagoas das Braças. Recentes à escala geológica, as lagoas de Quiaios deverão ter permanecido num baixo estado trófico, durante séculos, dada a fraca expressão da ocupação humana nesta área, até ao século XVIII. A pressão antropogénica é agora mais intensa devido à utilização de fertilizantes químicos, a par com o crescimento da produção animal e o abandono da prática da colheita de plantas aquáticas nas lagoas, a proliferação de fossas séticas e o incremento do uso recreativo das lagoas, a partir dos meados do século XX.

Neste momento as Lagoas apresentam, em particular a da Vela, um elevado nível de contaminação do aquífero freático e avançado estado trófico.

As causas mais próximas da degradação das massas de água na região da Figueira da Foz são as seguintes, segundo os Relatórios da ARH Centro:

- Contaminação pelos efluentes de origem humana (agrícola, urbana, industrial);
- Natureza Química – efluentes da indústria, estaleiros, agricultura (pesticidas e herbicidas), aquacultura (antibióticos);
- Natureza Orgânica – indústrias, pecuárias, porto de pesca, lota, aquaculturas, fábricas de farinha de peixe, lagares;
- Obras Hidroagrícolas do Mondego;
- Sobre-exploração dos recursos;
- Metais pesados (incluindo o chumbo dos projeteis usados na caça).
- Várias lixeiras selvagens existentes, de pequena e média dimensão, com uma localização dispersa por todo o concelho (Foto 1);
- O Aterro Sanitário da ERSUC (Entidade Intermunicipal responsável pelo Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos) na freguesia de Lavos. Este é reconhecido como uma potencial fonte de pressão sobre os recursos hídricos, devido aos problemas de funcionamento detetados e falta de monitorização em determinados períodos do seu funcionamento.

As Ameaças às Massas de Água foram ainda descriminadas pela ARH Centro da seguinte forma:

- Erosão dos solos (perda de capacidade de retenção da água, fogos florestais, eucaliptização excessiva);
- Intrusão salina (erosão costeira, aumento do nível médio do mar);
- Pesticidas (fitofarmacêuticos, usados na agricultura e em especial na cultura do arroz) e outros poluentes emergentes (e.g. restos de medicamentos) de difícil remoção.

Foto 1 – Exemplo de ameaça devido à existência de lixeiras selvagens (freguesia de Lavos)

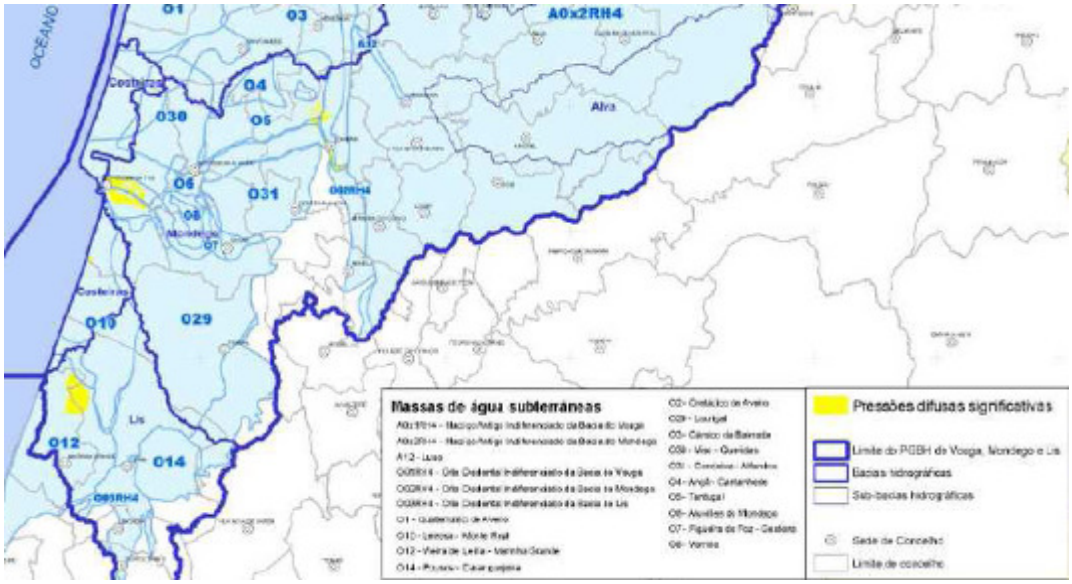


Figura 19 - Estado das Massas de Água Subterrâneas

As infraestruturas portuárias potencialmente relevantes para Plano de Gestão da Água foram identificadas como sendo o "Porto da Figueira da Foz", incluindo a Doca de Recreio e Serviços, Porto Comercial -Terminal de Granéis sólidos, Receção de Produtos betuminosos, Estaleiros Navais do Mondego e o Porto de Pesca Costeira.

3.2.4.2 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Eixos Estratégicos	Acções
5.1 – Uso eficiente da água - Redução do consumo de água potável	5.1.1 Redução das perdas do sistema; 5.1.2 Auditoria e Caracterização do Consumo de Água Potável por parte do Município, ou seja, a pegada hídrica, é um passo importante na avaliação do uso da água, reconhecendo-se assim eventuais desperdícios e todo o potencial de redução 5.2.3 Projetos de Educação Ambiental nas Salinas e no EcoMuseu do Sal - conjunto de atividades inseridas num plano com renovação e periodicidade anual, vocacionadas e relacionadas com o tema Água, sensibilizando especialmente a população escolar. 5.1.3 Lavagens com reutilização de águas/ águas cinzentas; 5.1.4 Minimizar através da requalificação e conceção de "jardins sem rega" e sistemas de rega inteligentes (gota-a-gota); 5.1.5 Redução do consumo de água nos edifícios. Adequação da utilização de autoclismos, chuveiros, torneiras, urinóis e adequação de procedimentos na lavagem de pavimentos.
5.2 Sensibilização para o Uso eficiente da água - Boa utilização da água potável e protecção dos recursos hídricos	5.2.1 Promover as visitas de estudo às ETAR's por alunos das Escolas e Centros de Formação local. 5.2.2 Cartazes e Outdoors com incentivo a beber água da torneira 5.2.3 Projetos de Educação Ambiental nas Salinas e no EcoMuseu do Sal - conjunto de atividades inseridas num plano com renovação e periodicidade anual, vocacionadas e relacionadas com o tema Água, sensibilizando especialmente a população escolar. 5.2.4 Informação junto aos locais de escoamento de águas pluviais ("sarjetas") para a não deposição de resíduos, mesmo que sejam biodegradáveis.

5.3 Garantir a proteção dos recursos de água doce do concelho – Estuário do Mondego	5.3.1 Efectuar uma Avaliação da ocupação do solo e uso da água, de forma a obter uma gestão eficaz e consistente dos recursos aquáticos e hídricos. Complementarmente é necessário promover estudos profundos sobre a biodiversidade do Estuário do Mondego e as ameaças que impendem sobre os seus elementos. 5.3.2 Recuperação e Manutenção das Salinas, relevando a importância dos sistemas associados à produção de sal marinho. 5.3.3 Promoção da recuperação da Biodiversidade no Estuário do Mondego, em especial da ilha da Morraceira. Através da garantia das Ligações de saneamento; da Limpeza das margens (resíduos e vegetação); da Monitorização da qualidade da água e da Sensibilização e educação ambiental através de voluntariado. 5.3.4 Eliminar as ligações clandestinas. A ligação dos esgotos deverá ser realizada para o coletor de águas residuais, de acordo com o Regulamento.
5.4 Recuperação das lagoas do Concelho da Figueira da Foz	5.4.1 Reabilitação das lagoas e conservação dos valores naturais. O estado de degradação em que se encontram as Lagoas, dado o empobrecimento ecológico, económico e social, são alguns dos aspetos que devem motivar uma intervenção de requalificação que inverta a tendência atual. 5.4.2 Identificar as actividades mais poluentes e ameaçadoras do equilíbrio das lagoas, incluindo pontos de descarga de águas residuais. 5.4.3 Definir os espaços adjacentes com impacto na qualidade da água das Lagoas, condicionando-o e assim impedir actividades poluentes. 5.4.4 Promover o envolvimento da população e outras entidades na condução do processo de reabilitação das lagoas, de modo a minimizar os efeitos da pressão humana. 5.4.5 Sensibilizar a população potencialmente utilizadora das lagoas de modo a que se apercebam do valor dos espaços de que usufruem. 5.4.6 Controlar as espécies exóticas infestantes e monitorizar a qualidade da água. 5.4.7 Promover o ordenamento do espaço e uso sustentável das lagoas. Elaborar um projecto de Ecoturismo para as lagoas em consonância com a sua reabilitação. 5.4.8 Instalação de infraestruturas de apoio ao lazer.

3.2.5 – MOBILIDADE E TRANSPORTES

3.2.5.1 – DIAGNÓSTICO

A mobilidade urbana é na Figueira da Foz uma preocupação recente, que nem sempre tem merecido a atenção que lhe é devida. Isto, apesar das implicações práticas que a Mobilidade e Acessibilidades têm na vida da população e na qualidade do ambiente urbanizado. Alguns fatores contribuem de forma decisiva para o atual *status quo,* apontando-se os seguintes:

- Falta de formação técnica adequada nos serviços municipais competentes relativamente aos benefícios da Mobilidade Suave e Sustentável
- A abordagem setorial ao problema – quase sempre remetida para os serviços de trânsito ou de obras – explica a importância que é atribuída, muitas vezes de forma excessiva, à construção de novas infraestruturas viárias e o tratamento privilegiado proporcionado à gestão da circulação automóvel;
- Ausência de um planeamento a médio prazo (e menos ainda a longo prazo) tem conduzido ao privilegiar das ações de maior visibilidade ("Dia Europeu Sem Carros"), mas que nem sempre são as que contribuem para a resolução dos problemas de fundo, não havendo continuidade na implantação das soluções

- Baixa percentagem de utilização dos modos suaves e dos transportes coletivos em benefício das deslocações em transporte individual;

Na Figueira da Foz a maioria das deslocações é feita de automóvel (>50%), registando-se mais de 32.924 deslocações pendulares (Figura 20).

Unidade Geográfica (Concelho)	Nenhum, vai a pé %	Autocarro %	Comboio %	Transp. colectivo empresa ou escola %	Automóvel ligeiro particular %	Motociclo ou bicicleta %	Total movimentos
Estremoz	32.9%	6.5%	0.1%	7.7%	49.9%	2.8%	8246
Évora	23.8%	7.2%	0.1%	3.0%	63.3%	2.6%	34357
Fafe	32.2%	13.4%	0.1%	10.0%	40.5%	3.7%	30964
Faro	32.2%	6.8%	0.2%	3.4%	53.9%	3.4%	36234
Felgueiras	33.8%	8.6%	0.1%	15.7%	37.3%	4.6%	37120
Ferreira do Alentejo	36.3%	11.9%	0.0%	12.1%	37.8%	1.8%	4285
Ferreira do Zêzere	19.3%	13.1%	0.7%	9.7%	50.2%	7.0%	4382
Figueira da Foz	21.5%	13.1%	1.4%	5.6%	51.4%	7.0%	32942

Figura 20 -Deslocações em cidades de média dimensão (2001).

A Figueira da Foz situa-se na média nacional segundo dados recolhidos pelos Planos do IMTT relativos à mobilidade em diversos concelhos nacionais (Figura 21).

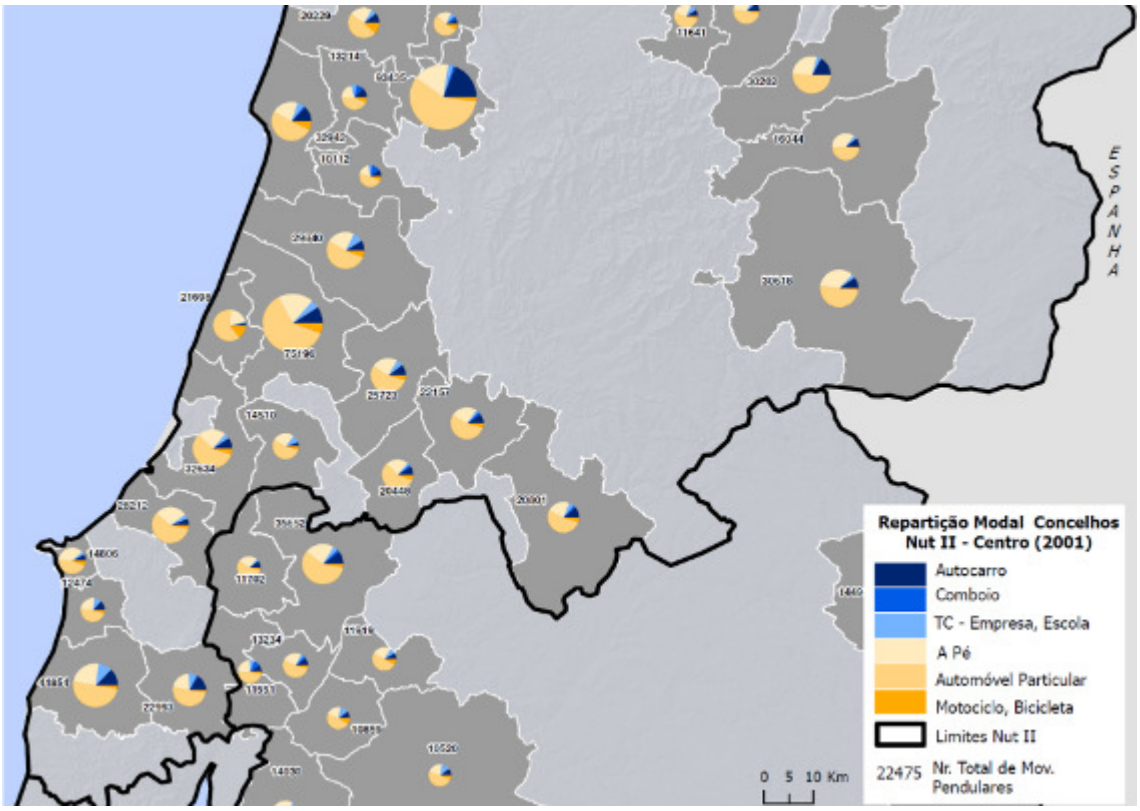


Figura 21 - Deslocações por modo em cidade de média dimensão (dez 2011 IMTT)

3.2.5.2 – MOBILIDADE E TRANSPORTES – ANÁLISE SWOT

Quadro 7 - Diagnóstico genérico à mobilidade e transportes na Figueira da Foz

Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
A orografia e a estrutura urbana são favoráveis à utilização dos modos suaves, nomeadamente à bicicleta.	As preocupações com a acessibilidade pedonal estão excessivamente concentradas nos planos de promoção da "**Acessibilidade para Todos**"	Aproveitamento dos fundos do QREN para dotar de acessibilidades o espaço público pedonal, edifícios públicos, escolas, ruas, praias (implementação das orientações dos Planos de Promoção da Acessibilidade	Abrandamento do processo requalificação do espaço público devido à situação financeira da Autarquia e do país.
	Limitada a introdução de zonas de acalmia de tráfego.		
Hábito da população na utilização dos modos suaves para lazer e prática de desporto e "caminhadas saudáveis"	A rede pedonal apresenta deficiências graves que comprometem a segurança e o conforto das deslocações pedonais (largura e descontinuidade de passeios, barreiras arquitetónicas, etc) exigindo investimentos avultados na sua requalificação	Construção de variantes aos aglomerados atravessados pela rede viária principal por forma a promover a acalmia e a melhoria da acessibilidade em modos suaves nestes.	Aposta nas redes de modos suaves demasiado focalizadas nas atividades de lazer/turismo
Boas vias de comunicação com o exterior (variantes e ligação ferroviária)	Mau estado de muitas vias secundárias e sinalização horizontal inexistente em várias zonas.	Incentivar e criar condições para a transferência modal da população escolar para o modo ciclável.	Fraco envolvimento dos residentes na temática da Mobilidade Suave.
		Dar continuidade à rede ciclável existente e estender a outros pontos estratégicos da cidade, como aos principais polos de emprego/comércio e serviços.	Transportes públicos sem massa crítica na zona urbana que permita retorno dos investimentos a realizar.
Esforço da autarquia na promoção da Rede Cicloviária e na Ligação a Coimbra.	Alguns dos aglomerados secundários são atravessados por infraestruturas rodoviárias estruturantes (e.g. EN 109 e N111) num contexto em que os passeios não existem ou são muito estreitos.	Estacionamento de longa duração deverá ser considerado a possibilidade de provisão de áreas cobertas e fechadas. Atividades de promoção da mobilidade ciclável (aulas de condução segura, eventos nas escolas, campanhas de sensibilização, utilização de bicicletas nos serviços públicos para serviços externos, bicicletas de empréstimo pela entidade empregadora, criação de percursos turísticos cicláveis com guias, "Rent a bike", etc), destinadas	A concentração dos agrupamentos escolares não foi articulada em pleno com transportes coletivos, verificando-se que a população escolar é maioritariamente transportada por automóveis particulares
Estudos que pretendem inserir a mobilidade em decisões de ordenamento território (PDM)	A Rede Cicloviária está fragmentada e não tem um Plano		

3.2.5.3 – MOBILIDADE E TRANSPORTES – EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Eixos Estratégicos	Acções
6.1 – Melhorar a Mobilidade pedonal e acessibilidades	6.1.1 Eliminar a descontinuidade e subdimensionamento dos passeios; 6.1.2 Corrigir passeios com inclinação elevada; 6.1.3 Suprir o pavimento irregular e pouca aderência, 6.1.4 Eliminar o elevado número de barreiras físicas, 6.1.5 Criar atravessamentos acessíveis; 6.1.6 Dotar com condições de acessibilidade os edifícios públicos / praias acessíveis; 6.1.7 Campanha para a promoção do andar a pé (Ex. Campanha de combate obesidade/ apelo à saúde pública).
6.2 Promoção da bicicleta enquanto modo de transporte suave;	6.2.1 Implementação de uma malha cicloviária e demais infraestruturas para a bicicleta que possibilite a circulação dos habitantes com conforto e segurança. (A bicicleta, a longo prazo, passa a competir com o automóvel em deslocamentos de até 5 km) 6.2.2.Divulgação da utilização de bicicletas elétricas que permitam vencer assim os tradicionais obstáculos da orografia (subidas íngremes e zonas com grandes inclinações), irá proporcionar ainda uma maior versatilidade e atratividade deste meio. 6.2.3 Implementação de um sistema de disponibilização de bicicletas com diversos locais de recolha e entrega das mesmas por toda a zona urbana da cidade da Figueira da Foz. 6.2.4 Possibilitar a coexistência com o tráfego motorizado com segurança – consiste na integração dos ciclistas no tráfego motorizado em geral. Esta abordagem é sustentada pelo facto de que a bicicleta é um veículo e, como tal, todas as infraestruturas rodoviárias lhe são acessíveis por definição. 6.2.5 Implementação de faixas cicláveis – permite a integração do modo ciclável no tráfego motorizado, mas em espaço próprio e exclusivo a utilizadores de bicicleta, fazendo parte integrante da faixa de rodagem. 6.2.6 Implementação de pistas cicláveis – possibilita a segregação do modo ciclável do tráfego motorizado. Estas infraestruturas poderão ter duas funcionalidades distintas. Por um lado poderão ser implementadas paralelamente às principais vias de circulação de forma a privilegiar as deslocações diárias (pendulares, funcionais, obrigatórias) dos seus utilizadores. Por outro lado poderão adotar características de lazer e eventualmente permitir a coexistência de ciclistas, peões, e outros modos não motorizados. 6.2.7 Criação de percursos cicloviários turísticos. Um Sistema Cicloviário Turístico consiste na implementação de uma rede de vias cicláveis de apoio ao desenvolvimento de atividades de lazer e turismo. Esta rede é complementada por estruturas de apoio à paragem e observação da paisagem, e de promoção dos recursos ambientais e culturais do Município
6.3 Investimento da segurança rodoviária;	6.3.1 Implementar um plano de intervenção de segurança rodoviária para o concelho. Este plano deverá considerar estatística e caracterização dos acidentes, identificação das zonas problemáticas, definindo objectivos, metas e medidas de intervenção.
6.4 Promover a mobilidade sustentável no concelho.	6.4.1 Definir um Plano de Mobilidade Sustentável que promova a redução da emissão de gases com efeito de estufa (GEE), através: • Favorecimento dos Modos Suaves de Deslocação (peão, bicicleta) • Localização dos equipamentos geradores de deslocações (Escolas, Centros da Saúde, etc.) • Medidas de diferenciação de índices de estacionamento • Fixação de parâmetros máximos de estacionamento nalgumas áreas • Estudos de Acessibilidade • Restruturação e optimização dos Transportes Públicos • Planos de Estacionamento • Mobilidade Escolar e das Empresa

3.4. DESENVOLVIMENTO

3.4. DESENVOLVIMENTO

3.4.1 –REDES DE ACESSIBILIDADES

3.4.1.1. – DIAGNÓSTICO

Localizado no sudoeste europeu, na costa Atlântica de Portugal, o concelho da Figueira da Foz apresenta-se, por força das suas condições singulares, um território de referência na região centro.

Este é um dos dez concelhos da sub-região (NUT III) Baixo Mondego, encontrando-se delimitado pelos concelhos de Cantanhede a norte, de Montemor-o-Velho e Soure a leste, de Pombal a sul e pelo Oceano Atlântico a oeste, localização que o coloca numa situação geográfica extremamente favorável nos contextos regional e mesmo nacional (Figura 19). Sendo a segunda maior cidade do distrito de Coimbra, a Figueira da Foz fica a uma distância de 40 km de Coimbra, a 62 km de Leiria, a 79 km de Aveiro, a 120 km do Porto e a 200 km de Lisboa, sendo de salientar que se encontra a menos de duas horas das principais cidades de Portugal (áreas metropolitanas) e de dois aeroportos internacionais.

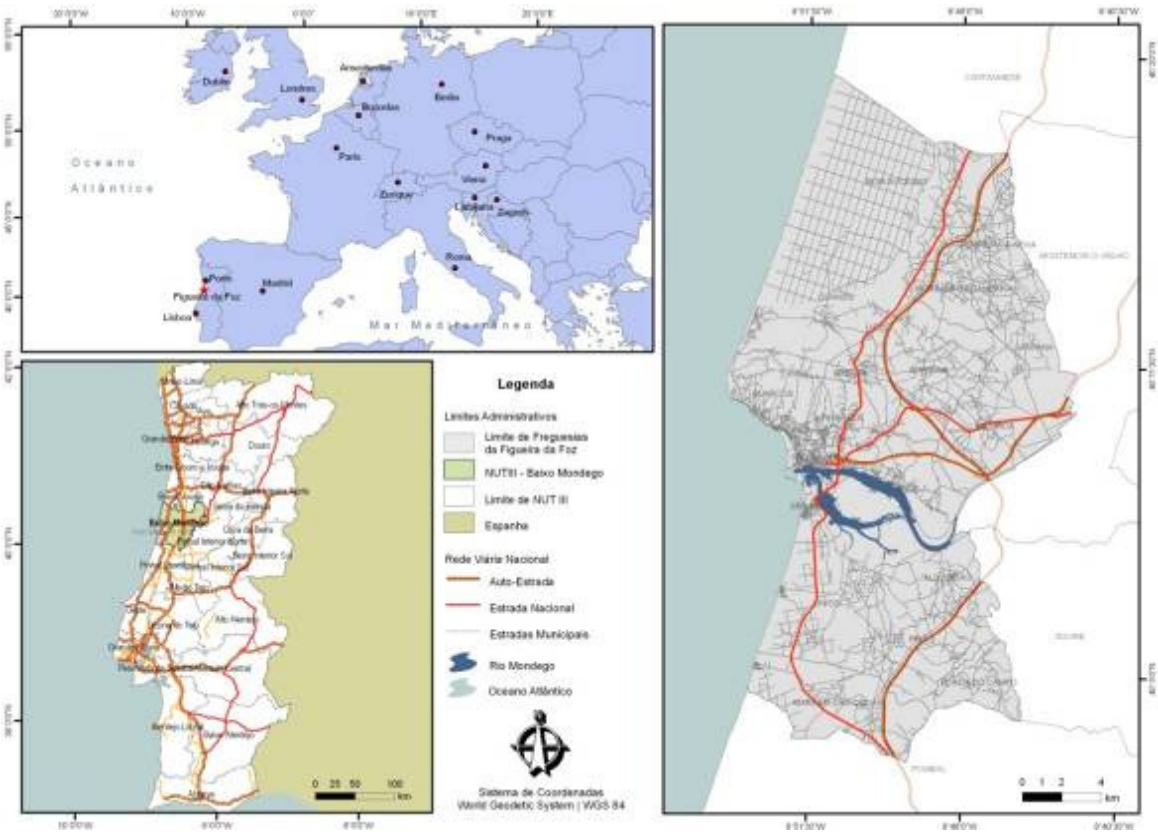


Figura 22 - Localização geoestratégica.

Um conjunto de investimentos realizados ao nível das acessibilidades colocou a Figueira da Foz numa posição privilegiada, potenciando a sua afirmação como destino turístico de referência, e como espaço económico

dinâmico, beneficiando da utilização do porto comercial da Figueira da Foz, como porta de entrada e de saída de mercadorias na região centro, no contexto nacional e internacional.

Em termos de acessibilidades, salienta-se uma densa rede rodoviária com particular destaque para os dois eixos fundamentais que são assumidos pela A17 e pela A14, que constituem peças fundamentais nas ligações entre o território municipal da Figueira da Foz, Coimbra e as principais áreas metropolitanas nacionais - Lisboa e Porto. Através da A14 verifica-se também o acesso a Espanha via IP3 (Coimbra-Viseu) e IP5 (Viseu-Vilar Formoso-Espanha), e para o IC8. Todo o concelho da Figueira da Foz é atravessado pela IC1/EN109 de sul a norte.

Figura 23 – Estradas Figueira da Foz.

As estradas existentes no Concelho estão distribuídas pelas tipologias seguintes:

- A17 (Autoestrada) – 2 eixos de rodagem – 91,5km
- Estradas Nacionais – 76,5 km
- Estradas Municipais – 974 km
- Estradas Florestais – 47,6 km
- Caminhos Municipais – 32,5 km
- Caminhos Florestais – 254 km

Relativamente às acessibilidades ferroviárias, a Figueira da Foz encontra-se presentemente servida pela "linha urbana de Coimbra" que efetua a ligação entre a Figueira da Foz e Coimbra, e que aqui lhe confere alternativas rápidas e confortáveis no acesso às áreas urbanas de Lisboa e Porto (bem como da cidade de Aveiro, através da linha do Norte), assim como pela linha do Oeste, a qual proporciona a ligação a Leiria e a toda a região do litoral centro-sul.

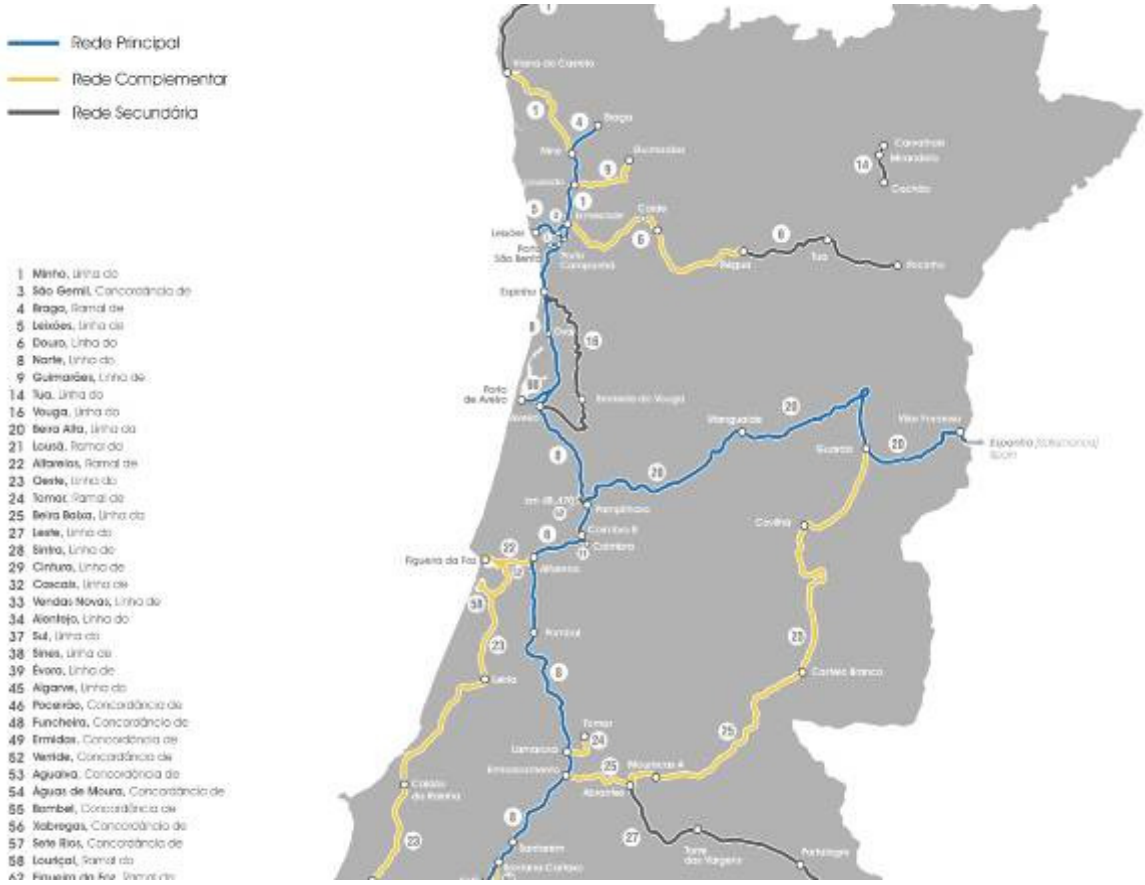


Figura 24 – Rede Ferroviária Nacional.

O porto da Figueira da Foz, através das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias que o servem, integra o importante corredor Irun-Portugal. Este corredor integra-se na rede transeuropeia de transportes e desempenha um importante papel nas ligações de mercadorias entre a Península Ibérica e o resto da Europa.

Simultaneamente, Castela e Leão e a Região Centro estão conjuntamente a promover o enorme potencial do corredor E-80, numa forte aposta para reforçar a intermodalidade e o desenvolvimento integrado de todo o corredor, para optimizar o valor de cada infraestrutura logística individual e melhorar o funcionamento das cadeias logísticas através de um desenvolvimento integrado.

O corredor E-80 é uma estrada internacional de mercadorias que atravessa a Península Ibérica para unir a costa atlântica de Portugal com a Europa Central e do Norte. Dentro da Península Ibérica, o Corredor E-80 cruza-se com o Corredor 7 de Lisboa-Estrasburgo, integrante da Rede Transeuropeia de Transportes (Rede RTE-T).

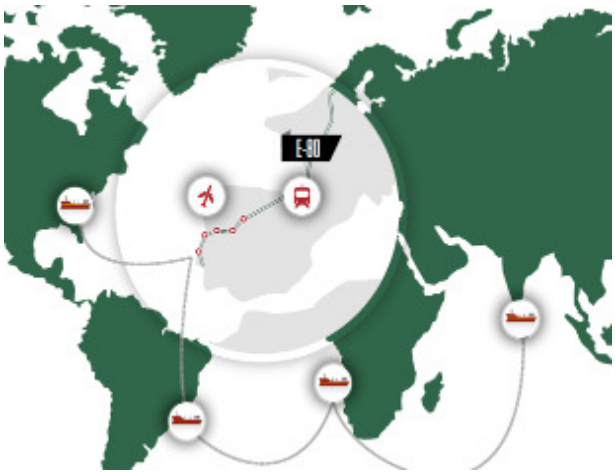


Figura 25 – Corredor E-80.

O porto da Figueira da Foz tem como características técnicas para acesso à navegação e após as obras do prolongamento do molhe norte, um calado máximo admissível de 6,5m, admitindo navios com um comprimento máximo de 120m. No lado norte, tem um terminal de Carga Geral com 462m de comprimento acostável e um terminal de Granéis Sólidos com 180m acostáveis. A montante encontra-se ainda um Terminal de Granéis Líquidos.

A análise do movimento dos portos do Continente português indica que em 2010 as embarcações de comércio entradas no porto do concelho da Figueira da Foz representam 4,5%, correspondentes a um total de 463 embarcações (Quadro 8).

Quadro 8 - Movimento dos portos, 2010.

Unidade geográfica	Embarcações de comércio entradas				Passageiros				Contentores				Mercadorias			
					Embarcados		Desembarcados		Carregados		Descarregados		Carregadas		Descarregadas	
	N.º	%	TPB	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	t	%	t	%
Aveiro	958	9,4	5036384	3,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	1605495	7,2	2126703	5,4
Faro	21	0,2	65339	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	52499	0,2	0	0,0
Figueira da Foz	**463**	**4,5**	**1837687**	**1,3**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**908**	**0,1955**	**357**	**0,1**	**784294**	**3,5**	**715357**	**1,8**
Leixões	2542	24,9	29834763	21,8	140	0,5	224	0,8	147451	31,7	156775	34,1	3981786	17,8	9583020	24,2
Lisboa	2884	28,2	33625570	24,5	26248	99,5	26365	99,2	171610	36,9	165668	36,0	3630355	16,2	7319929	18,5
Portimão	111	1,1	377798	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	47981	0,2	20634	0,1
Setúbal	1432	14,0	14502449	10,6	0	0,0	0	0,0	18541	4,0	12502	2,7	3899102	17,4	2980313	7,5
Sines	1606	15,7	50497303	36,9	0	0,0	0	0,0	125914	27,1	124517	27,1	8176939	36,6	16551525	41,8
Viana do Castelo	198	1,9	1198325	0,9	0	0,0	0	0,0	105	0,0	70	0,0	177908	0,8	346610	0,9
Continente	**10215**	**100**	**136975618**	**100**	**26388**	**100**	**26589**	**100**	**464529**	**100**	**459890**	**100**	**22356359**	**100**	**39644091**	**100**

No ano de 2013, passaram pelo porto comercial da Figueira da Foz 530 navios de carga, tendo tido 2130 mil toneladas de movimentos acumulados. De referir ainda que de 2007 a 2013, o porto comercial teve um crescimento de 10%.

A aposta na competitividade do porto da Figueira da Foz terá de passar a curto-médio prazo pela realização de investimentos de qualificação e de continuidade que garantam a dinamização dos fluxos internacionais de mercadorias, nomeadamente através da dotação de capacidade de captação de novos fluxos de mercadorias, permitindo a escala a navios de maior porte e o aumento da segurança nas manobras de entrada. Ou seja, terão

de se melhorar as condições operacionais para o porto comercial, aprofundando a barra e criação de cais de acostagem a sul e incluindo a expansão da ligação ferroviária e edifícios para a coordenação das operações portuárias e para armazenamento de mercadorias.

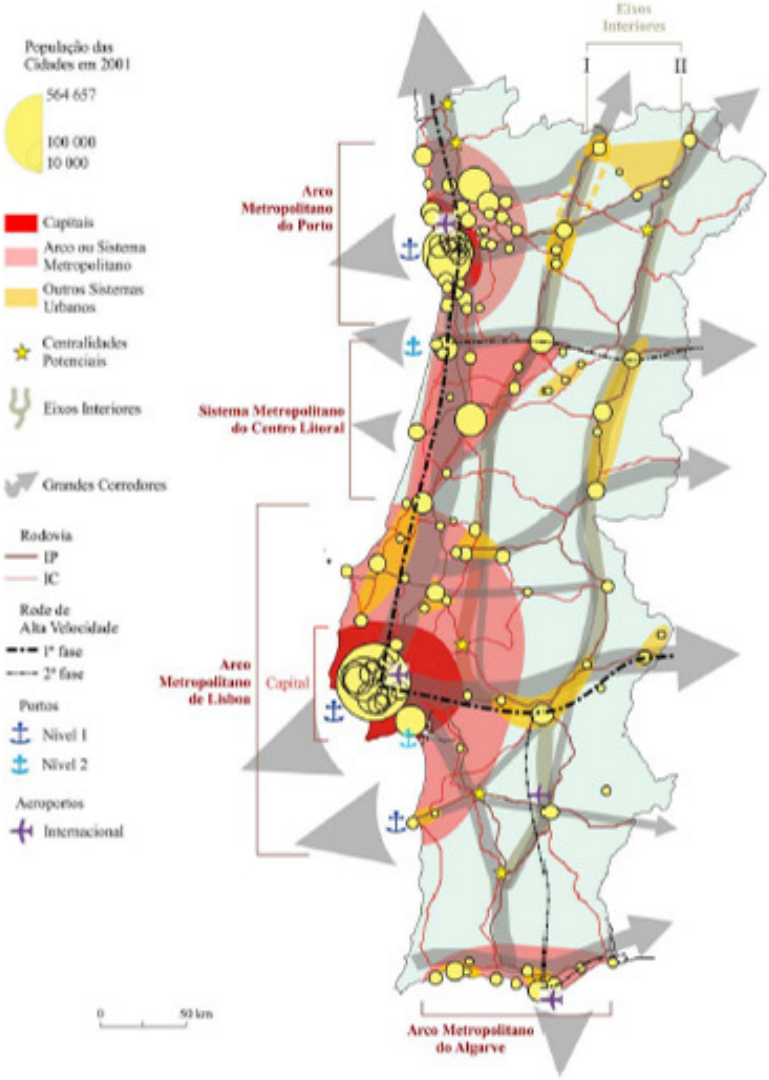
As obras de aprofundamento da barra terão de estar suportadas num estudo cuidadoso que tenha em consideração, não só as questões técnicas de acesso à navegação, mas também questões de manutenção futura devido ao continuo assoreamento da barra e do canal e principalmente prevenir quaisquer impactes negativos ao nível da erosão costeira a sul. Preferencialmente, qualquer estudo para o aprofundamento da barra deveria considerar a recuperação da barreira dunar a sul do Mondego.

Relativamente às acessibilidades aéreas, existe na proximidade da Figueira da Foz uma infraestrutura aeroportuária que não é rentabilizada para actividade comercial, a Base Aérea de Monte Real, que serve apenas militarmente.

Assente em estudo de viabilidade técnica e económica a realizar, também a rentabilização da Base Aérea de Monte Real para serviço como aeroporto regional civil da Região Centro, permitindo acolher passageiros e transportar mercadorias em voos low cost, através de aviões de médio porte, poderá incrementar o turismo e os negócios, devido à sua proximidade ao santuário de Fátima, ao losango metropolitano Leiria-Aveiro-Coimbra e obviamente Figueira da Foz e a toda a zona balnear do litoral centro.

A valorização do posicionamento geoestratégico de Portugal assume-se como um desafio constante e referido no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). De facto, a frente atlântica de Portugal, onde se localiza o concelho da Figueira da Foz, é cada vez mais uma oportunidade de valorização do país como interface estratégico na promoção e fortalecimento de dinâmicas intercontinentais.

Neste contexto, a localização privilegiada da Figueira da Foz na fachada atlântica assume-se como um elevado potencial de relacionamento como o exterior, ao nível do porto marítimo e das acessibilidades rodoviárias, permitindo que a Figueira da Foz seja uma das portas de entrada e saída do continente europeu. Em termos do modelo territorial definido no PNPOT, a Figueira da Foz insere-se no designado “Sistema Metropolitano do Centro Litoral”, juntamente com Coimbra, Aveiro, Viseu e Leiria. Este sistema metropolitano, estruturado em torno de cidades de média dimensão, encontra-se entre o arco metropolitano do Porto e Lisboa, estabelecendo entre eles uma estreita ligação, constituindo no seu conjunto a “espinha vertebral” da organização do território e da sua projeção e competitividade internacional.



Fonte: PNPOT, 2007.

Figura 26 - Sistema urbano e acessibilidades em Portugal continental.

3.4.2.1. – ACESSIBILIDADES – ANÁLISE SWOT

Quadro 9 - SWOT | Acessibilidades comerciais.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
- Território periférico face à Europa; - Rede Ferroviária com constrangimentos ao nível da infraestrutura; - Ausência de linha férrea no cais comercial; - Falta de ligação ferroviária do porto ao lado sul, em especial das industrias a sul. - Rede rodoviária com défice de manutenção e beneficiação (estradas nacionais e municipais) o que condiciona a circulação de pessoas e bens. - Infraestruturas marítimo portuárias com estrangulamentos ao nível da profundidade e acessibilidade da barra - Cais de acostagem do porto comercial curto não permitindo a curto prazo grande aumento de carga e descarga - Falta de cais de acostagem para passageiros, não oferecendo condições de excelência para a acostagem de navios de passageiros. - Falta de um aeroporto comercial na região centro para melhorar as acessibilidades aeroportuárias. - Falta de uma plataforma logística intermodal que sirva em complemento ao porto comercial - Carência de Transportes públicos rodoviários que permitam a deslocação de trabalhadores para as diversas zonas industriais.	- Boa rede rodoviária que liga a Figueira da Foz e o seu porto a todo o país. - Localização geoestratégica privilegiada - Empresas de grande dimensão no concelho com capacidade exportadora que viabilizam o porto da Figueira da Foz - Porto Comercial da Figueira da Foz. Serve como entrada e saída privilegiada de mercadorias de toda a CIM- Região de Coimbra e zona Centro. - Território com grande possibilidade de expansão industrial - Tem extensa rede ferroviária com possibilidade de beneficiação - Tem uma base área militar localizada num concelho muito próximo, com potencial para servir de aeroporto comercial.
Ameaças	**Oportunidades**
- Falta de financiamento para concretizar as obras necessárias para garantir a sustentabilidade do porto da figueira da foz a médio prazo. - Porto de Aveiro muito próximo, com características semelhantes e que poderá fazer concorrência directa ao porto da Figueira da Foz. - O porto da Figueira da Foz não faz parte da rede transeuropeia principal "Core" nem da rede "Comprehensive", o que pode inviabilizar futuros projectos de beneficiação financiados pela união europeia. - Existem cerca de 900km de estradas municipais pavimentadas que necessitam de manutenção periódica, e que dependem directamente do orçamento municipal - A rede ferroviária está muito desactualizada e degradada e tem alguns condicionalismos ao nível da bitola para a Europa não tendo por isso grande utilização por parte das empresas. - Tendência de crescimento da dimensão dos navios a nível mundial o que poderá inviabilizar no futuro a entrada destes no porto da Figueira da Foz.	- Efectuar um estudo que viabilize o aprofundamento da barra e do canal do porto da F.Foz e simultaneamente que previna o assoreamento e a erosão costeira a sul. - Melhorar as acessibilidades marítimas e criar uma plataforma logística irá ser uma fonte de atracção de novas empresas. - Criar um cais para navios de passageiros poderá aumentar a actividade turística da região - Activar a Base Aérea de Monte Real para voos comerciais low-cost poderá cativar mais empresas uma vez que melhora as acessibilidades aéreas da região - O aprofundamento da barra fará com que outro tipo de navios com maior capacidade possam entrar no porto da Figueira da Foz e permitir que muitas empresas de toda a região centro sul (incluindo da região de Leiria) possam vir a utilizá-lo para as suas importações e exportações e permitir que se fixem no concelho.

3.4.2.1. – ACESSIBILIDADES – EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Eixos Estratégicos	Acções
7.1 – Aposta na competitividade do porto da Figueira da Foz	7.1.1 Promover um estudo, junto com a Comunidade Portuária, e Administração do Porto para a melhoria das condições de operacionais do porto comercial, de forma a aprofundar a barra e canal de acesso e alargamento da bacia de manobras para recepção de navios de maior dimensão. As obras de aprofundamento da barra terão de estar suportadas num estudo cuidadoso que tenha em consideração, não só as questões técnicas de acesso à navegação, mas também questões de manutenção futura devido ao continuo assoreamento da barra e do canal e principalmente prevenir quaisquer impactes negativos ao nível da erosão costeira a sul. 7.1.2 Promover a dinamização logística e das acessibilidades marítimas da margem sul (novo cais de acostagem com ligação ao parque industrial da Figueira da Foz, e edifícios para a coordenação das operações portuárias e para armazenamento de mercadorias. Desta forma, pretende-se aumentar a área de intervenção terrestre do porto, para a fixação de unidades industriais e logísticas que pretendem recorrer ao transporte marítimo e assim ampliar a oferta dos seus serviços. 7.1.3 Promover a construção de um cais de acostagem de passageiros a norte de modo a cativar navios de cruzeiros para a região. 7.1.4 Construir uma plataforma logística a sul de modo a complementar a actividade do porto e a intermodalidade do transporte de mercadorias, com acesso à rede ferroviária. 7.1.5 Cativar financiamentos estatais, comunitários e privados para a implementação dos projectos de beneficiação do porto. 7.1.6 Promover, juntamente com a Comunidade portuária junto da comissão europeia para que o porto da Figueira da Foz seja incluído na rede transeuropeia principal "Core".
7.2 - Modernização da Rede Ferroviária	7.2.1 Modernização da Linha do Oeste + Ramal de Alfarelos. Este projecto potenciará o reforço da competitividade através da melhoria das condições de mobilidade de mercadorias e pessoas ao longo da região do Oeste e do aumento da sua integração na rede ferroviária nacional por via de melhores ligações ao restante território nacional e a Espanha, ao porto da Figueira da Foz. Sendo uma alternativa clara à linha do Norte, contribuindo para a melhoria do actual modelo de exploração, através do aumento das velocidades comerciais (electrificação) e do aumento de capacidade de infraestrutura. O projecto compreende intervenções nos sistemas de sinalização e telecomunicações até à Figueira da Foz e a criação de desvios ativos e de pontos de cruzamento na linha do oeste e no ramal de Alfarelos de forma a assegurar a circulação de comboios de mercadorias com comprimento de 750m. 7.2.2 Modernização da Linha do Oeste – porto da Figueira da Foz. O projecto compreende a electrificação da linha do porto da Figueira da Foz, aumentando a eficiência e competitividade desta ligação ferroviária, o que vai beneficiar a melhoria de ligações consideradas insuficientes ao nível do transporte de mercadorias. 7.2.3 Modernização/Electrificação da Linha do Oeste – ramais Celbi, Soporcel e do Louriçal. Esta intervenção permitirá potenciar o aumento da competitividade do transporte de mercadorias na rede ferroviária nacional, facilitando designadamente uma gestão mais eficiente e consequentemente mais competitiva. Este projecto compreende a instalação de Sinalização electrónica no Ramal do Louriçal e a electrificação dos Ramais Privados Celbi e Soporcel. 7.2.4 Promover a modernização das infra-estruturas ferroviárias da Linha do Oeste, Ramal Alfarelos, Ramal Celbi-Soporcel Louriçal e expansão da ligação ferroviária para o porto da Figueira da Foz. 7.2.5 Desenvolvimento e reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis e promoção de medidas de redução do ruído .
7.3 Garantir a sustentabilidade da rede rodoviária do concelho	7.3.1 Prever anualmente no orçamento camarário uma verba para a manutenção e beneficiação dos 900km da rede rodoviária municipal. 7.3.2 Melhorar a rede de transportes colectivos rodoviários no concelho, em especial prevendo as deslocações dos centros habitacionais para as diversas zonas industriais e escolas, reduzindo a circulação rodoviária e evitando a degradação das estradas e a emissão de GEE. 7.3.3 Incentivar /promover a utilização de bicicleta em percursos curtos..

3.4.2 – TECIDO EMPRESARIAL E INDUSTRIAL

3.4.2.1. – TECIDO EMPRESARIAL E INDUSTRIAL - *DIAGNÓSTICO*

A Base industrial do concelho da Figueira da Foz é composta por uma variedade de especializações produtivas, tais como:

- Industrias de fabricação de produtos minerais não metálicos: cerâmica, vidro, gesso;
- Industrias agro-alimentares: arroz, conservas, avícola, congelados;
- Industrias da fileira florestal: pasta e papel;
- Industria dos plásticos: peças técnicas;
- Industria Metalúrgica: metalomecânicas.

As áreas de localização industrial estão maioritariamente localizadas na Gala (no Parque Industrial e Empresarial), Marinha das Ondas e na Ferreira-a-Nova, existindo outros pólos mais pequenos, como a Cova da Serpe e Vila Verde.

O Parque Industrial e Empresarial da Gala tem uma área total de 126 hectares e está totalmente infraestruturado (gás natural, rede eléctrica, rede de água potável, rede telecomunicações, saneamento, rede de incêndios e faixas de rodagem com 9m). O conjunto de importantes empresas já ali instaladas, usufruem de uma centralidade e de uma densa rede de acessibilidades que lhes permite uma proximidade aos recursos e aos mercados de distribuição e consumo, adequados à tipologia de cada negócio.

Neste momento, o Parque Industrial encontra-se com poucos lotes disponíveis o que poderá inibir a curto prazo a captação de novas empresas, dada a limitação de espaço. É urgente a possibilidade de expansão para sul do parque industrial de modo a permitir o crescimento das empresas já instaladas e a captação de empresas com actividades complementares às já existentes e outras que possam ter interesse dada a excelente localização estratégica do Parque.

De forma a colmatar a necessidade de instalação de empresas industriais a norte do concelho está projectado o Parque Industrial do Pincho, com uma excelente acessibilidade rodoviária, na IC1, junto ao nó de Quiaios de acesso à auto-estrada A17. Este projecto será desenvolvido de forma progressiva, à medida das necessidades do mercado, para garantir a sua sustentabilidade.

De referir que no Parque Industrial da Gala encontra-se a Incubadora de Empresas da Figueira da Foz, Associação para o Desenvolvimento Empresarial, onde estão instalados alguns projectos empresariais inovadores.

Numa referência à população empregada segundo o sector de atividade económica no concelho de Figueira da Foz, os dados recentes de 2001 e 2011 indicam a continuação da tendência de diminuição dos valores referentes ao emprego no sector primário (de 5,2% para 3,5%), o mesmo ocorrendo para o emprego no sector secundário (de 36,8% para 31,6%), e um reforço da relevância do emprego no sector terciário (de 58,0% para 64,9%), acompanhando a tendência observada a nível das Sub-regiões do Baixo Mondego e Pinhal Litoral e do Continente (Quadro 10). Sublinha-se o fato de o sector terciário económico ter registado acréscimos mais expressivos por comparação com o sector terciário social.

Quadro 10 - População empregada segundo o sector de atividade.

Unidade Geográfica	Primário				Secundário				Terciário (Social)				Terciário (Económico)				Total	
	2001		2011		2001		2011		2001		2011		2001		2011		2001	2011
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº
Cantanhede	2104	13,1	775	5,3	5630	35,0	4283	29,2	3634	22,6	4121	28,1	4725	29,4	5482	37,4	16093	14661
Coimbra	695	1,0	421	0,7	14868	21,4	9588	15,1	31625	45,4	28901	45,4	22410	32,2	24688	38,8	69598	63598
Condeixa-a-Nova	145	2,2	71	0,9	1859	28,1	1569	20,7	2412	36,4	3036	40,1	2210	33,4	2898	38,3	6626	7574
Figueira da Foz	**1364**	**5,2**	**858**	**3,5**	**9738**	**36,8**	**7705**	**31,6**	**6912**	**26,1**	**6956**	**28,5**	**8441**	**31,9**	**8882**	**36,4**	26455	24401
Mira	677	13,1	399	8,3	1749	33,8	1324	27,6	1186	22,9	1335	27,8	1569	30,3	1737	36,2	5181	4795
Montemor-o-Velho	1019	9,9	686	6,3	3537	34,4	2804	25,6	2727	26,5	3467	31,6	2999	29,2	4016	36,6	10282	10973
Penacova	597	8,6	198	3,2	2583	37,2	1740	28,4	1822	26,3	1829	29,9	1938	27,9	2350	38,4	6940	6117
Soure	347	4,4	193	2,7	2579	32,5	1711	24,2	2174	27,4	2396	33,9	2833	35,7	2769	39,2	7933	7069
Baixo Mondego	**6948**	**4,7**	**3601**	**2,6**	**42543**	**28,5**	**30724**	**22,1**	**52492**	**35,2**	**52041**	**37,4**	**47125**	**31,6**	**52822**	**38,0**	**149108**	**139188**
Pombal	1537	6,7	693	3,2	10582	46,2	8328	38,9	3615	15,8	4340	20,3	7179	31,3	8069	37,7	22913	21430
Pinhal Litoral	**4393**	**3,7**	**2231**	**2,0**	**54058**	**46,1**	**43080**	**38,1**	**21810**	**18,6**	**25244**	**22,3**	**36905**	**31,5**	**42649**	**37,7**	**117166**	**113204**
Continente	**211603**	**4,8**	**121055**	**2,9**	**1581676**	**35,5**	**1115357**	**26,9**	**1123121**	**25,2**	**1179316**	**28,4**	**1534311**	**34,5**	**1734524**	**41,8**	**4450711**	**4150252**

Fonte: INE.

O índice de industrialização, relacionando o emprego ou o valor acrescentado bruto no concelho e no Continente, sublinha a importância que a atividade industrial tem no concelho da Figueira da Foz.

A consideração do mesmo indicador, mas utilizando o valor acrescentado bruto como variável de base de cálculo, reforça a importância da atividade industrial no contexto da estrutura económica do concelho.

Sociedades constituídas: total e por sector de actividade económica principal (R)

Sociedade

Territórios		Sociedades por sector de actividade económica principal														
		Total					Indústria, construção e energia					Serviços				
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2010	2011	2012	2013	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013
Município	Figueira da Foz	108	96	129	128	132	20	13	18	9	22	88	83	111	119	110

Sociedades dissolvidas: total e por sector de actividade económica principal (R)

Sociedade

Territórios		Sociedades por sector de actividade económica principal														
		Total					Indústria, construção e energia					Serviços				
Âmbito Geográfico	Anos	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013
Município	Figueira da Foz	91	54	112	100	91	24	10	20	25	16	67	44	92	75	75

Sociedades constituidas - Sociedades dissolvidas: total e por sector de actividade económica principal (R)

Territórios		Sociedades por sector de actividade económica principal														
		Total					Indústria, construção e energia					Serviços				
Âmbito Geográfico	Anos	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013
Município	Figueira da Foz	17	42	17	28	41	-4	3	-2	-16	6	21	39	19	44	35

Número de sociedades constituídas por número de sociedades dissolvidas: total e por sector de actividade económica principal

Rácio

Territórios		Sociedades por sector de actividade económica principal														
		Total					Indústria, construção e energia					Serviços				
Âmbito Geográfico	Anos	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013
Município	Figueira da Foz	1,2	1,8	1,2	1,3	1,5	0,8	1,3	0,9	0,4	1,4	1,3	1,9	1,2	1,6	1,5

Quadro 11 – Evolução da constituição de sociedades no município da Figueira da Foz 2009-2013 (Fonte CEC).

Quadro 12 - Indicadores de empresas e pessoal na indústria transformadora e serviços.

Unidade Geográfica	Indústria transformadora						Serviços					
	Empresas			Pessoal			Empresas			Pessoal		
	2000	2009	Var. (%)	1999	2009	Var. (%)	2000	2009	Var. (%)	1999	2009	Var. (%)
Cantanhede	92	262	184,8	1839	2668	45,1	484	3544	632,2	2351	7111	202,5
Coimbra	362	803	121,8	7654	4854	-36,6	3677	17748	382,7	22182	47328	113,4
Condeixa-a-Nova	38	86	126,3	811	788	-2,8	177	1529	763,8	764	2983	290,4
Figueira da Foz	**152**	**389**	**155,9**	**4875**	**4622**	**-5,2**	**1125**	**5932**	**427,3**	**6060**	**14202**	**134,4**
Mira	35	74	111,4	638	792	24,1	140	1218	770,0	491	2040	315,5
Montemor-o-Velho	51	180	252,9	880	827	-6,0	212	1879	786,3	1071	3670	242,7
Penacova	34	90	164,7	420	314	-25,2	176	1416	704,5	832	2696	224,0
Soure	51	134	162,7	621	553	-11,0	180	1298	621,1	815	2164	165,5
Baixo Mondego	**815**	**2018**	**147,6**	**17738**	**15418**	**-13,1**	**6171**	**34564**	**460,1**	**34551**	**82229**	**138,0**
Pombal	254	495	94,9	3962	3852	-2,8	1268	5642	345,0	5938	14740	148,2
Pinhal Litoral	**1694**	**3158**	**86,4**	**31466**	**28623**	**-9,0**	**6001**	**27228**	**353,7**	**30177**	**70621**	**134,0**
Continente	**37971**	**72202**	**90,2**	**831448**	**704685**	**-15,2**	**212017**	**941822**	**344,2**	**1453520**	**2844885**	**95,7**

Fonte: INE.

Quadro 13 - Indicadores de sociedades por sector de actividade no município da Figueira da Foz 2009-2012. Fonte CEC.

Territórios		Setores de Atividade				
Âmbito Geográfico			**? 2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Município	**Figueira da Foz**	**Total**	1 767	1 715	1 731	1 692
		Pesca	22	23	22	19
		Industrias extrativas	3	3	3	3
		Industrias transformadoras	160	152	150	137
		Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	3	3	2
		Captação, tratamento e distribuição de água (...)	7	8	7	7
		Construção	204	189	184	168
		Comércio por grosso e a retalho (...)	466	455	459	454
		Transporte e armazenagem	160	146	139	132
		Alojamento, restauração e similares	192	192	196	198
		Actividade de Informação e comunicação	27	27	27	35
		Actividades imobiliárias	85	85	86	90
		Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	146	138	150	144
		Actividades administrativas e dos serviços de apoio	66	65	66	66
		Educação	23	23	25	27
		Actividades de saúde humana e apoio socia	95	93	98	98
		Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	23	24	26	22
		Outras actividades de serviços	51	51	51	48
		Bancos	26	27	27	27
		Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	4	4	4	4

A importância da atividade industrial é sobretudo traduzida pelo contributo para o valor acrescentado bruto do concelho. Com efeito, a indústria é responsável em 2009 por 58,8% da riqueza criada, representando os serviços 41,4%, tendo o sector primário reduzida expressão no concelho. Quando se considera o pessoal empregado, o sector dos serviços representa 74,2% do emprego, sendo a indústria responsável por 24,2% do emprego.

Uma leitura complementar feita com base no pessoal ao serviço nas empresas reforça o quadro descrito, sendo que a indústria transformadora apresenta uma maior importância na estrutura de atividades do concelho, uma vez que as 389 empresas (6,1%) são responsáveis por 4622 empregados (24,2% do total). O ramo das atividades ligadas ao turismo apresenta também um peso expressivo quando se considera o pessoal ao serviço (18,3%), inferior contudo ao sector industrial e idêntico ao comércio (18,1%). Este ramo revela uma menor importância considerando o emprego dado o número de empresas que apresenta.

A consideração do volume de negócios nas empresas e o valor acrescentado bruto destacam sobretudo a importância que a atividade industrial tem no concelho da Figueira da Foz. Do volume total de negócios das empresas do concelho, 57,2% (1208077 mil euros) é da responsabilidade do sector industrial. O sector do comércio 18,5% (391254 mil euros) e turismo 9,0% (190343 mil euros).

Tendo presente que a Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos representa 66,8% do valor acrescentado bruto da indústria transformadora, o sector industrial ainda assim é responsável por 32,2% da riqueza criada não considerando este ramo. O comércio, a construção e as atividades do turismo apresentam contributos de 15,8%, 13,2% e 10,7%, respetivamente.

Destaca-se também a reduzida dimensão média das empresas no concelho da Figueira da Foz (3 empregados por empresa) num quadro em que predominam as microempresas (até 10 pessoas ao serviço) (96,6% das empresas). Por outro lado, juridicamente as empresas são de cariz individual (73,4% das empresas). Verificando-

se também o marcado domínio de algumas empresas, como se observa através do indicador do volume de negócios e do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas (44,7% e 47,6%, respetivamente).

Quadro 14 - Indicadores de empresas por concelho, 2009.

Unidade geográfica	Proporção de empresas individuais	Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	Pessoal ao serviço por empresa	Volume de negócios por empresa	Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas
		%		N.º	milhares de euros	%	
Cantanhede	74,6	100,0	96,8	2,6	215	29,5	29,6
Coimbra	72,0	99,9	97,3	2,8	170	21,2	28,6
Condeixa-a-Nova	78,2	100,0	97,4	2,3	140	40,5	30,8
Figueira da Foz	**73,4**	**99,9**	**96,6**	**3,0**	**330**	**44,7**	**47,6**
Mira	77,0	100,0	97,1	2,3	126	25,5	28,1
Montemor-o-Velho	78,8	100,0	97,8	2,2	109	21,6	30,0
Penacova	73,6	100,0	97,6	2,0	93	18,7	19,4
Soure	78,7	100,0	97,4	1,9	90	15,5	14,4
Baixo Mondego	**73,7**	**99,9**	**97,2**	**2,7**	**190**	**17,1**	**23,7**
Pombal	60,7	100,0	94,7	3,1	224	8,2	9,4
Pinhal Litoral	**63,0**	**100,0**	**94,6**	**3,3**	**256**	**5,9**	**6,7**
Continente	**67,1**	**99,9**	**95,6**	**3,5**	**318**	**5,2**	**4,3**

Fonte: INE.

Por outro lado, e como elemento favorável refere-se que a taxa de cobertura das importações pelas exportações apresenta no concelho da Figueira da Foz em 2010 um valor de 369,1%, o que significa que as exportações representam quase quatro vezes mais as importações realizadas. Este comportamento deve ser destacado mesmo tendo presente que resulta fundamentalmente do ramo da fabricação da pasta.

Apesar de ter uma expressão relativa baixa a nível concelhio, o setor primário tem um impacto na economia local que é superior à verificada a nível da sub-região e mesmo a nível nacional, circunstância que não deixa de ser significativo, para um concelho, que no setor primário, é mais facilmente associado ao setor piscatório do que agrícola ou florestal.

O setor primário é de longe o que menos população emprega no concelho da Figueira da Foz, empregando apenas 3,5% (Quadro 15) da população ativa do concelho. Embora tenha sofrido uma diminuição na ordem dos 1,7% no último decénio, este setor volta a apresenta valores superiores aos registados ao nível nacional e sub-regional.

Quadro 15- Percentagem relativa da empregabilidade por setor de atividade (%)

	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001 Nº	2011 Nº
Figueira da Foz	**5,2**	**3,5**	**36,8**	**31,6**	**58**	**60,0**	**26455**	**24401**
Baixo Mondego	4,7	2,6	28,5	22,1	67	80,0	149108	139188
Continente	4,8	2,9	35,5	26,9	60,0	70,0	4450711	4150252

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2011

A Freguesia do Bom Sucesso é a que apresenta a maior taxa de atividade no setor primário (18,7%), em contraponto com a freguesia urbana de São Julião que tem cerca de 0,9% da sua população ativa afeta ao setor primário (Quadro 16).

Quadro 16 - Percentagem relativa da empregabilidade por setor de atividade e por freguesia (%)[1]

	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
Alhadas	2,7	49,4	48,0
Alqueidão	10,4	51,3	38,3
Brenha	1,4	40,9	57,7
Buarcos	4,1	32,7	63,2
Ferreira Nova	16,6	45,7	37,7
Lavos	7,8	42,7	49,5
Maiorca	6,9	45,6	47,4
Marinha Das Ondas	15,7	43,4	40,9
Paião	3,7	42,9	53,4
Quiaios	1,8	45,4	52,8
S. Julião	0,9	24,3	**74,84**
Tavarede	1,3	30,2	68,5
Vila Verde	1,6	37,0	61,4
S. Pedro	12,6	36,3	51,1
Bom Sucesso	**18,68**	38,5	42,8
Santana	2,7	41,3	56,0
Borda do Campo	3,1	**54,38**	42,5
Moinhas do Gândara	12,144	40,797	47,059

Uma outra dimensão de análise valoriza os projetos e investimentos aprovados no âmbito do QREN e o COMPETE (Programa Operacional para dos Fatores de Competitividade) presente no seu sítio internet (www.pofc.qren.pt), relativos a 8 janeiro de 2013, por sector e território (concelho, região e Portugal). A base de dados refere-se ao domínio dos Fatores de Competitividade traduzido através de três sistemas de incentivos: investigação e desenvolvimento tecnológicos nas empresas (SI I&DT), inovação (SI Inovação) e qualificação e internacionalização de PME (SI Qualificação PME), num total 15 instrumentos.

Uma leitura global e tendo por referência o total para Portugal, revela para o concelho da Figueira da Foz, um investimento de cerca de 363 milhões de euros (5,0% do valor total de Portugal), mesmo sendo reduzido o correspondente número de projetos (65 correspondendo a 0,9% do total). No contexto da Sub-região do Baixo Mondego o concelho da Figueira da Foz é responsável por 68,6% do investimento e 17,6% dos projetos. Estes resultados traduzem-se num investimento médio por projeto elevado (cerca de 5,6 milhões de euros) quer no contexto do território de proximidade, quer em Portugal (Quadro 17).

[1] A data a que se referem os dados expressos é omissa na fonte (PMDCFI 2009-2013)

Quadro 17 - Investimentos QREN aprovados, COMPETE - Programa Operacional Fatores de Competitividade, por sector, 8 de janeiro de 2013.

Unidade Geográfica	Projetos N.º	Projetos %		Investimento N.º	Investimento %		Inv. por Proj.
Cantanhede	47	0,6	12,7	56478962	0,8	10,7	1201680
Coimbra	216	2,8	58,5	79348893	1,1	15,0	367356
Condeixa-a-Nova	8	0,1	2,2	13069009	0,2	2,5	1633626
Figueira da Foz	**65**	**0,9**	**17,6**	**363239664**	**5,0**	**68,6**	**5588303**
Mira	19	0,2	5,1	10614524	0,1	2,0	558659
Montemor-o-Velho	10	0,1	2,7	4977357	0,1	0,9	497736
Penacova	4	0,1	1,1	1718430	0,0	0,3	429608
Baixo Mondego	**369**	**4,9**	**100,0**	**529446839**	**7,3**	**100,0**	**1434815**
Pombal	50	0,7	11,3	44513315	0,6	14,6	890266
Pinhal Litoral	**442**	**5,8**	**100,0**	**305720721**	**4,2**	**100,0**	**691676**
Multi-Concelhos	**315**	**4,1**	**-**	**488516887**	**6,7**	**-**	**1550847**
Portugal	**7607**	**100**	**-**	**7257648601**	**100**	**-**	**954075**

Fonte: http://www.pofc.qren.pt

O concelho da Figueira da Foz faz parte do grupo de concelhos com o maior índice de industrialização em 2009 (1,166). Os outros concelhos são Cantanhede (1,305) e Pombal (1,171). A dinâmica industrial recente, entre 1997 e 2009, indica um acréscimo expressivo de estabelecimentos (+37,9% num total de mais 58 estabelecimentos). Esta evolução traduziu-se, ao mesmo tempo, numa perda de emprego na indústria (-15,9% correspondentes a menos 832 empregos). Como consequência a dimensão média dos estabelecimentos passou de 34 pessoas por estabelecimento para 21 pessoas numa década, sendo ainda assim uma dimensão média superior à registada no Continente (14). Isto significa também que ocorreu um processo de recomposição produtiva (Quadro 18).

Quadro 18 - Indicadores de industrialização e de especialização.

Unidade Geográfica	Índice de industralização 1997	Índice de industralização 2009	Estabelecimentos 1997	Estabelecimentos 2009	Estabelecimentos Var. (%)	Pessoal 1997	Pessoal 2009	Pessoal Var. (%)	Índice de especialização 1997	Índice de especialização 2009
Cantanhede	0,531	1,305	119	145	21,8	1577	2891	83,3	0,482	0,44
Coimbra	0,735	0,518	363	341	-6,1	8553	4495	-47,4	0,313	0,351
Condeixa-a-Nova	0,532	0,716	35	37	5,7	640	740	15,6	0,777	0,758
Figueira da Foz	**1,064**	**1,166**	**153**	**211**	**37,9**	**5219**	**4387**	**-15,9**	**0,443**	**0,458**
Mira	0,576	0,957	40	45	12,5	581	722	24,3	0,575	0,51
Montemor-o-Velho	0,505	0,453	69	81	17,4	1008	717	-28,9	0,498	0,541
Penacova	0,240	0,283	32	40	25,0	314	261	-16,9	0,695	0,514
Soure	0,379	0,369	45	66	46,7	622	430	-30,9	0,530	0,396
Baixo Mondego	**0,694**	**0,728**	**856**	**966**	**12,9**	**18514**	**14643**	**-20,9**	**0,294**	**0,294**
Pombal	0,747	1,171	230	327	42,2	3294	3916	18,9	0,354	0,307
Pinhal Litoral	**1,414**	**0,000**	**1545**	**0**	**-100,0**	**27803**	**0**	**-100,0**	**0,436**	
Continente	**1**	**1**	**41898**	**43992**	**5,0**	**773285**	**608286**	**-21,3**	**0,000**	**0**

Fonte: GEP/MSSS - SISED / Quadros de Pessoal.

Considerando uma classificação que tem por base a intensidade em I&D, a estrutura industrial do concelho da Figueira da Foz é dominada por ramos de fraca intensidade tecnológica, sendo que o esforço tecnológico tem tradução nas necessidades de recursos humanos e materiais qualificados e no crescimento da produtividade, elementos decisivos para competitividade das empresas e criação de riqueza.

No caso do concelho, os ramos da indústria alimentar, fabricação de pasta, matérias plásticas e de produtos metálicos apresentam um crescimento de emprego superior ao valor global do continente.

3.4.2.2. – TECIDO EMPRESARIAL E INDUSTRIAL – ANÁLISE SWOT

Quadro 19 - SWOT | Tecido Empresarial e Industrial.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
- Parque Industrial e Empresarial da Gala com pouca possibilidade de expansão face às condicionantes em vigor no actual PDM e com infra-estruturas necessitadas de obras de requalificação. - Zona Industrial do Pincho que servirá o norte do concelho ainda não se encontra infraestruturada. - Zona Industrial de Ferreira-a-Nova com acessibilidades rodoviárias precárias. - Incubadora de empresas pouco dinamizada - Falta de uma Universidade ou Politécnico que fixe jovens no concelho e que permita uma oferta de mão-de-obra que sirva as empresas locais. - Falta de um centro de investigação e desenvolvimento que apoie as empresas locais e regionais, principalmente na área agro-alimentar, onde existe um enorme potencial de crescimento e muita necessidade de inovação. - PDM muito restritivo no que se refere a instalação de unidades agro-industriais e pecuárias, comparativamente com outros municípios. - Marca "Figueira da Foz" pouco divulgada e conhecida. - Taxa de desemprego elevada, - Predomínio de empresas de pequena dimensão. - Comércio tradicional com cada vez menos expressão e oferta	- Localização geoestratégica das empresas privilegiada com canais multimodais para o escoamento dos produtos. - Empresas industriais âncora de grande dimensão e qualidade no concelho com elevada estabilidade e de diversos sectores. - Produtos de excelência produzidos no concelho: arroz, conservas, papel, pasta, sal, entre outros. - Excelente oferta hoteleira e de restauração no concelho que permite a recepção de clientes, fornecedores e investidores - Tradição industrial no concelho com mão-de-obra qualificada - Existência de Escolas profissionais no Concelho
Ameaças	**Oportunidades**
- Concorrência directa de outros concelhos próximos com grande capacidade de atrair investimento e industria, como Pombal, Cantanhede, Aveiro e Leiria. - Previsões demográficas que prevêem uma redução da população activa, - Falta de mão-de-obra qualificada que pode justificar a deslocalização de empresas para territórios com pólos universitários e/ou politécnicos - Autarquia com necessidade de modernização administrativa e de desmaterialização de processos de maneira a evitar a morosidade dos seus serviços às empresas e aos munícipes. - Centros comerciais de grande dimensão instalados no Concelho que têm vindo a "matar" o comércio tradicional de rua.	- Valorização dos recursos endógenos num quadro que promova o equilíbrio entre a preservação do património natural e desenvolvimento de atividades económicas - Território com grande possibilidade de expansão industrial - Melhorar as acessibilidades marítimas e criar uma plataforma logística irá ser uma fonte de atracção de novas empresas. - Possibilidade de cativar empresas complementares às já existentes no concelho. - Empresas existentes com grande potencial de crescimento - O aprofundamento da barra fará com que outro tipo de navios com maior capacidade possam entrar no porto da Figueira da Foz e permitir que muitas empresas de toda a região centro sul (incluindo da região de Leiria) possam vir a utilizá-lo para as suas importações e exportações e permitir que se fixem no concelho. - Concelho com grande qualidade de vida que cativa facilmente trabalhadores qualificados a fixar-se. - Novo quadro comunitário Portugal 20-20, com incentivos para a promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego

3.4.2.3. – TECIDO EMPRESARIAL E INDUSTRIAL – EIXOS ESTRATÉGICOS

Eixos Estratégicos	Acções
8.1 – Melhorar as condições das zonas industriais	8.1.1 Melhorar as infra-estruturas do Parque Industrial da Gala, nomeadamente ao nível do sistema pluvial, do pavimento e melhorando a sua eficiência energética 8.1.2 Requalificar a sinalização das empresas e do próprio parque pelo concelho; 8.1.3 Ampliar o Parque Industrial da Gala para sul, após resolver os constrangimentos do PDM ainda em vigor. 8.1.4 Criar uma plataforma logística com características multimodais que sirva o parque industrial e o porto. 8.1.5 Promover a extensão da linha ferroviária do sul para o parque industrial da Gala 8.1.6 Criar infra-estruturas na Zona Industrial do Pincho para que seja uma alternativa a empresas que se queiram instalar no norte do concelho 8.1.7 Desenvolver uma estratégia de marketing para a marca "Figueira da Foz", divulgando os produtos e recursos endógenos, as empresas e as potencialidades do concelho.
8.2 - Optimizar a ID&T nas empresas	8.2.1 Criar uma Unidade de ID&T na Incubadora de empresas em parceria com as Universidades e Politécnicos da região, com empresas âncora, com Associações Empresariais e Centros Tecnológicos e a própria autarquia, com o objectivo de desenvolver processos produtivos e inovar produtos em especial no sector agro-industrial. 8.2.2 Apoio à capacitação, consolidação e expansão da infraestrutura de incubação e acolhimento empresarial; 8.2.3 - Apoio a projetos de empreendedorismo qualificado e criativo. Incutir em todas as escolas do concelho a atitude do empreendorismo. 8.2.4 - Apoio a projetos de investimento produtivo de natureza inovadora, de qualificação das estratégias e de reforço das capacidades de gestão das PME; 8.2.5 Promover junto dos empresários locais, em parceria com a ACIFF, os diversos incentivos do novo quadro comunitário de apoio.
8.3 Modernização e Eficiência Administrativa	8.3.1 Melhoria da eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades das empresas. 8.3.2 Criação de um Gabinete de Apoio ao investidor que funcione como interlocutor de todos os serviços da Câmara e entre várias entidades, retirando carga burocrática às empresas. 8.3.3 Implementação da desmaterialização e desburocratização dos processos administrativos. 8.3.4 Implementação de um sistema de Gestão da qualidade dos serviços da CMFF.
8.4 Estratégia de Marketing para marca "Figueira da Foz" - Empresarial	8.4.1 – Desenvolver uma estratégia de marketing para a marca "Figueira da Foz", divulgando os produtos e recursos endógenos, as empresas e as potencialidades do concelho. 8.4.2 – Fazer um portfólio das empresas locais, dos produtos e dos recursos endógenos em diversas línguas para ser usado como cartão de visita empresarial da Figueira da Foz e estar disponível no site. 8.4.3 – Fazer *"merchandising"* dos produtos da Figueira da Foz para serem distribuídos e até vendidos nos quiosques e postos de turismo. 8.4.5 – Divulgar a marca da Figueira da Foz por grupos de empresas de sectores complementares e concorrentes a empresas já existentes na Figueira da Foz, quer a nível nacional quer internacional.
8.5 Fomentar o comércio tradicional	8.5.1 - Como forma de combater a concorrência imposta pelos centros comerciais, no comércio tradicional será promovida a adaptação, modernização e melhoria da qualidade no atendimento. 8.5.2 Deverão ser melhoradas as acessibilidades, o conforto no acesso às lojas, o incentivo para a fixação de pessoas nas zonas culturais e antigas da cidade (através de incentivos à reabilitação urbana), implementar uma rede de sinalização das zonas comerciais (tais como bairro novo, praças, rua da República e adjacentes, Avenida do Brasil, entre outras), articulando com a ACIFF. 8.5.3 Criar projectos âncora nas zonas comerciais de modo a chamar o público para lá e consequentemente frequentarem o comércio tradicional (por exemplo, quiosques e esplanadas nos centros das praças, dinamização do jardim municipal com animadores e música de rua, abertura do interior do Forte de Santa Catarina). 8.5.4 Incentivar a abertura do comércio tradicional ao fim de semana. Uma vez que a Figueira da Foz recebe muitos turistas durante o fim de semana faz sentido que o comércio esteja aberto.

3.4.3 – MAR

3.4.3.1. – DIAGNÓSTICO

O envolvimento da Figueira da Foz com o Mar resulta do particular posicionamento da sede de concelho na confluência entre o Atlântico e o Mondego.

Com efeito, a trajetória do município e da cidade assentou nesta relação entre rio e mar, daqui resultando um conjunto de vocações que não poderão ser negligenciadas futuramente. A heterogeneidade paisagística; o clima local e regional; as pescas; o porto; o ambiente urbano muito particular de alguns dos seus lugares, como Buarcos; muito do património material mas também imaterial; um certo modo de estar, de ocupação dos tempos livres, de celebração de valores e de relação com os espaços públicos e com o contexto natural; apontam para a relação inequívoca da Figueira da Foz e das suas gentes com o mar.

Por outro lado, a água é um recurso estratégico. Entre o rio e o mar, colocam-se desafios de criatividade e inovação em áreas como a investigação científica, a alimentação, a energia, os transportes, a segurança, o património, o lazer e o turismo, valências que, quando articuladas e ordenadas, sustentam estratégias diferenciadoras de desenvolvimento e qualidade de vida. O Atlântico e o Mondego constituem para a Figueira da Foz um desafio e uma oportunidade.

O mar e o rio para muitos significa turismo e lazer, para outros, significa desportos náuticos. Para muitos o mar e o rio é o centro de muitas atividades económicas, como as pescas, a construção e reparação naval, assim como o porto e respetivas atividades portuárias, a produção de energia *offshore*, desenvolvimento de alimentação criativa de origem marinha, a aquacultura ou a salicultura.

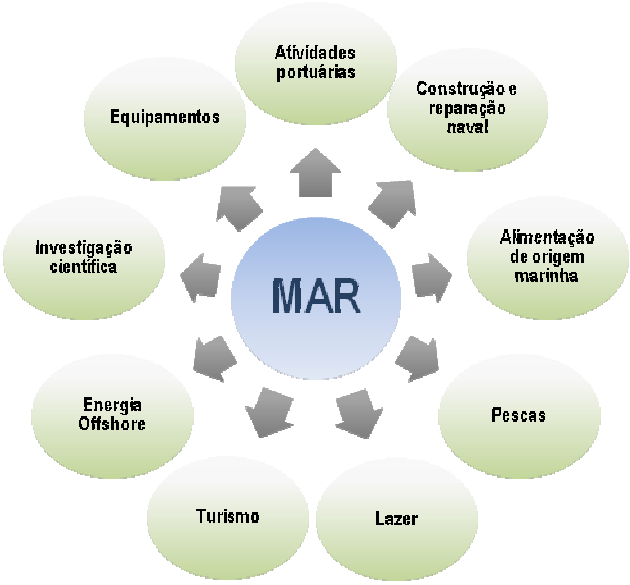


Figura 27 - Potenciais domínios na "Economia Marítima" centrada na Figueira da Foz.

Destaca-se a articulação entre o mar e turismo que se constituem como um eixo fundamental e que, por este motivo, devem estabelecer pontes efetivas com outras áreas cujo diagnóstico revelou possuírem também interesse estratégico para o concelho, nomeadamente o turismo, a agro-indústria, as atividades portuárias, entre outras.

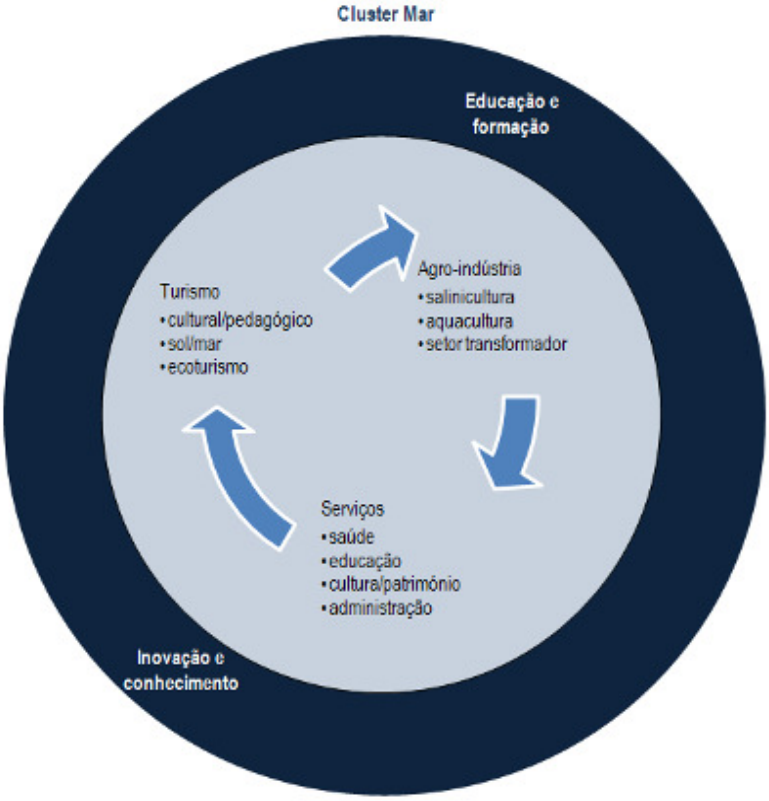


Figura 28 - Cluster Mar | Figueira 2021, Rede do Atlântico.

O concelho da Figueira da Foz apresenta obviamente condições naturais e infra-estruturas no domínio das atividades ligadas à pesca. O número de pescadores matriculados em 31 de dezembro de 2010 representava 17,4% do total de pescadores da zona centro (615 num total de 3533), sendo que as embarcações com motor e sem motor (196) correspondiam a 14,4% do total (2003).

No que diz respeito às capturas de pescado, o concelho representava 9,9% (16471 toneladas) do total de capturas efetuadas no Continente (166304 toneladas), sendo que a sardinha correspondia a 19,0% das capturas no total nacional. Acresce que no concelho esta é a principal espécie capturada, representando 67,1% do total pescado.

A consideração do valor de capturas de pescado por embarcação, quer total quer de sardinha, indica que o sector da pesca apresenta uma produtividade muito superior aos outros portos da Região Centro e também em relação ao Continente. Com efeito, sendo os valores de cerca de 37 mil euros no caso das capturas totais para os dois níveis espaciais de referência, o concelho apresenta um indicador que é mais do dobro (78 mil euros). Também para a espécie sardinha, o valor do concelho é cerca de seis vezes maior (29 mil euros contra cerca de 5 mil euros).

Quadro 20 - Pescadores, embarcações e capturas, 2010.

Unidade geográfica	Pescadores matriculados		Embarcações com motor				Embarcações sem motor				Capturas de pescado							
											Sardinha		Total		Sardinha		Total	
	N.º	%	N.º	%	GT	GT/N.º	N.º	%	GT	GT/N.º	t	%	t	%	mil euros	Por embarcação (mil euros)	mil euros	Por embarcação (mil euros)
Aveiro	1496	10,8	826	14,0	32424	39	74	5,7	41	1	**2488**	4,3	**12088**	7,3	**5629**	6,3	**17970**	20,0
Figueira da Foz	615	4,4	185	3,1	1931	10	11	0,8	72	7	11057	19,0	16471	9,9	5629	28,7	15380	78,5
Nazaré	344	2,5	124	2,1	517	4	14	1,1	4	0	523	0,9	3611	2,2	393	2,8	8855	64,2
Peniche	1078	7,8	405	6,9	4735	12	364	28,1	175	0	5317	9,1	14895	9,0	4287	5,6	32561	42,3
Região Centro	**3533**	**25,6**	**1540**	**26,2**	**39607**	**26**	**463**	**35,7**	**293**	**1**	**19385**	**33,4**	**47065**	**28,3**	**11911**	**5,9**	**74767**	**37,3**
Continente	**13824**	**100**	**5887**	**100**	**86204**	**15**	**1296**	**100**	**836**	**1**	**58121**	**100**	**166304**	**100**	**37262**	**5,2**	**271972**	**37,9**

Fonte: INE.

Por seu lado, o sal marinho, desde sempre, e em virtude da sua composição, teve utilizações diversas, embora, na atualidade, a maioria do sal produzido em Portugal se destine a fins alimentares. As unidades de produção de sal, designadas como salinas ou marinhas são constituídas por um conjunto de reservatórios construídos em terra e em solos impermeáveis nas zonas de sapal. De referir que a produção de sal contribui para a manutenção dos equilíbrios ambientais nas zonas costeiras, na medida em que as salinas permitem, tal como se observou, a existência de ecossistemas determinantes para a sobrevivência de várias espécies animais e vegetais.

No caso específico do salgado da Figueira da Foz é possível observar a existência de uma produção de sal marinho que atingiu as cerca de 1198 toneladas em 2010. De salientar também a produção e salicórnia e produtos derivados do sal marinho.

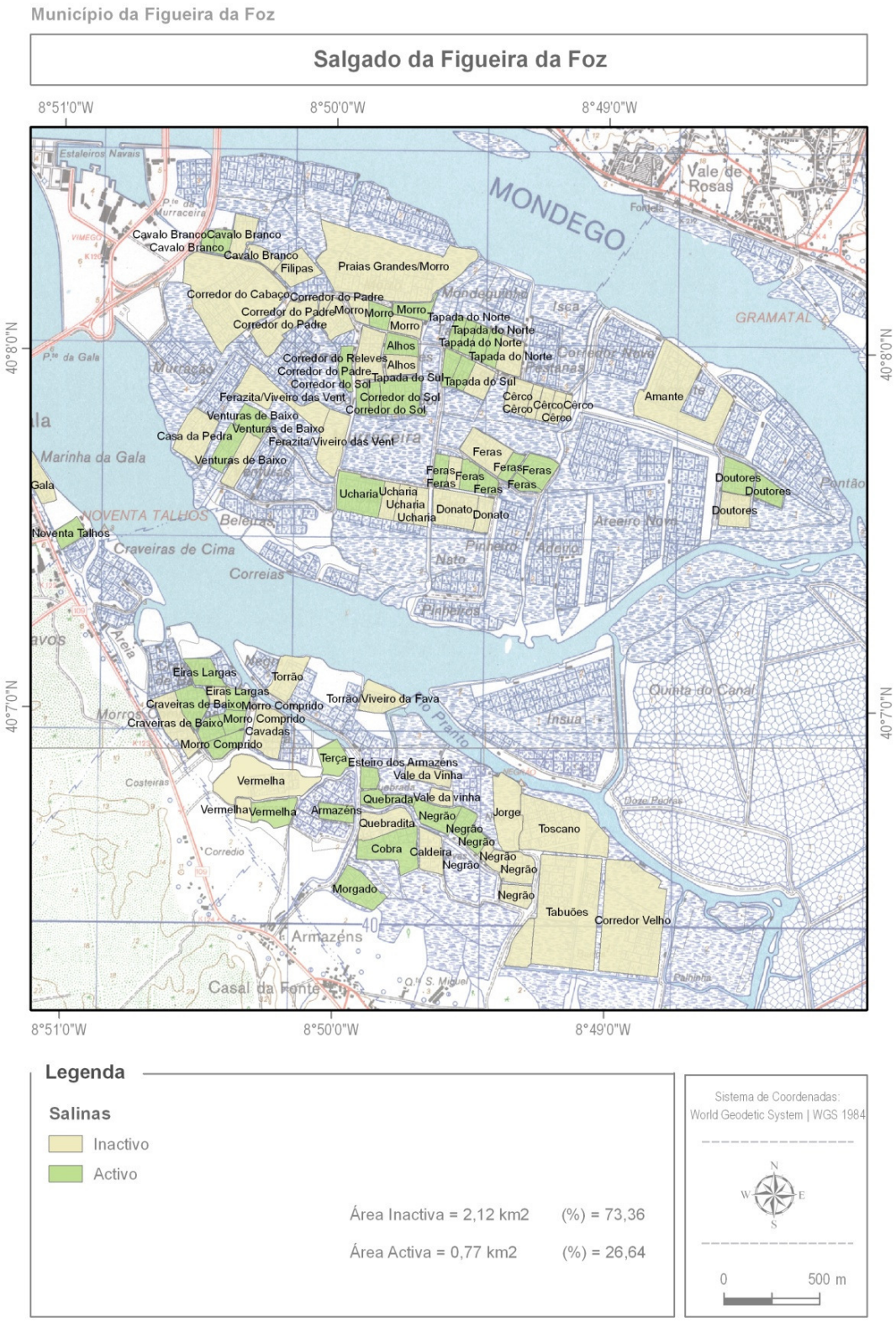


Figura 29 - Área ocupada por salinas cativas e inativas no Salgado da Figueira da Foz (2011).

A pesca, atividade com uma tradição antiga em Portugal tem vindo a registar um declínio bastante expressivo nas últimas décadas, associado não só ao declínio de recursos pesqueiros e consequentemente, diminuição do volume de pescado, mas fundamentalmente à redução da quota pesqueira resultante das negociações com a UE.

Neste sentido, e na medida em que a aquacultura não se pode dissociar da pesca, esta poderá desempenhar um papel fundamental já que a diminuição dos recursos associados à pesca tradicional constitui, por si só, um incentivo ao desenvolvimento desta atividade.

Em termos gerais, a aquacultura apresenta grandes potencialidades na Ilha da Morraceira, designadamente no que se refere a condições ecológicas que permitem boas taxas de crescimento das espécies, tecnologia de produção bastante acessível, com a existência de juvenis e investigação aplicada, bem como uma maior apetência para o consumo de peixe por parte dos consumidores.

Presentemente, as espécies produzidas são robalo (discentrarchus labax), dourada (sparus aurata), linguado (bothidae), tainha (mugilidae) sendo que as duas primeiras representam 99% da produção. Mais recentemente, foi instalada aquacultura direcionada para a produção de ostras e amêijoas (apesar de existirem alguns constrangimentos bacteriológicos para a produção de bivalves no estuário do Mondego).

A Marina de Recreio situa-se na margem direita do rio em local nobre da cidade. Esta doca está vocacionada para apoio à Náutica de Recreio e aos serviços marítimos do porto. O Sector de Recreio serve uma frota de embarcações predominantemente local com comprimentos até 20 metros, acolhendo eventualmente embarcações de passagem que ficam atracadas no cais de serviço.

Foto 2 – Marina de Recreio

3.4.3.2. – MAR – ANÁLISE SWOT

Pontos Fracos	Pontos Fortes
- Classificação baixa para a produção de bivalves no estuário do Mondego (Classificação C em 2014, pelo IPMA) o que condiciona a sua produção e viabilização como actividade económica rentável; - Portinho da Gala para pesca artesanal com problemas recorrentes de assoreamento o que inviabiliza nalgumas alturas esta actividade - Limitações à captura de pescado impostas pela Comunidade Europeia; - Dificuldades dos operadores e empresários locais em investirem em ID&T. Essencial para a diferenciação deste sector; - Falta de apoios e incentivos à atividade. - Restrições muito elevadas para a construção de equipamentos de apoio para as aquaculturas no estuário (nomeadamente na ilha da Morraceira); - Entrada da barra com muitos constrangimentos e encerramentos frequentes para as embarcações de pesca. - Abandono e degradação das salinas e falta de mão-de-obra experiente em salicultura.	- Importância histórica e cultural das actividades marítimas no concelho - Mar é o elemento de identidade da região; - Produtos marítimos da Figueira da Foz de reconhecida qualidade tais como: sardinha ou o sal e conservas de peixe; - Porto de pesca com excesso de capacidade para movimento de pescado; - Área para saliculturas e aquaculturas ainda com capacidade para expansão; - Mão-de-obra experiente na faina. - Melhoria da qualidade da água no estuário do Mondego, tendo existido nos últimos anos um esforço em ligar a maior parte dos efluentes industriais e domésticos aos colectores municipais - Marina de recreio localizada em zona nobre da cidade e com uma excelente oferta de serviços na proximidade
Ameaças	**Oportunidades**
- Desvio das embarcações pesqueiras para outros portos de pesca que não têm tantos problemas na entrada da barra; - Falta de mão-de-obra qualificada que desenvolva a ID&T neste sector. - Licenças para Aquaculturas muito precárias e pouco duradouras, o que inviabiliza grandes investimentos, - Perda da importância da salicultura no contexto económico nacional; - Erosão costeira muito acentuada em localidades ligadas ao mar e em especial à pesca (Leirosa, Costa de Lavos, Cova-Gala, Buarcos), sendo estas zonas consideradas de risco muito elevado. - Enfraquecimento da Duna Primária na faixa costeira desde o Cabedelo da Figueira da Foz até à zona da Leirosa; - Retenção do transporte sedimentar dominante (de Norte para Sul) no Molhe Norte da Figueira da Foz, situação agravada após a extensão do mesmo em mais 400m;	- Novas utilizações para o sal e possibilidade de certificação do sal; - Criação de emprego em actividades tradicionais inovadas - Espaço disponível para novas aquaculturas e saliculturas; - Viabilidade de se efectuar um plano de acção para reabilitação bacteriológica do estuário do Mondego de modo a reclassificar o estuário com classificação superior de modo a viabilizar a produção de bivalves; - Produção de energia no mar/rio (energia das ondas e das marés, energia eólica) - Existência de uma estratégia nacional para o mar e incentivos no novo quadro comunitário 20-20. - Actual Plano de Ordenamento da Orla Costeira em processo de revisão, podendo prever-se medidas para evitar a erosão costeira, nomeadamente o estudo de um by-pass de sedimentos (areias) do norte para sul do molhe e evitando o assoreamento à entrada da barra do porto. - Praia da Claridade com um dos maiores areais do país, onde poderá ser desenvolvido um projecto de aproveitamento do areal e de toda a frente marítima. - Grande potencial para atrair iates para a marina de recreio e também pequenos cruzeiros. Ambos passam frequentemente ao largo da Figueira da Foz sem entrarem no porto.

3.4.3.3. – MAR – EIXOS ESTRATÉGICOS

Eixos Estratégicos	Acções
9.1 – Incentivar o desenvolvimento da Ilha da Morraceira	9.1.1 Cativar novas empresas e novos empreendedores com capacidade financeira e nível de conhecimento para a implementação e promoção de novas atividades e produtos associados à Ilha da Morraceira e a todo o sector do Salgado do Estuário do Mondego; 9.1.2 Promover o desenvolvimento de negócios com cariz inovador na ilha da Morraceira, tal como Produção de de algas marinhas com aplicabilidade em áreas distintas tais como culinária, tinta, produtos de higiene, fertilizantes e adubos, produtos medicinais e produtos farmacêuticos. 9.1.3. Implementar uma estratégia de marketing para divulgar os produtos da Figueira da Foz "Sal da Figueira",; 9.1.4 Dinamização do atual Núcleo Museológico do Sal complementando-o com um Centro de Interpretação/Investigação, requalificando o "Moinho das Doze Pedras" (localizado na margem esquerda do rio Pranto), bem como a construção de uma pequena rede de cais de acostagem que, no seu conjunto, passe a permitir a definição de percursos estuarinos, numa perspectiva complementar aos percursos pedestres entretanto delimitados neste território 9.1.5 Promover com o IPMA; ARH e Águas da Figueira uma melhoria significativa da qualidade da agua do estuário de modo a reduzir a contaminação bacteriológica, nomeadamente a quantidade de coliformes de modo a viabilizar a produção de outras espécies, tais como bivalves. 9.1.6 Promoção e dinamização de actividades turísticas, nomeadamente "Observação de pássaros", passeios de barco, percursos pedestres, pesca lúdica, visitas guiadas com possibilidade dos visitantes participarem por exemplo nas actividades de exploração do sal, etc. 9.1.7 Requalificação dos barracões em avançado estado de degradação com vista à sua integração nos percursos como pontos de descanso e de observação da avifauna ou para futuros apoios para aquacultura.
9.2 - Reduzir os impactes da erosão costeira	9.2.1 Fazer um estudo juntamente com a ARH e APFF para a manutenção do desassoreamento da barra e do canal e simultaneamente transportando sedimentos para as praias da margem sul do Mondego. O estudo também deverá abordar a possibilidade de se colocarem bancos de areia submersos paralelos às praias do sul ou quebra-mares. 9.2.2 Promover a reabilitação e construção de novos passadiços em todo o sistema dunar nas praias balneares, que promovam a protecção das dunas; 9.2.3 Equipar a protecção Civil de modo a efectuar intervenções de emergência que assegurem a manutenção equilibrada da orla costeira, quando esta se vê ameaçada pelo avanço das águas, e como suporte a importantes funções do território (económicas, sociais e ambientais), numa óptica sustentável de valorização e de prevenção de riscos.
9.3 – Potenciar os factores de diferenciação	9.3.1 Elaborar um projecto de modo a definir usos e modelar espaços no areal da baía de Buarcos de modo a tornar-se um factor de diferenciação positivo face a todas as outras praias da Península Ibérica, aproveitando as ideias dos diferentes projectos apresentados no âmbito do Concurso de Ideias. 9.3.2 Promover a pesca artesanal, as Artes, como uma actividade económica a manter, garantindo que há condições de segurança e operacionalidade para os pescadores, nomeadamente, o Portinho da Gala e canal de acesso se mantenham desassoreados e desobstruídos. 9.3.3 Promover a salicultura e a pesca artesanal de Sável e de Lampreia. 9.3.4 Promover a "Onda mais comprida da Europa" na praia de Buarcos, também como um factor diferenciador face a outras ofertas de "ondas" do país. 9.3.5 Promover os trajes tradicionais dos pescadores e das peixeiras. Fomentando a sua utilização nos mercados ou na restauração. 9.3.6 Fomentar a restauração a oferecer pratos tradicionais da Figueira da Foz, especialmente os que são confeccionados à base de produtos locais como o peixe, as conservas, o sal e flor de sal, a salicórnia, o arroz, o milho. 9.3.7 Continuar a dinamizar os mercados e a sua envolvência de modo a serem mais frequentados, garantindo cada vez mais comodidade aos seus utilizadores (aumentando o estacionamento, oferecendo carrinhos de compras, diversos serviços no andar superior), promovendo eventos tais como feiras e/ou provas gastronómicas. 9.3.8 Implementação de projectos de aproveitamento energético das ondas e marés e energia eólica offshore
9.4 Melhorar as condições para a pesca	9.4.1 Melhorar as condições de entrada na barra de modo a permitir que esta esteja aberta às embarcações pesqueiras durante todo o ano eliminando os bancos de areia que se vão formando e que provocam uma zona de rebentação de ondas que colocam em causa a segurança à saída da barra. 9.4.2 Melhorar as condições da lota (melhorar o cais de acostagem, construir balneários, cantina e dormitório) e instalar um sistema de recolha e tratamento dos restos de pescado e dos efluentes líquidos; 9.4.3 Melhorar as condições de segurança no portinho da Gala e das acessibilidades rodoviárias ao mesmo.

3.4.4 – AGRICULTURA E FLORESTAS

3.4.4.1. – DIAGNÓSTICO

Sendo a Figueira da Foz um concelho com uma ampla linha de costa (cerca de 40 Km e com um porto), o número de empresas associadas às pescas é relativamente baixo, quando comparado com o setor agrícola.

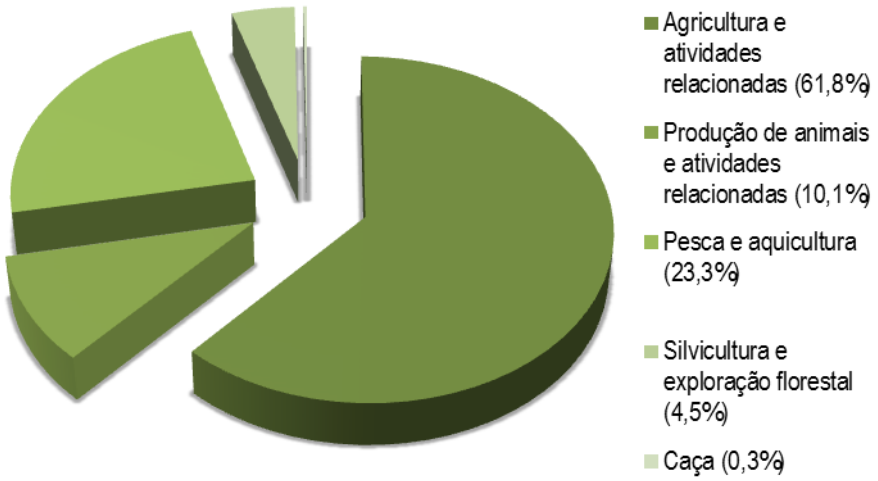


Figura 30 - Distribuição (%) do tecido empresarial por setor de atividade[2]

No entanto, segundo o INE (2011), no concelho da Figueira da Foz o número de explorações agrícolas passou de 2.170 explorações em 1999, para 1.159 em 2010, ou seja, registou-se em 10 anos uma diminuição de 47% no número de explorações.

Por outro lado, a superfície agrícola utilizada do concelho da Figueira da Foz apresenta um total de 5.509ha, valor que representa uma diminuição de 19% relativamente a 1999.

Nos últimos anos, as principais alterações na tipologia das culturas verificaram-se no quase desaparecimento da cultura da batata (agora com um valor residual), na diminuição da vinha e das culturas forrageiras e no aumento dos cereais de grão e das culturas hortícolas. Os cereais de grão (arroz e milho) continuam a ser a cultura mais representativa no total da superfície (68%) agricultada, destacando-se que as culturas hortícolas passaram a ter uma representatividade que ascende a 1,4% da área total.

[2] www.infoempresas.com.pt., consultado em fevereiro de 2013

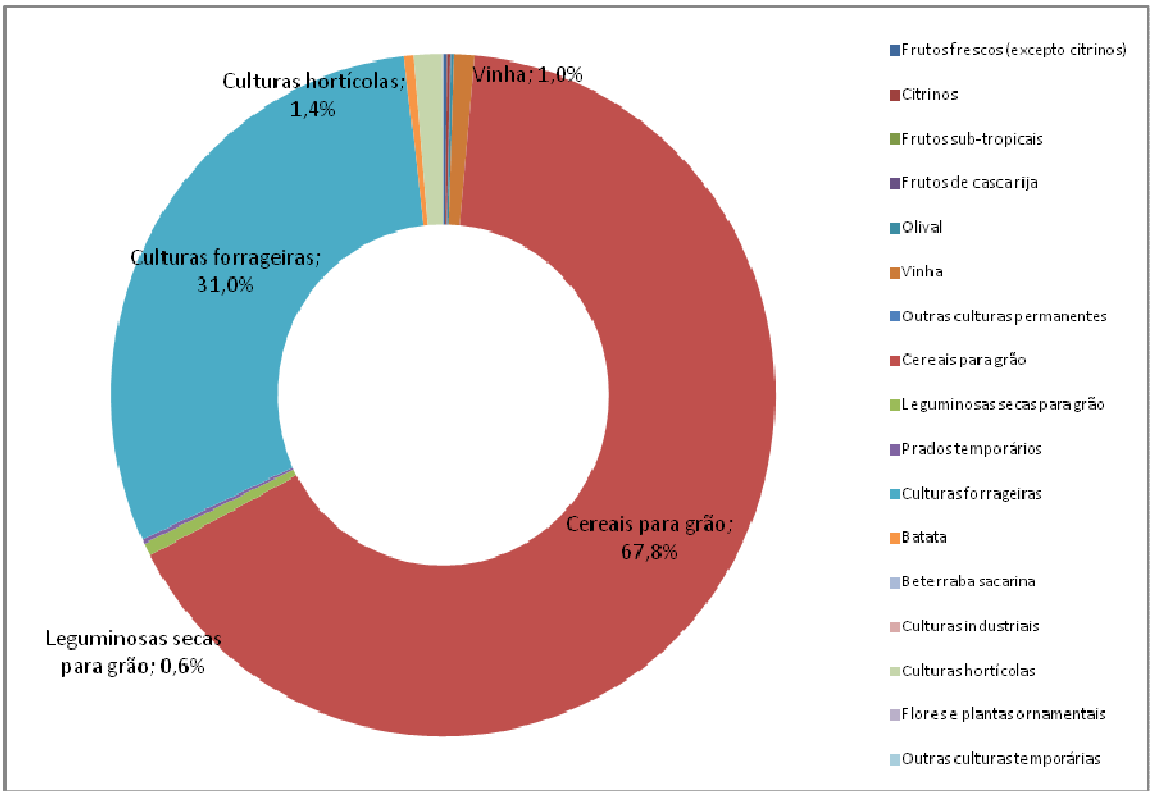


Figura 31 – Tipologia das culturas em 2009

O concelho da Figueira da Foz é ocupado em cerca de 60% do seu território por floresta (51%) e matos (7%). Acresce, ainda, que 40% da área do concelho pertence à rede nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000.

Tem-se verificado nas últimas décadas um abandono generalizado dos terrenos rurais. Este abandono tem como consequências alterações profundas na paisagem e o aumento da vulnerabilidade do território e das populações ao risco de incêndio florestal.

A criação de uma Zona de Intervenção Florestal (ZIF) no concelho da Figueira da Foz veio a concretizar-se através da ZIF Mondego, em fevereiro de 2010. A ZIF Mondego engloba vários prédios que se distribuem pelas (então) freguesias de Alhadas, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Maiorca, Moinhos da Gândara, Quiaios, Santana (município de Figueira da Foz), Liceia, Gatões e Montemor-o-Velho (município de Montemor-o-Velho), em que 1.873 ha se encontram no concelho da Figueira da Foz e os restantes 632 ha no município vizinho de Montemor-o-Velho .

Os 2.205 ha distribuem-se por área ocupada com agricultura (1.128 ha), por área florestal (1.358 ha) e área urbana e rede viária associada (19 ha). Na área agrícola destacam-se os arrozais (56%) e as culturas permanentes de sequeiro (28%), enquanto na área florestal, predominam os povoamentos com eucalipto (40%), seguido de povoamentos com pinheiro-bravo (30%) e áreas de povoamentos mistos de pinheiro-bravo e de eucalipto (13%).

No sentido de dar uma melhor resposta ao crescente abandono dos terrenos com aptidão agro-florestal, em 2014 o município da Figueira da Foz iniciou o projecto da Bolsa de Terras. Este projecto assenta nos princípios da universalidade e da voluntariedade e disponibiliza para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência as terras com aptidão agrícola, florestal ou silvopastoril da autarquia, de outras entidades públicas ou de entidades privadas. Entre outros objectivos, a bolsa de terras visa facilitar o encontro entre a oferta e a procura de terras para fins de explorações, aumentar o volume e o valor da produção agro-alimentar do concelho e evitando o abandono das terras.

Um dos maiores problemas da falta de investimento no sector agro-florestal é a falta de dimensão dos terrenos. Comparativamente com outros países ou mesmo com outras zonas do país (como o Alentejo) o concelho da Figueira da Foz, e toda a região centro tem o seu território dividido em muitos milhares de artigos. A título de exemplo, a Freguesia de Alhadas tem cerca de 18000 artigos inscritos na conservatória.

A georreferenciação, a definição dos limites e a identificação dos proprietários de todos os artigos é uma tarefa extremamente morosa, mas é também muito necessária para se poderem estabelecer projectos agrícolas ou florestais integrados, sustentáveis e com dimensão crítica.

Os setores agrícola e florestal, apesar da sua importância estratégica, são setores que, genericamente, têm sido genericamente vistos como tendo uma importância menor no desenvolvimento económico nacional. No entanto, tem-se verificado, nos últimos anos, uma viragem desta percepção, existindo cada vez mais jovens licenciados e até doutorados a investirem no sector agrícola e florestal.

3.4.4.2. – AGRICULTURA E FLORESTAS – ANÁLISE SWOT

Quadro 21 - SWOT | atividades agro-florestais.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
– Risco de incêndios florestais estrutural; – Fragmentação da propriedade privada; – Fraca concentração da produção; – Diminuição do rendimento do trabalho agrícola e contas económicas de floresta – Afastamento entre o poder local e o setor agrícola e florestal, para além, com exceção dos fogos florestais – Valorização dos serviços ambientais é de difícil implementação· – Constrangimentos orçamentais do país; – Associações setoriais locais com alguma instabilidade	– Setores de importância estratégica para Portugal – Proximidade com polos de conhecimento (Universidades, Institutos Politécnicos); – Presença de empresas nacionais com elevados indicies de responsabilidade social; – Existência de áreas com elevado interesse conservacionista e protecionista; – Evolução positiva dos indicadores ambientais nacionais; – Início de novo ciclo politica local; – Produtos com denominação de origem
Ameaças	**Oportunidades**
– Risco estrutural de incêndios florestais; – Aumento gradual e intenso de pragas e doenças; – Falta de certificação da gestão florestal e da cadeia de responsabilidade; – Operadores florestais sem sistemas de qualidade nem de certificação; – Dificuldades orçamentais das autarquias, incentiva a secundarização do setor florestal e agrícola; – Elevada pressão urbana (70% da população do distrito vive, no Baixo-Mondego);	– Desenvolvimento de novos mercados e produtos, tais como, carbono, serviços do ecossistema, valorização dos produtos regionais; – Interesse da comunidade técnica e científica em quantificar os bens e serviços ambientais; – Grande dinâmica nacional no investimento no setor agrícola; – Orientação da futura PAC para o grennig e valorização ambiental da atividade agrícola e florestal; – O aumento das exportações leva à diferenciação dos consumidores finais; – Quadro Comunitário de apoio 2014-2020 – Excelentes infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias – Garantia de finalização da obra hidroagrícola do baixo mondego no QCA 2014-2020

3.4.4.3. – AGRICULTURA E FLORESTAS – EIXOS ESTRATÉGICOS

Eixos Estratégicos	Acções
10.1 – Incentivar a actividade agrícola e florestal	10.1.1 Projecto da Bolsa de Terras. Este projecto assenta nos princípios da universalidade e da voluntariedade e disponibiliza para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência as terras com aptidão agrícola, florestal ou silvopastoril da autarquia ou de outras entidades públicas ou de entidades privadas. Entre outros objectivos, a bolsa de terras visa facilitar o encontro entre a oferta e a procura de terras para fins de explorações, aumentar o volume e o valor da produção agro-alimentar do concelho e evitando o abandono das terras. 10.1.2 Promover juntamente com empresas privadas do concelho, juntas de freguesia e associações, projectos agrícolas e florestais integrados e sustentáveis, juntando terrenos suficientes para se garantir uma dimensão suficiente que garanta a sustentabilidade dos projectos. 10.1.3 Continuar a expandir as hortas urbanas de maneira a cativar a população mais urbana para as práticas agrícolas. 10.1.4 Fazer um portfólio de todos os terrenos municipais com aptidão agrícola caracterizando o solo e identificando as suas principais vocações agrícolas ou florestais. 10.1.5 Efectuar o cadastro georeferenciado de todos os terrenos do concelho. 10.1.6 Promover o projecto de emparcelamento dos terrenos do Vale do Pranto para a produção de arroz.
10.2 – Promover a Inovação das actividades Agrícolas e Florestais	10.2.1 Incentivar o modo de produção biológico – que é um sistema de gestão de explorações e de produção alimentar que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais e a aplicação de normas exigentes de bem-estar dos animais. Este sistema produz bens públicos de elevado nível. A política de desenvolvimento rural oferece aos agricultores ajuda para a cobertura dos custos suplementares de práticas biológicas que são especialmente benéficas para o ambiente. 10.2.2 Incentiver a produção de biogás na exploração agrícola a partir de estrume e de resíduos agrícolas como uma fonte de energia renovável e proporcionar aos agricultores um rendimento suplementar. Os digestores residuais constituem uma fonte valiosa de fertilizantes naturais e podem substituir fertilizantes minerais, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa e os odores. Esta diversificação das fontes de rendimento dos agricultores contribui para garantir uma base económica e social forte para o desenvolvimento rural. 10.2.3 Incentivar projectos de agricultura de precisão, que adapta os fatores de produção às necessidades reais de culturas específicas, resultando numa maior eficiência de recursos. Para ter em conta a extrema variação dos solos, os adubos e outros produtos agroquímicos podem ser aplicados em doses precisas, o que não só é bom para o ambiente como poupa dinheiro aos agricultores. 10.2.4. Incentivar projectos com sistemas agroflorestais que combinam árvores e arbustos com culturas e/ou pecuária. Estes sistemas podem proporcionar benefícios agronómicos e ecológicos múltiplos (por exemplo, zonas de sombra, controlo da erosão, maior estabilidade da produção, fixação de carbono reforçada e habitats para aves, insetos e outra fauna selvagem). Do ponto de vista dos agricultores, estes sistemas contribuem também para uma maior resistência às alterações climáticas e para a diversificação económica, em especial se combinados com a produção de biomassa.

3.4.5 – TURISMO

3.4.5.1. – DIAGNÓSTICO

O turismo na Figueira da Foz tem estado sujeito a ciclos.

Ao longo do século XX, a Figueira da Foz afirmou-se como destino regional e ponto de atração para mercados mais alargados, tal como o espanhol. Nas primeiras décadas do século XX, no período áureo do caminho-de-ferro, o concelho passou por um ciclo de receção e fixação de turistas que ocupavam a cidade e a respetiva praia em períodos de permanência mais alargados. Este contexto, que marcou as vivências e uma paisagem urbana onde já

pontuavam referências tais como o casino, ou a Serra da Boa Viagem, justificou o nascimento de uma rede de serviços de apoio à restauração e às dormidas, com investimentos, alguns de origem familiar que evoluíram depois para equipamentos mais estruturantes, os hotéis e pensões.

O crescimento das classes médias regionais após os anos 60, em especial com o ciclo que, nas últimas décadas do século XX, conduziu Portugal da democratização à adesão europeia, foi um outro longo período de mudança cidades como a Figueira da Foz. A descida das taxas de juro e a generalizada expansão do setor imobiliário recentralizou este concelho enquanto território de residências secundárias. De facto, com o aumento generalizado do poder de compra de uma classe média em crescimento e consolidação, a Figueira da Foz evoluiu com naturalidade para um lugar de residência complementar e de procura ocasional, um resort desejado que, sobretudo no quadro regional, se localizava próximo dos territórios quotidianos de vida.

O turismo continua a ser, sem qualquer dúvida, assumido como uma das áreas estratégicas nucleares para o futuro do concelho da Figueira da Foz. O desenvolvimento sustentável, no caso particular do turismo, visa permitir a recuperação e conservação do património natural e cultural apoiado em quatro vetores: conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta e diversificação da atividade turística.

Deste modo, o tradicional turismo sol/mar deverá ser complementado por outras modalidades ligadas aos diversos segmentos do turismo: de natureza (ambiental, ecológico e rural), desportivo (aventura e náutico), de negócios (reuniões e congressos) e cultural.

O estuário do Mondego, com as suas salinas e Ilha da Morraceira, a Serra da Boa Viagem e o Cabo Mondego, a Lagoa da Vela, a praia da Claridade, a maior praia da zona Centro e as outras praias, propícias para desportos de ondas, os passeios pedestres, o património cultural e construído da Figueira da Foz, a própria marina assumem-se como os "ícones" do município.

A Figueira da Foz tem condições excepcionais para atrair cruzeiros e iates, quer pela sua situação local, quer pela sua proximidade a outros locais da região Centro, como Coimbra, património da Unesco, a Bairrada ou mesmo Fátima.

As alterações climáticas e o consequente avanço do mar sobre a orla costeira, evidenciam a importância da praia da Claridade face a todas as outras na região centro do país, tornando-se, sem sombra de dúvidas, uma das maiores praias do país e sem ameaça de desaparecer a médio prazo. Este fato é diferenciador e é uma mais valia turística do município devendo ser encarada e usada como tal. O projecto de aproveitamento do areal da baía de Buarcos, investimento incontornável para a valorização de uma característica única e distinta da cidade, é sem dúvida um dos eixos estratégicos para o turismo.

No futuro deve-se tirar partido de uma potencial atratividade mais dispersa pelos diferentes meses do ano e, por isso, menos sazonal. Esta estratégia, que tem também nos residentes secundários um alvo potencial, será concretizável criando oportunidades e pretextos de visita e estadia, atividades articuladas entre o turismo, a cultura e uma vivência urbana mais densa e permanente que agora se pretende recuperar.

Ao nível de dormidas existe na Figueira grande oferta de hotéis, pensões, hospedarias e parques de campismo, que deverão ser adaptados ás novas exigências do mercado, tornando-os mais competitivos, com melhor qualidade e funcionalidades que permitam a sua sustentabilidade durante todo o ano.

Uma das formas pelas quais se pode aferir a dinâmica do setor do turismo é a análise do número de estabelecimentos e do pessoal ao seu serviço. É também importante a comparação regional, quer considerando o Baixo Mondego, território de natural continuidade deste município, quer estendendo esta análise para o Pinhal Litoral, em particular o concelho desta sub-região que se perspetiva com maiores possibilidades de articulação com o município figueirense.

Considerando os valores dos estabelecimentos registados em 2009, a Figueira da Foz apresentava cerca de 20% desses mesmos estabelecimentos distribuídos pelos 4 setores nos quais se integra o turismo. Relativamente a 1997, ano comparativo de referência para esta análise, esse valor registou um aumento de mais de 73%.

Em 2009, e no caso da Figueira da Foz, esse valor incide sobretudo no ramo I, correspondente aos alojamentos e à restauração.

Quadro 22 - Estabelecimentos por ramo, 2009.

Unidade Geográfica	H		I		N		R		Turismo		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Cantanhede	60	5,2	87	7,5	3	0,3	11	1,0	161	13,9	1155
Coimbra	249	4,2	645	10,8	37	0,6	67	1,1	998	16,7	5971
Condeixa-a-Nova	53	12,4	47	11,0	0	0,0	2	0,5	102	23,8	429
Figueira da Foz	**150**	**6,7**	**275**	**12,2**	**9**	**0,4**	**19**	**0,8**	**453**	**20,1**	**2251**
Mira	15	3,6	53	12,8	1	0,2	1	0,2	70	16,9	415
Montemor-o-Velho	47	7,8	53	8,8	0	0,0	4	0,7	104	17,2	604
Penacova	62	11,9	38	7,3	0	0,0	4	0,8	104	19,9	523
Soure	40	8,6	35	7,6	0	0,0	2	0,4	77	16,6	463
Baixo Mondego	**676**	**5,7**	**1233**	**10,4**	**50**	**0,4**	**110**	**0,9**	**2069**	**17,5**	**11811**
Pombal	222	7,8	195	6,9	13	0,5	10	0,4	440	15,5	2836
Pinhal Litoral											
Continente	**16134**	**3,7**	**41081**	**9,5**	**10648**	**2,5**	**3635**	**0,8**	**71498**	**16,5**	**434121**

Fonte: GEP/MSSS - SISED / Quadros de Pessoal.

Fazendo o mesmo exercício no caso do pessoal ao serviço destas atividades, verifica-se que a Figueira da Foz apresentava, em 2009, 14% dos ativos envolvidos nestes setores, em especial, mais uma vez, na área económica do alojamento e da restauração (com 6,7%).

Quadro 23 - Pessoal ao serviço nos estabelecimentos por ramo, 2009.

Unidade Geográfica	H		I		N		R		Turismo		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Cantanhede	495	5,4	395	4,3	8	0,1	46	0,5	944	10,2	9241
Coimbra	2180	4,9	3595	8,1	113	0,3	347	0,8	6235	14,1	44232
Condeixa-a-Nova	268	9,0	173	5,8	0	0,0	2	0,1	443	14,9	2977
Figueira da Foz	**987**	**5,8**	**1151**	**6,7**	**22**	**0,1**	**228**	**1,3**	**2388**	**14,0**	**17065**
Mira	60	2,6	165	7,1	6	0,3	1	0,0	232	10,0	2317
Montemor-o-Velho	339	8,7	199	5,1	0	0,0	15	0,4	553	14,1	3909
Penacova	245	10,2	117	4,9	0	0,0	6	0,2	368	15,3	2410
Soure	213	8,7	91	3,7	0	0,0	2	0,1	306	12,5	2455
Baixo Mondego	**4787**	**5,7**	**5886**	**7,0**	**149**	**0,2**	**647**	**0,8**	**11469**	**13,6**	**84606**
Pombal	1429	8,4	751	4,4	55	0,3	27	0,2	2262	13,3	17044
Pinhal Litoral											
Continente	**132683**	**3,9**	**194089**	**5,8**	**252403**	**7,5**	**20956**	**0,6**	**600131**	**17,8**	**3367686**

Fonte: GEP/MSSS - SISED / Quadros de Pessoal.

Por outro lado, globalmente, os ramos dos transportes e armazenagem, alojamento e restauração, aluguer de veículos automóveis e agências de viagens e as atividades culturais e recreativas (Seções H, I, N e R da CAE, Rev. 3) representam, em 2009, 9,0% do volume de negócios nas empresas do Município da Figueira da Foz e 6,5% do valor acrescentado bruto. Estes resultados vincam a importância que a fileira do turismo tem no Município, mesmo considerando apenas as atividades diretamente relacionadas com o sector.

Uma leitura dos indicadores de hotelaria indica, para 2010, uma maior capacidade de alojamento por 1000 habitantes do Município da Figueira da Foz (29,8) no contexto das sub-regiões do Baixo Mondego (14,9) e do Pinhal Litoral (14,3). Destaca-se, também, o efeito sazonal do turismo, uma vez que 46,3% das dormidas ocorrem entre julho e setembro. Acresce o facto de a proporção de hóspedes estrangeiros ser menor (28,0%) quando comparada com a Sub-região do Baixo Mondego (40,4%) ou com o Continente (49,1%). Sendo a estada média de hóspedes estrangeiros de 2,7 noites, valor mais elevado no contexto dos territórios de proximidade, é ligeiramente

inferior ao registado no Continente (3,2 noites). Os proveitos de aposento tendo em atenção a capacidade de alojamento são ligeiramente inferiores quer no âmbito do Baixo Mondego, quer do Continente (3,3 milhares de euros contra 3,9 e 4,4).

Quadro 24 - Indicadores de hotelaria por município, 2010

Unidade geográfica	Estada média de hóspedes estrangeiros	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros	Proporção de dormidas entre julho-setembro	Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes	Proveitos de aposento por capacidade de alojamento
	N.º de noites	N.º		%		N.º	milhares de euros
Cantanhede	2,6	6,1	0,4	43,4	38,0	80,9	2,4
Coimbra	1,5	17,0	1,8	46,0	34,3	278,0	4,8
Condeixa-a-Nova		3,1					
Figueira da Foz	**2,7**	**29,8**	**1,5**	**28,0**	**46,3**	**306,6**	**3,3**
Mira	2,6	24,9	1,3	34,3	49,5	276,8	3,1
Montemor-o-Velho		1,2					
Penacova		6,6					
Soure	//	0,0	0,0	//	//	0,0	//
Baixo Mondego	**1,8**	**14,9**	**1,2**	**40,4**	**39,1**	**198,0**	**3,9**
Pombal		4,7					
Pinhal Litoral	**2,9**	**14,3**	**0,6**	**25,2**	**38,2**	**126,6**	**2,7**
Continente	**3,2**	**23,9**	**1,2**	**49,1**	**39,9**	**309,2**	**4,4**

Fonte: INE.

Uma dimensão complementar indica que o número médio de noites por estabelecimento e a taxa de ocupação-cama (líquida) são inferiores às registadas para o Continente.

Quadro 25 - Indicadores de hotelaria por município, 2010

Unidade geográfica	Estada média no estabelecimento				Taxa de ocupação-cama (líquida)			
	Hotéis	Pensões	Outros estabelecimentos	Total	Hotéis	Pensões	Outros estabelecimentos	Total
	N.º de noites				%			
Cantanhede	1,6	2,9	//	2,0	36,4	34,8	//	35,7
Coimbra		2,1		1,5		26,0		41,3
Condeixa-a-Nova	//	//			//	//		
Figueira da Foz	**2,1**			**2,0**	**30,3**			**27,9**
Mira				2,1				35,8
Montemor-o-Velho	//		//		//		//	
Penacova			//				//	
Soure	//	//	//	//	//	//	//	//
Baixo Mondego	**1,7**	**2,0**	**1,5**	**1,7**	**37,9**	**22,8**	**42,1**	**35,1**
Pombal		1,6				23,7		
Pinhal Litoral	**2,1**	**2,1**	**1,6**	**2,1**	**32,5**	**18,9**	**31,6**	**28,8**
Continente	**2,2**	**2,1**	**4,0**	**2,6**	**40,7**	**26,2**	**37,3**	**37,7**

Fonte: INE.

Um outro elemento destaca a importância que os hotéis apresentam na oferta dos estabelecimentos. Em 2010 registaram-se 2254 camas na hotelaria da Figueira da Foz distribuídas por 19 estabelecimentos.

Quadro 26 - Indicadores de hotelaria por município, 2000 e 2010

Unidade geográfica	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento				Proveitos de aposento			
	Hotéis		Total		Hotéis		Total		Hotéis		Total	
	N.º								Milhares de euros			
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Cantanhede	0	1	2	2	0	128	0	238	0	348	0	570
Coimbra	9	9	27	22	1321	1377	2302	2230	6162	0	8278	10745
Condeixa-a-Nova	0	0	1	1	0	0	0	56	0	0	0	0
Figueira da Foz	**8**	**11**	**24**	**19**	**1169**	**1590**	**2254**	**1874**	**3184**	**5527**	**4391**	**6106**
Mira	1	1	8	7	108	88	344	331	281	0	526	1032
Montemor-o-Velho	0	0	1	1	0	0	0	30	0	0	0	0
Penacova	0	1	1	2	0	72	0	110	0	0	0	0
Soure	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Baixo Mondego	**18**	**23**	**64**	**54**	**2598**	**3255**	**5299**	**4869**	**9628**	**14652**	**13988**	**19032**
Pombal	0	1	3	5	0	68	0	283	0	0	0	0
Pinhal Litoral	**11**	**20**	**42**	**44**	**1134**	**2286**	**2898**	**3870**	**4257**	**8155**	**6532**	**10635**
Continente	**422**	**673**	**1568**	**1741**	**84252**	**127156**	**195570**	**241941**	**502074**	**728312**	**769373**	**1053115**

Fonte: INE.

Em termos estruturais os hóspedes portugueses representam cerca de ¾ do total de hóspedes em 2010. Por outro lado, os hóspedes estrangeiros são originários de países próximos (Espanha e França), sendo que os 27 países da União Europeia representavam 97,2% do total de hóspedes.

Quadro 27 - Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município, segundo o país de residência habitual, 2000 e 2010 (%)

Unidade geográfica	Portugal*		Alemanha*		UE15 Espanha*		UE15 França*		UE15 Total		UE27 Total		EUA		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Cantanhede		58,6		1,0		20,0		13,5		96,5		96,9		0,5		100,0
Coimbra	51,4	64,1	6,7	3,2	14,6	15,3	6,1	4,5	86,5	84,2	0,0	85,8	2,4	1,4	100,0	100,0
Condeixa-a-Nova																
Figueira da Foz	**77,0**	**74,6**	**2,0**	**1,2**	**8,5**	**11,9**	**6,3**	**7,5**	**96,9**	**96,5**	**0,0**	**97,2**	**0,7**	**0,3**	**100,0**	**100,0**
Mira	73,6	66,8	3,1	1,9	9,6	8,3	10,8	19,8	98,9	98,4	0,0	98,8	0,1	0,2	100,0	100,0
Montemor-o-Velho																
Penacova																
Soure																
Baixo Mondego	**58,8**	**67,3**	**5,5**	**2,5**	**12,7**	**13,9**	**6,2**	**6,4**	**89,2**	**88,5**	**0,0**	**89,7**	**2,2**	**1,1**	**100,0**	**100,0**
Pombal																
Pinhal Litoral	**71,7**	**78,3**	**3,7**	**1,7**	**8,2**	**8,1**	**7,0**	**7,6**	**93,9**	**95,5**	**0,0**	**96,0**	**1,6**	**0,4**	**100,0**	**100,0**
Continente	**54,0**	**58,0**	**8,7**	**5,0**	**9,6**	**12,5**	**4,2**	**4,6**	**88,2**	**87,7**	**0,0**	**89,0**	**3,6**	**2,1**	**100,0**	**100,0**

Fonte: INE.

Dos valores atrás discutidos, ressalte-se o aumento do número de dormidas, assim como o aumento das empresas dedicadas ao setor do turismo. No entanto, nota-se uma redução da duração média das estadias, facto importante para o diagnóstico do setor. É certo que o acréscimo das acessibilidades, as férias mais curtas e distribuídas ao longo do ano, assim como a concorrência de outros destinos, pode ajudar a explicar esse valor. Contudo, o aumento do número formal de empresas de apoio às dormidas significa também que terá ocorrido uma migração da informalidade para a formalidade, o que se traduz no acréscimo do número de hotéis. Estes valores não negam, contudo, nem a importância do turismo para entender as dinâmicas da Figueira da Foz, nem a progressiva perda de centralidade da cidade e do município relativamente a outros destinos, num setor, como se referiu, muito marcado pela sazonalidade e pela procura interna, proveniente, acrescente-se, sobretudo do corredor que, ao longo do Mondego, se estende entre o município figueirense, Coimbra, Viseu e Guarda.

3.4.5.2. – TURISMO – ANÁLISE SWOT

Pontos Fracos	Pontos Fortes
- Falta de hotelaria de luxo; - Actividade turística muito sazonal e cada vez mais limitada no tempo (Julho e Agosto); - Restauração pouco diversificada e com pouca identidade; - Quase ausência de turistas do Norte da Europa e de outros continentes; - Lentidão na obtenção de autorizações e licenças e impostos elevados que dificultam as actividades náuticas;	- Riqueza muito diversificada de património natural em todo o município (Serra, lagoas, praias, ilha da Morraceira, salinas, marina e porto de recreio, "ondas", floresta protegida, "vento") - Património cultural muito rico e diversificado. O município da Figueira da Foz é rico em tradições, eventos culturais e em diversão nocturna. - Património material com muito valor destacando-se alguns equipamentos culturais de excelência (Ex: CAE), património histórico (Ex: Forte de Santa Catarina, Casa do Paço), património arquitectónico (Ex: Edifícios de Arte Deco). - Localização excelente no Centro do País e com acessibilidades rodoviárias e ferroviárias óptimas. - População residente muito hospitaleira, aberta a receber turistas e que ama a sua terra; - Grande oferta hoteleira destacando-se na região centro, pelo nº de camas; - Hospital Distrital da Figueira da Foz com serviço de urgências permanente incluindo pediatria; - Eficaz funcionamento de serviços de resgate e serviços médicos de urgência no porto da Figueira da Foz;
Ameaças	**Oportunidades**
- Falta de formação profissional de muitos empregados da hotelaria e restauração; - Clima nem sempre atrativo para os turistas da época balnear (muito ventoso no verão) o que os pode afastar para sul; - Falta de incentivos financeiros para garantir a manutenção e reabilitação do património edificado - Falta de incentivos financeiros para garantir a continuidade de eventos culturais; - Inexistência de campos de golf na sua proximidade o que pode afastar uma fatia considerável de turistas que trariam algum valor acrescentado. - Oferta turística de sol e mar e também de património em Portugal e Espanha que desviam turistas da Figueira da Foz	- Explorar o turismo de iates e de cruzeiros coordenando com o resto da região centro consoante o público-alvo (viagens temáticas); - Excelente património natural para explorar o Ecoturismo (Serra da Boa Viagem, Ilha da Morraceira); - Aproveitar o que diferencia a Figueira da Foz de outros locais (a onda mais comprida, a pesca artesanal, a gastronomia local e a melhor sardinha, a Serra da Boa Viagem, o património); - Apostar em mercados praticamente inexistentes até hoje, tais como os países do norte da Europa, EUA, China e Japão; - Explorar o mercado dos desportos de ondas e de vento; - Explorar a onda mais comprida da Europa como ícone do município; - Potenciar mais o turismo cultural; - Criar parcerias inter-agentes turísticos locais, regionais e internacionais.

3.4.5.3. – TURISMO – EIXOS ESTRATÉGICOS

Eixos Estratégicos	Acções
11.1 Promoção do elevado valor natural e paisagístico	11.1.1 Projecto para a qualificação/aproveitamento do areal da baía de Buarcos e de toda a frente marítima de Buarcos, definindo usos tais como bosques, piscina mar, parque radical, parques desportivos e mercado ao ar livre; parques infantis, etc. 11.1.2 Fazer um projecto para construção de uma ponte pedonal que ligue as duas margens do Mondego, uma vez que a oferta hoteleira e restauração se encontram na margem norte e algumas praias de grande procura na margem sul (Cabedelo e Cabedelinho). 11.1.3 Projecto para a requalificação da Serra da Boa Viagem, Cabo Mondego e Lagoas definido usos, espaços de lazer, percursos pedrestres de BTT e Downhill, Centro de Interpretação, Desportos Aventura e Arborismo, Parques de Glamping (eco-campismo de luxo) definindo uma entidade gestora de todo este território natural; 11.1.4 Construir a estrada panorâmica Buarcos-Quiaios pelo Cabo Mondego, reabilitando a antiga estrada "Enforca cães", tornando-a num ponto de atração de turismo de natureza; 11.1.6 Equacionar a ligação pedonal entre as duas margens do rio, na sua foz; 11.1.7. Colocar em prática o projecto turístico da Ilha da Morraceira, dinamizando o Ecoturismo, percursos pedestres, passeios de barco, bird watching, centro de interpretação e Núcleo Museológico do Sal; 11.1.8 Efectuar a homologação de muitos mais percursos pedestres por todo o concelho e fazer uma boa divulgação. 11.1.9 Fazer um guia do turismo da natureza no município (em várias línguas) em complemento ao guia turístico geral do concelho (que também deverá ser actualizado, modernizado e traduzido). 11.1.10 Reabilitar e Dinamizar os parques de campismo do concelho durante todo o ano.
11.2 Cativar turismo de iates e cruzeiros	11.2.1 Promover o turismo de iates melhorando a marina de recreio e as instalações de recepção; 11.2.2 Dar a conhecer aos proprietários e utilizadores de iates o porto e a marina de recreio da Figueira da Foz, cativando-os pela sua excepcional localização quer a nível da cidade (pois a marina localiza-se no seu centro nobre) como pela proximidade da Figueira a outros locais de interesse turístico. Fazer um levantamento da proveniência dos iates que passam ao largo da Figueira da Foz e efectuar a promoção em feiras de iates nesses mesmos países e associações. 11.2.3 Cativar os cruzeiros que também passam ao largo da Figueira da Foz e não param. Os cruzeiros poderão entrar para desembarcar no cais ou mesmo ficar ao largo desembarcando em botes (no caso dos navios maiores). Para tal deverão ser contactados pessoalmente os agentes de navegação deste tipo de cruzeiros em conjunto com agências de viagens que proporcionem pacotes turísticos de visitas e de experiências (cursos de surf e body-board) . Uma vez que muitos dos cruzeiros são temáticos. 11.2.4 Incentivar os jornalistas para a redação de artigos sobre actividades náuticas da Figueira da Foz; 11.2.5 Publicitar a marina de recreio e o porto da Figueira da Foz nas revistas e feiras de turismo náutico.
11.3 Estratégia de Marketing e Comunicação da marca "Figueira da Foz" – lazer	11.3.2 Implementar uma estratégia de marketing para a marca "Figueira da Foz" – lazer, após um aprofundado estudo de mercado para perceber que tipo de turistas visitam a Figueira e porque não visitam e quais os motivos relacionados. 11.3.3 Instituir um concurso bienal de spots publicitários da Figueira da Foz subordinado ao tema Lazer e outro subordinado ao tema Desenvolvimento económico. Este concurso terá como publico alvo escolas e universidades do país da área da comunicação e multimédia. Servirá para existirem disponíveis filmes promocionais da Figueira da Foz para serem usados em diversos contextos. 11.3.4 Fazer um projecto para melhorar a sinalética para indicar o património edificado e natural, incluindo tempos de viagem. 11.3.5 Projecto para reabilitar os quiosques do município para que, para além de terem uma melhor imagem urbanística e arquitectónica, terem uma nova função de mini posto de turismo, tendo uma fachada para um mapa do concelho com os principais locais a visitar (do género "você está aqui") e um escaparate para oferecerem aos turistas folhetos, mapas e agendas turísticas. 11.3.6 Fazer um projecto para definir novo merchandising (material publicitário) do município em consonância com a nova estratégia de marketing a definir, de modo a divulgar os produtos (sal, arroz, sardinha, papel) e os ícones da Figueira da Foz (onda mais comprida, o Forte, a Torre do relógio, etc)
11.4 Promoção de eventos	11.4.1 Instituir a agenda virtual "What's On", no site institucional do município, onde todos os agentes que promovem eventos terão uma palavra-chave e poderão alimentar a agenda. Desta forma, qualquer turista ou residente saberá em qualquer momento (com aplicação em telemóvel) o que irá acontecer a nível cultural, tradicional ou de animação nocturna. 11.4.2 Cativar eventos culturais estratégicos com expressão nacional que cativem turistas de todo o país e do estrangeiro (Sunset, Fusing). 11.4.3 Continuar a ter uma oferta cultural de eventos de primeira linha na zona centro que permita a continuidade do Turismo Cultural. 11.4.4 Potenciar os eventos desportivos de expressão nacional e internacional; 11.4.5 Junto com as diversas federações desportivas preparar as instalações desportivas para que em conjunto com os Hotéis proporcionarem soluções para estágios de equipas profissionais de diversas modalidades.

3.4 SOCIEDADE

3.4 SOCIEDADE

3.4.1 DEMOGRAFIA

3.4.1.1 DEMOGRAFIA - DIAGNÓSTICO

Analisando o padrão concelhio de distribuição de população na região centro, verifica-se que no ano de 2011 a Figueira da Foz é o sexto concelho mais populoso, surgindo após Coimbra (143396 habitantes), Leiria (126897), Viseu (99274), Torres Vedras (79465) e Aveiro (78450).

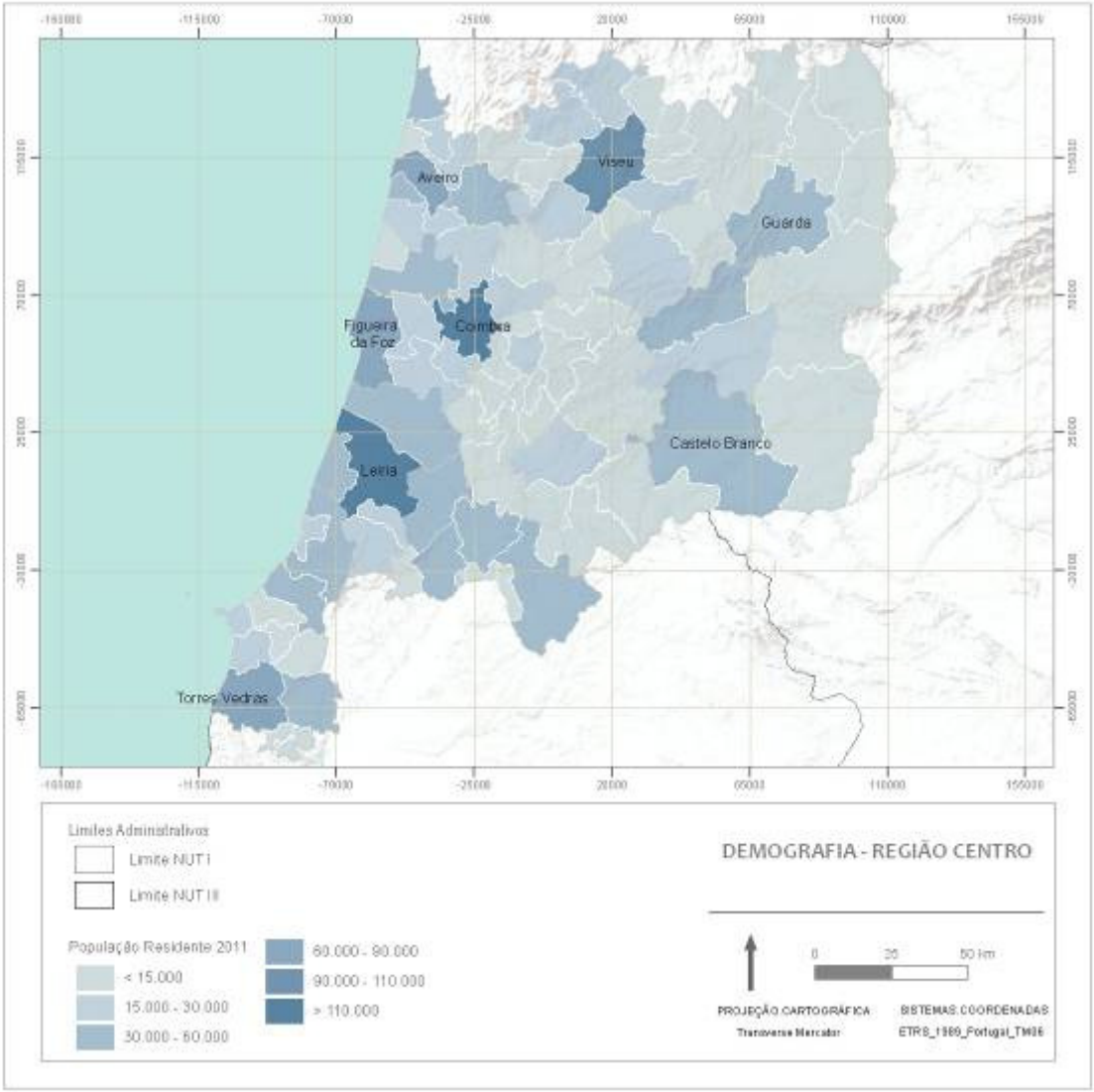


Figura 32 - População residente nos concelhos que integram a região centro em 2011.

Em termos de variação populacional verifica-se que 68 dos 100 municípios da região centro perderam população na última década. Os decréscimos mais acentuados (superiores a 10%) ocorreram nos municípios do

interior e designadamente em todos os municípios de fronteira, agravando-se o fenómeno de despovoamento destes territórios.

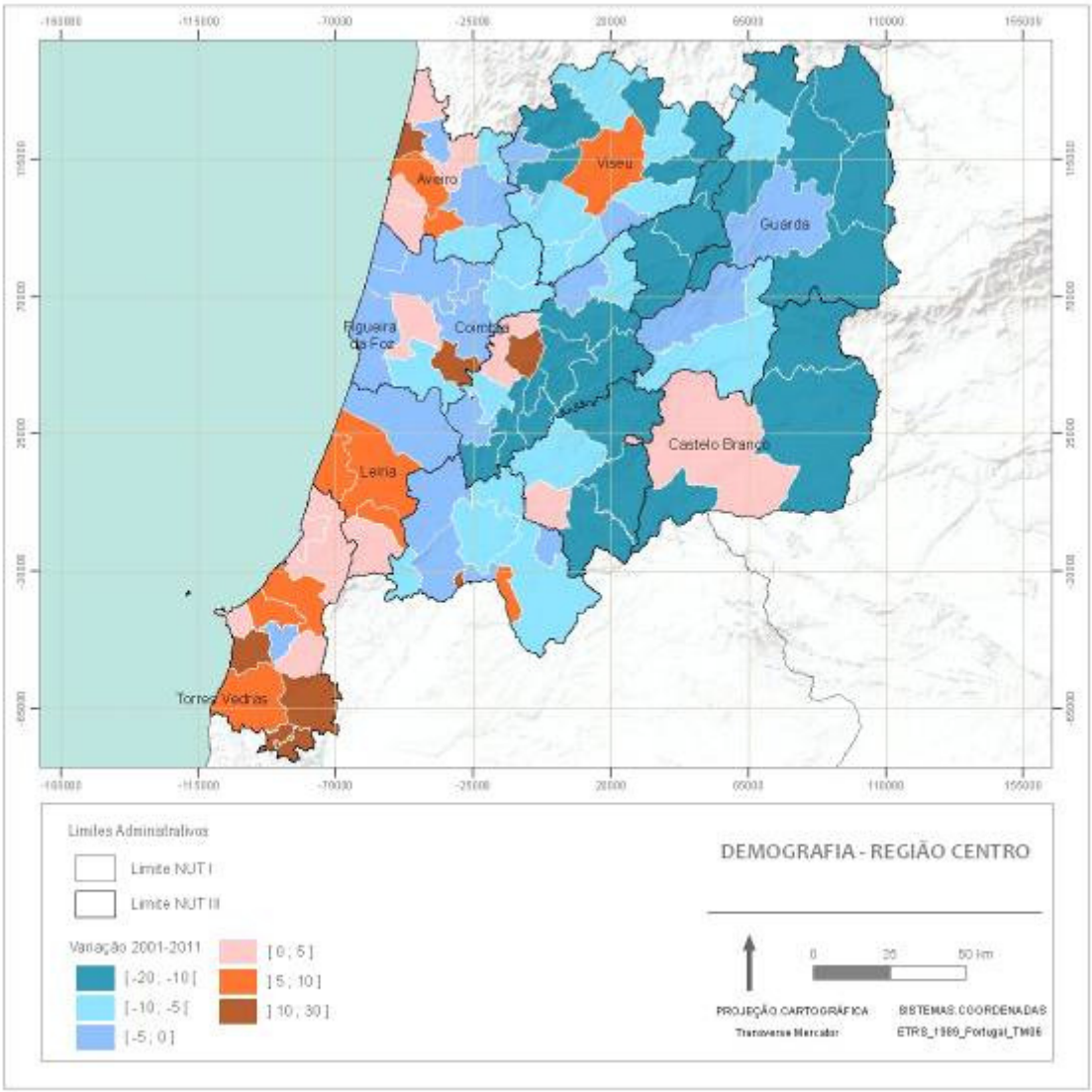


Figura 33 - Variação populacional nos concelhos que integram a região centro entre 2001 e 2011.

Um último conjunto de alterações sublinha as mudanças na região centro:

- ao nível das famílias, considerando a redução do número de pessoas por família clássica (de 2,8 em 2001 para 2,6 em 2011),

- ao nível da escolarização, com elevação do grau de ensino atingido (de 5,3% de população com ensino superior completo em 2001 para 14,0% em 2011)

- ao nível da diminuição da taxa de analfabetismo (de 16,1% em 2001 para 6,39% em 2011),

- ao nível da crescente participação da mulher no mundo do trabalho assalariado (de 36,6% para 41,4% dos ativos);

- ao nível das alterações ocorridas nas estruturas demográficas (13,7% de jovens para 22,4% de idosos), em resultado da diminuição das taxas de fecundidade e marcado envelhecimento da população.

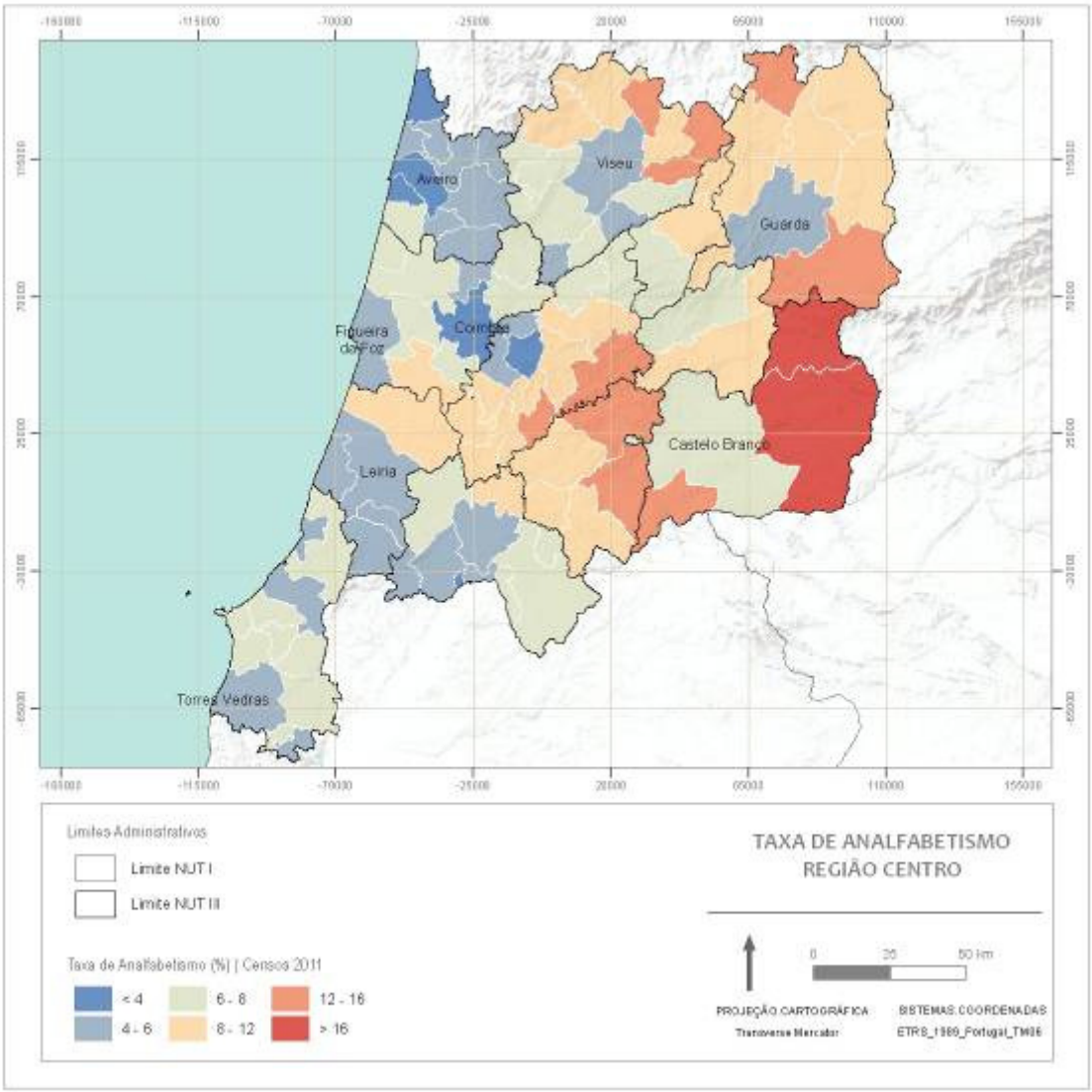


Figura 34 - Taxa de analfabetismo nos concelhos que integram a região centro em 2011.

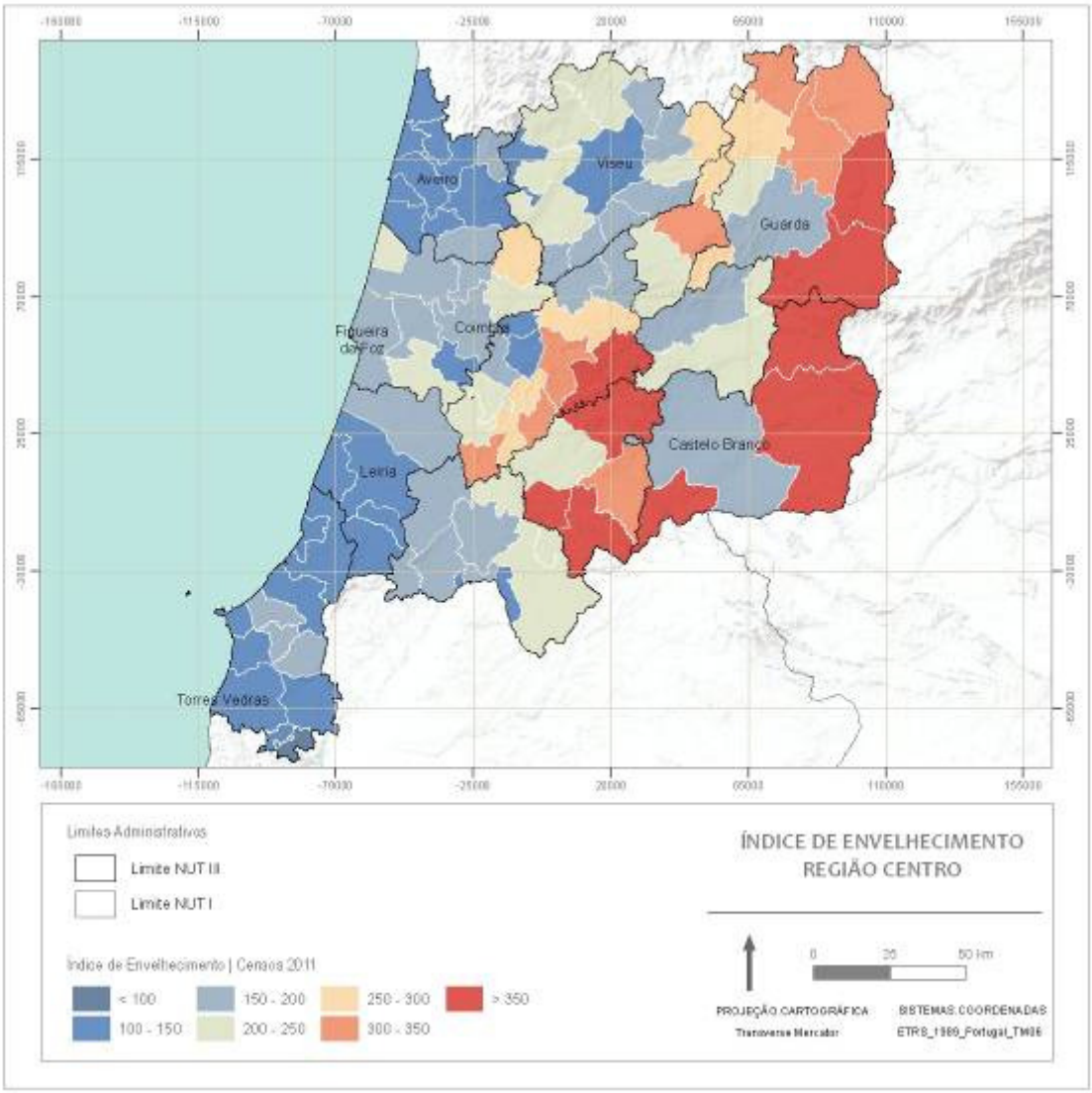


Figura 35 - Índice de envelhecimento nos concelhos que integram a região centro em 2011.

As antigas dezoito freguesias que, do ponto de vista administrativo constituíam o concelho, apresentaram ao longo das últimas três décadas, dinâmicas demográficas distintas, sendo que a tendência, no caso da década mais recente, traduz um decréscimo de população residente em praticamente todas as freguesias.

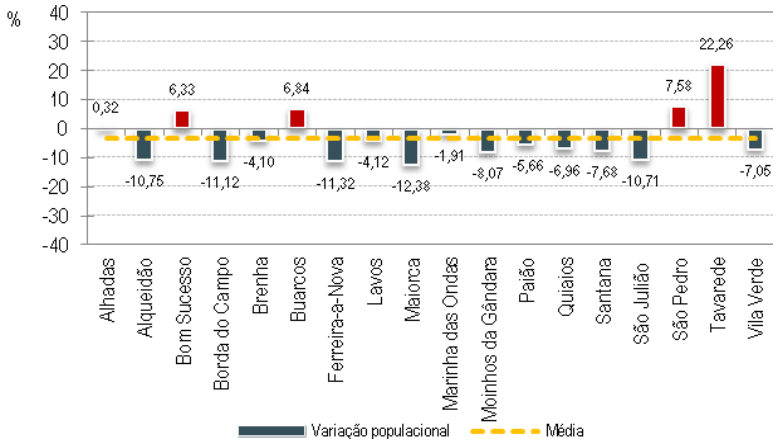


Figura 36 - Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

Relativamente à taxa de natalidade, o concelho da Figueira da Foz apresenta valores inferiores (7,4‰), tendo por comparação o Baixo Mondego (8,2‰) e a região centro (7,9‰). Por outro lado, os valores de mortalidade da Figueira da Foz (11,6‰) são semelhantes aos verificados na região centro (11,3‰), e superiores aos valores do Continente (9,8‰).

Deve ainda ser referido que 11 das 18 antigas freguesias deste concelho apresentam valores de nascimentos em 2011 inferior a 20 crianças, o que poderá colocar alguns constrangimentos futuros em termos e renovação de gerações, facto que, naturalmente, poderá ter algumas consequências ao nível da educação.

Um aspeto comum a todos os concelhos que confrontam com a Figueira da Foz é a progressiva diminuição da população jovem e o forte aumento da população idosa. A Figueira da Foz apresenta valores de população dos 0 a 14 anos (13%) inferiores à média da região centro (13,7%) e do Continente (14,8%). Por outro lado, a população idosa é superior na Figueira da Foz (22,8%), comparativamente à região centro (22,4%) e Continente (19,3%).

De salientar que o índice de envelhecimento na Figueira da Foz (176,5%) é superior ao do Continente (131,3%) e até mesmo da média da sub-região do Baixo Mondego (173,9%).

Quadro 28 - Síntese da estrutura etária e envelhecimento nos concelhos limítrofes da Figueira da Foz.

Unidade Geográfica	Estrutura Etária (%)								Índice de envelhecimento (%)	
	0-14		15-24		25-64		65 e + anos			
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Cantanhede	14,0	12,9	14,0	9,6	52,0	52,6	19,9	24,9	142,1	193,5
Figueira da Foz	**13,6**	**13,0**	**13,2**	**9,4**	**53,7**	**54,8**	**19,5**	**22,8**	**143,8**	**176,5**
Montemor-o-Velho	13,9	12,9	13,1	10,2	52,1	54,6	20,9	22,3	150,6	173,3
Soure	12,0	11,7	12,7	8,7	50,3	51,6	25,0	28,0	207,5	239,6
Baixo Mondego	**13,8**	**12,8**	**13,9**	**9,9**	**53,7**	**55,3**	**18,7**	**22,1**	**135,6**	**173,9**
Pombal	15,6	14,0	14,1	10,6	50,8	51,5	19,5	23,9	125,2	171,1
Pinhal Litoral	**16,3**	**14,9**	**14,2**	**10,9**	**53,5**	**54,9**	**15,9**	**19,3**	**97,1**	**129,9**
Região Centro	**15,0**	**13,7**	**13,7**	**10,3**	**51,8**	**53,6**	**19,4**	**22,4**	**129,5**	**164,3**
Continente	**15,8**	**14,8**	**14,2**	**10,7**	**53,5**	**55,2**	**16,5**	**19,3**	**104,5**	**131,3**

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Em síntese, a população do concelho tem envelhecido, acompanhando a tendência de quase todo o país. Este facto parece estar relacionado não só com a mudança de mentalidades, o que se reflete na diminuição do número de filhos por casal, mas também com a procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar, que migra para os espaços urbanos próximos: as duas grandes áreas metropolitanas nacionais e também para o estrangeiro.

Numa referência à população desempregada no concelho de Figueira da Foz, os valores recentes de 2001 e 2011 indicam um acréscimo da população desempregada nos Homens (de 787 desempregados em 2001 para 1661 desempregados em 2011, correspondendo a um aumento de 111,1%) e um acréscimo menos expressivo nas Mulheres (de 1340 em 2001 para 1891 desempregadas em 2011, correspondendo ainda assim a um acréscimo de 41,1%), o que em termos totais se traduz num aumento de 67,0% da população desempregada (de 2127 desempregados em 2001 para 3552 em 2011).

Quadro 29 - População desempregada, variação e taxa de desemprego.

Unidade Geográfica	População desempregada						População desempregada (%)			Taxa de desemprego (%)					
	Homens		Mulheres		Total		Homens	Mulheres	Total	Homens		Mulheres		Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001-2011			2001	2011	2001	2011	2001	2011
Cantanhede	347	686	635	759	982	1445	97,7	19,5	47,1	3,6	8,1	8,5	9,9	5,8	9,0
Coimbra	2010	3822	2477	3355	4487	7177	90,1	35,4	60,0	5,4	11,1	6,8	9,2	6,1	10,1
Condeixa-a-Nova	153	339	235	392	388	731	121,6	66,8	88,4	4,0	8,2	7,3	9,5	5,5	8,8
Figueira da Foz	**787**	**1661**	**1340**	**1891**	**2127**	**3552**	**111,1**	**41,1**	**67,0**	**5,0**	**11,5**	**10,4**	**14,1**	**7,4**	**12,7**
Mira	163	254	285	341	448	595	55,8	19,6	32,8	5,2	9,1	11,5	13,1	8,0	11,0
Montemor-o-Velho	257	552	565	666	822	1218	114,8	17,9	48,2	4,1	8,6	11,8	11,5	7,4	10,0
Penacova	148	299	244	291	392	590	102,0	19,3	50,5	3,4	8,3	8,2	9,4	5,3	8,8
Soure	193	370	355	432	548	802	91,7	21,7	46,4	3,9	8,9	9,9	11,6	6,5	10,2
Baixo Mondego	**4058**	**7983**	**6136**	**8127**	**10194**	**16110**	**96,7**	**32,4**	**58,0**	**4,8**	**10,2**	**8,3**	**10,6**	**6,4**	**10,4**
Pombal	256	996	543	1161	799	2157	289,1	113,8	170,0	1,8	7,8	5,7	10,7	3,4	9,1
Pinhal Litoral	**1604**	**5252**	**2897**	**6335**	**4501**	**11587**	**227,4**	**118,7**	**157,4**	**2,3**	**8,1**	**5,4**	**10,6**	**3,7**	**9,3**
Continente	**138869**	**309345**	**188535**	**321366**	**327404**	**630711**	**122,8**	**70,5**	**92,6**	**5,3**	**12,5**	**8,7**	**13,9**	**6,9**	**13,2**

Fonte: INE.

As tendências de futuro traduzem-se numa dinâmica natural caracterizada por uma diminuição dos nascimentos associada a taxas de fecundidade e de natalidade mais reduzidas. Para o horizonte temporal de 2031 todas as freguesias do concelho da Figueira da Foz perderão população (a exceção acontece na freguesia de Tavarede, para a qual se projeta o mesmo número de residentes em 2011 e 2031). A consideração do saldo migratório poderá compensar esta tendência de decréscimo populacional em algumas freguesias.

A diminuição da população jovem e o aumento da população idosa, com um índice de envelhecimento apresentado pelo concelho em 2011 (176,5%), reflete a necessidade de definir políticas ativas, nomeadamente na área social, com principal enfoque para o grupo da população idosa. A perda de mobilidade e a diminuição das acessibilidades aos espaços do quotidiano, tornam esta população mais vulnerável, na medida em que o isolamento promove a diminuição do contacto social, para além da perda do acesso a um conjunto de serviços fundamentais (com particular atenção para os serviços de saúde). Esta realidade agrava-se quando integramos a questão da esperança média de vida, que ao não ser igual entre os sexos, resulta, frequentemente, na perda de um dos cônjuges, e acréscimo do tempo que o idoso passa só.

Por outro lado, o aumento das famílias unipessoais na última década acentua a questão da segregação social e do isolamento, facto que se torna mais grave quando estas são constituídas por indivíduos com 65 e mais anos.

O aumento da taxa de desemprego constitui-se aqui como um problema, fundamentalmente pela diminuição dos rendimentos familiares, que contribuirão para o decréscimo do nível e qualidade de vida. Como população mais vulnerável destaca-se o grupo das mulheres, com uma taxa de desemprego superior. No entanto, os casos mais gravosos são aqueles em que mais do que um elemento do agregado familiar se encontra desempregado, devendo ser aqui centralizadas as prioridades na intervenção.

A população analfabeta ou com baixa qualificação, pode ainda ser apontada como outro grupo social vulnerável, quer pela exclusão no contexto social, quer, e fundamentalmente, pela incapacidade de competir no mercado de trabalho. Num contexto de pequenas e médias empresas, a população com maiores qualificações, porque mais versátil e com maior aptidão para a inovação, está melhor adaptada do que os que detêm níveis mais baixos. Isto afirma-se no contexto de um concelho em que o sector terciário predomina e a indústria transformadora assenta em fileiras de relativa capacidade tecnológica como é o caso da Figueira da Foz.

O desemprego dos jovens contribui também para um desmembramento da sociedade. A falta de oportunidades no mercado de trabalho coloca em causa a permanência desta população no concelho, ponderando-se alternativas que passam pela emigração interna e externa, ficando no território uma população cada vez mais envelhecida.

3.4.1.2 DEMOGRAFIA – ANÁLISE SWOT

Quadro 30 - SWOT | Demografia.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
– Forte dinâmica demográfica no núcleo urbano, comparativamente às áreas rurais; – As freguesias periféricas - Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Santana, Moinhos da Gândara, Alqueidão e Borda do Campo - apresentam valores bastante reduzidos no contexto do concelho; – Decréscimo populacional entre 2001 e 2011 (-476 habitantes, correspondendo a -0,76%); – Decréscimo da taxa de natalidade e aumento da taxa de mortalidade, traduzindo valores de crescimento natural negativos; – Envelhecimento crescente da população residente; Índices de envelhecimento muito expressivos nas freguesias de Borda do Campo, Alqueidão e Bom Sucesso em 2011 (290,8%, 257,5% e 241,1%); – Debilidade na atração de novos residentes (diminuição do saldo migratório).	– Localização privilegiada no Centro Litoral entre as principais áreas urbanas da região centro (Leiria a sul, Coimbra a oriente e Aveiro a norte), com as quais, mantém fortes relações funcionais; – Segundo concelho mais populoso do Distrito de Coimbra; – As freguesias de Alhadas, Bom Sucesso, Buarcos, São Pedro e Tavarede apresentaram um acréscimo populacional entre 2001 e 2011 (de 0,32%, 6,33%, 6,84%, 7,58% e 22,26%, respetivamente); – Aumento da longevidade da população.
Ameaças	**Potencialidades**
– Aumento dos núcleos familiares de pequena dimensão; – Tendência para a contínua perda de população residente (-8529 habitantes projetados entre 2011 e 2031); – As tendências de futuro traduzem-se numa dinâmica natural caracterizada por uma diminuição dos nascimentos associada a taxas de fecundidade e de natalidade mais reduzidas; – Crescente diminuição das classes etárias mais jovens. Tendência para o aumento do índice de envelhecimento (de 175,7% em 2011 para 294,2% em 2031); – Aumento da tendência de estreitamento da base e alargamento do topo da pirâmide etária; – Saída de jovens qualificados em virtude da fraca oferta de emprego qualificado no concelho.	– Qualidade ambiental e paisagística do concelho constitui um fator de atratividade de residentes; – Imagem simbólica da Figueira da Foz associada a qualidade de vida; – Atratividade do parque residencial, apresentando preços competitivos comparativamente às principais áreas urbanas da região centro; – Capacidade de atracão demográfica nas freguesias urbanas de Tavarede e São Pedro; – Crescimento do parque habitacional na freguesia de Tavarede.

3.4.1.3 DEMOGRAFIA – EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Eixos Estratégicos	Acções
12.1 Qualificar para o mercado de trabalho;	12.1.1 Garantir uma formação orientada para o mercado de trabalho, envolvendo desde cedo empregadores e aqueles que constituirão a procura de trabalho; da mesma forma, orientar no sentido do empreendedorismo, conferindo competências capazes de abarcar a complexidade do mercado. 12.1.2 Promover cursos, palestras, debates acerca do tema empreendedorismo e Oferecer formação de base e avançada no domínio da criação de empresas em diferentes sectores de atividade; 12.1.3 Dinamizar e Divulgar a incubadora de empresas no parque industrial da Gala focada para o sector de serviços e industrial, bem como a Bolsa de Terras como incubadora de projectos na área agrícola e florestal. 12.1.4 Dinamizar o Gabinete de Apoio ao Empreendedor de modo a ser o facilitador do aparecimento de novas iniciativas empresariais, apoiando o surgimento e desenvolvimento de "startups" (desde o estudo de mercado, planeamento estratégico, captação de financiamento, arranque do negócio e expansão); funcionando como uma estrutura de apoio que centralize o processo de constituição de empresas, proporcionando todos os serviços necessários ao início de atividade. 12.1.5 Promover visitas a empresas e visitas a feiras; 12.1.6 Garantir que a população estudantil da Figueira da Foz fará estágios profissionais nas empresas do concelho. 12.1.7 Criação de cursos de Especialização Tecnológica 12.1.8 Valorização profissional associada aos sectores agrícola, florestal e pescas. Dar um complemento profissional e pessoal aos agentes do sector primário, partindo de um conjunto de temas escolhidos previamente pelos próprios. 12.1.9 Projecto formação ao longo da vida. Torna-se importante incentivar a classe social envelhecida para a sua participação num conjunto alargado de formação diferenciada.
12.2 Formar para a Cultura.	12.2.1 Querendo que a Figueira da Foz seja uma Cidade de Cultura e Criativa é necessário preencher este tipo de formação. Possibilitar espaços e oportunidades de criação, fomentar encontros e dinâmicas de parceria deve fazer parte do trabalho da autarquia e seus parceiros, assim como conferir uma oferta alargada a este nível. 12.2.2 Promover eventos que incentivem a criatividade tais como o CRIATIVA; 12.2.3 Promover bolsas para fixar artistas no Concelho; 12.2.4. Promover oficinas artísticas e Workshops e cursos nas áreas artísticas 12.2.5 Criar um espaço jovem na agenda cultural;
12.3 Formar para a cidadania.	12.3.1 Cada vez se torna mais imperioso formar para a cidadania, educando cidadãos interessados e participativos, capazes de trabalhar por causas públicas e sobretudo para acompanharem os destinos da comunidade onde se inserem. 12.3.2 Criar um boletim/newsletter digital direccionado para a cidadania; 12.3.3 Aprofundar o funcionamento do Conselho Municipal da Juventude; 12.3.4 Promover concursos e iniciativas orientadas para a cidadania entre os jovens (ex: Parlamento Jovem, Parlamento Europeu dos jovens; intercâmbios); 12.3.5 Promover a participação dos munícipes no assinalar de efemérides; 12.3.6 Educar para o ambiente.

3.4.2 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

3.4.2.1 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO - DIAGNÓSTICO

Uma das componentes fundamentais de todo o delinear de uma estratégia para o concelho da Figueira da Foz, passa indubitavelmente pela educação e formação dos seus cidadãos, na medida em que apenas um território dotado de recursos humanos qualificados pode assumir estratégias sustentáveis.

A visão do futuro da educação e formação do concelho da Figueira da Foz, foi equacionada, assumida e delineada através da implementação de um "Projeto Educativo Local" (PEL), o qual, ao assumir-se como um *plano estratégico para a educação,* deverá conjugar um conjunto de políticas urbanas integradas, procurando combinar a melhoria da estrutura biofísica do território urbano, com ações de natureza imaterial dirigida à dinamização dos mercados de trabalho e à capacitação de grupos sociais específicos, visando assumir-se como um dos mais aliciantes desafios para a promoção de um desenvolvimento local sustentável.

O PEL deve clarificar a vontade do concelho em construir uma determinada realidade, em termos de educação e formação, para todos os indivíduos, em todos os tempos e espaços das suas vidas, prevendo e articulando os recursos para a construir e sequenciando e priorizando as etapas do percurso que permitirá atingi-la.

Apostar na educação, pensando-a a partir das idiossincrasias locais, implica realizar escolhas bem precisas sobre os modelos de desenvolvimento e a construção da identidade comum, clarificando o papel que se espera dos cidadãos nessa mesma planificação, desenvolvimento e avaliação.

Outro dos pontos fulcrais desta nova visão para a educação do concelho passa pela criação, de forma concertada – agentes educativos, empresários, outros parceiros – de uma oferta diversificada e adaptada às necessidades do concelho em termos de ensino profissional e tecnológico, bem como à implementação de um sistema de orientação vocacional que preveja e evite situações de insucesso e de abandono do percurso escolar e formativo por parte da população jovem.

Neste contexto, a oferta educativa deve ser equacionada em termos das saídas profissionais em consonância com as linhas de ação definidas para o futuro e com as necessidades que o mundo empresarial tem reclamado.

De igual modo, a oferta no 3º ciclo deverá observar uma maior diversidade de opções profissionalizantes orientadas e articuladas para esses mesmos cursos, de modo a que a entrada no mercado de trabalho mais qualificada seja logo no final do 12º ano de escolaridade. Esta solução permitirá a um número significativo de jovens rentabilizar o seu percurso já com vista uma maior empregabilidade.

A base de trabalho para a caraterização geral do sistema educativo do concelho da Figueira da Foz, são os dados dos Censos de 2011, que nos permitem uma análise macro de alguns dos principais indicadores.

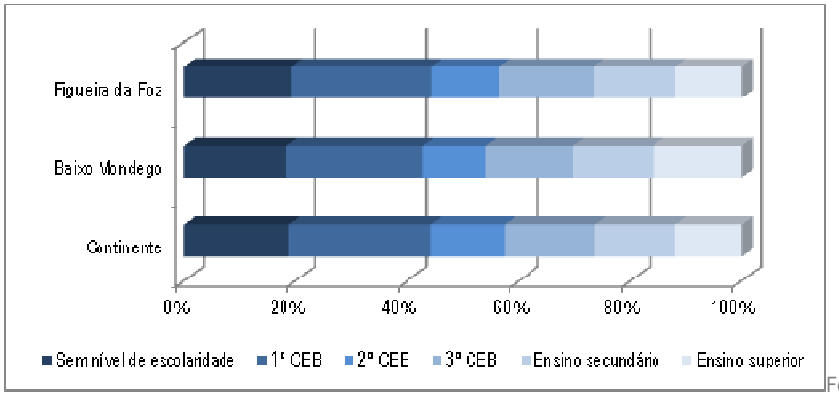
Quando se observam os dados referentes ao nível de ensino da população residente no concelho em 2011, verifica-se que o nível de ensino com valores percentuais mais significativos era o 1º CEB (25,4%), seguido pelos 3º CEB e Ensino Secundário, com 16,3% e 14,3%, respetivamente. Já no que se refere ao 2º CEB (13,2%) e o Ensino Superior (11,9%) registavam valores ligeiramente inferiores. Deste modo, e numa análise comparativa com os valores registados em 2001, verifica-se um decréscimo da população residente com o 1º CEB, bem como um aumento dos valores associados ao 2º CEB e, particularmente, ao Ensino Superior.

Quadro 31 - População residente por nível de escolaridade em 2011.

Local de residência	Sem nível de escolaridade completo	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	Total
Continente	**1890167**	**2552130**	**1329508**	**1638624**	**1355254**	**83485**	**1198453**	**10047621**
Baixo Mondego	61022	81415	37381	51718	45145	2675	52970	332326
Cantanhede	7986	10832	4631	5292	4096	287	3471	36595
Figueira da Foz	**12002**	**15577**	**7511**	**10604**	**8623**	**457**	**7351**	**62125**
Montemor-o-Velho	5608	7003	3316	4257	3402	171	2414	26171
Soure	4693	5399	1966	3116	2579	160	1332	19245
Pinhal Litoral	53125	66216	33859	43898	34927	2524	26393	260942
Pombal	14035	15461	6684	8343	6453	458	3783	55217

Fonte: INE, Censos 2011.

O concelho da Figueira da Foz, no contexto da sub-região do Baixo Mondego, apresenta uma taxa de analfabetismo bastante reduzida (6%), quando comparada com os valores registados em concelhos limítrofes, como Cantanhede (6,8%), Montemor-o-Velho (7,5%), Soure (10,3%) e Pombal (10,3%). No entanto, verifica-se que este valor é ligeiramente superior à taxa de analfabetismo registado em termos globais na sub-região (5,5%) e no continente (5,2%).



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 37 - População residente por nível de ensino em 2011.

A rede educativa existente no concelho da Figueira da Foz no ano letivo 2011/2012 abrange desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, profissional e artístico, lecionados em instituições pertencentes à rede pública e privada. No que se refere à rede educativa verifica-se que este concelho integra 72 estabelecimentos de ensino da rede pública, enquanto a rede particular era representada por um total de 26 equipamentos, totalizando 98 estabelecimentos de ensino.

Quadro 32 - Rede educativa no ano letivo 2011/2012.

Freguesia	Educação Pré-escolar		1º CEB		2º CEB		3º CEB		Ensino Secundário		Ensino Profissional		Ensino Artístico		Total	
	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada
Alhadas	1	1	2	1	1		1								**5**	**2**
Alqueidão	1		2												**3**	**0**
Bom Sucesso	3		2												**5**	**0**
Borda do Campo		1	1												**1**	**1**
Brenha			1												**1**	**0**
Buarcos	1	3	3		1		1								**6**	**3**
Ferreira-a-Nova	2		1												**3**	**0**
Lavos	4		4												**8**	**0**
Maiorca	1	1	2												**3**	**1**
Marinha das Ondas	2		4												**6**	**0**
Moinhos da Gândara	1		1												**2**	**0**
Paião		1	1		1		1								**3**	**1**
Quiaios	2	1	1			1		1							**3**	**3**
Santana	1		1												**2**	**0**
São Julião	2	5	4	3	1		3		2			2		1	**12**	**11**
São Pedro	1	1	1												**2**	**1**
Tavarede		1	3	1			1		1						**5**	**2**
Vila Verde	1	1	1												**2**	**1**
Total	**23**	**16**	**35**	**5**	**4**	**1**	**7**	**1**	**3**	**0**	**0**	**2**	**0**	**1**	**72**	**26**

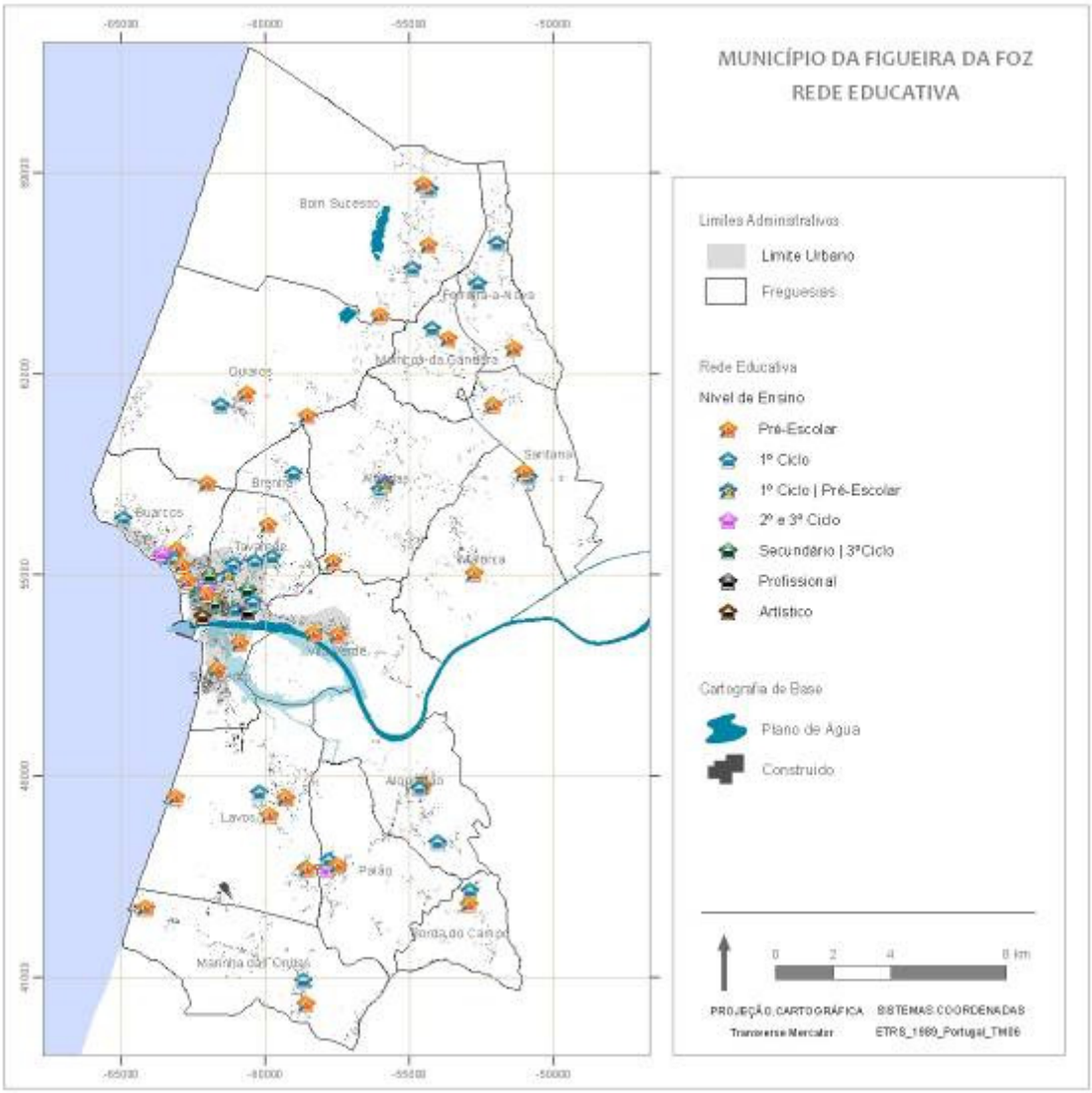


Figura 38 - Rede educativa.

No ano lectivo de 2013/14 o concelho conta com 7131 estudantes, distribuídos da seguinte forma pelos diferentes graus de ensino:

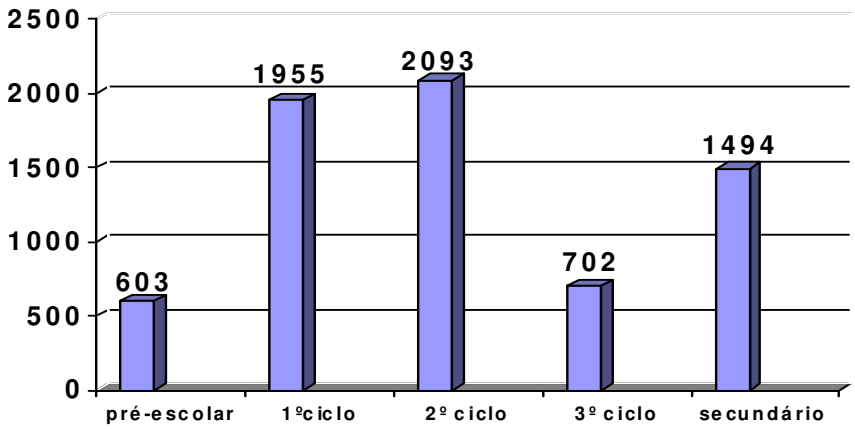


Figura 39 – Distribuição de estudantes pelo concelho.

A taxa bruta de escolarização do pré-escolar era, em 2011, de 84%; a percentagem de retenção no básico era de 4,2% - apesar de tudo o valor mais baixo da região – e 81,8% transitavam ou terminavam o secundário.

Em relação aos jovens do concelho, alguns dados sociais podem ser adiantados. De apontar que estão sinalizados pelo CAT, 3 jovens com idade inferior a 18 anos, 104 com idade entre os 19 e os 28 anos e 300 com idade entre os 29 e os 38 anos. As freguesias com mais casos são Buarcos/S.Julião, Tavarede e Lavos.

Em relação às crianças e jovens sinalizados, a Comissão de Protecção a Crianças e Jovens contou um total de 241, sendo 25 por abandono escolar, 13 por abuso sexual, 42 por maus tratos físicos e 124 por negligência (números mais relevantes).

3.4.2.2 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – ANÁLISE SWOT

Quadro 33 - SWOT | educação e formação.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
- Forte atratividade do núcleo urbano relativamente ao mundo rural; - Saída de crianças e alunos residentes na freguesia de Alhadas para estabelecimentos de ensino de outras freguesias; - A EB2,3 Infante D. Pedro apresenta uma frequência bastante inferior ao limite para a qual foi projectada, existindo êxodo de alunos para Tavarede e S.Julião; - Dispersão territorial da rede educativa da freguesia de Lavos; - Os dois estabelecimentos de ensino existentes na freguesia de Moinhos da Gândara apresentam muito baixa frequência; - A EB2,3 Dr. João de Barros encontra-se sobrelotada; - Há no concelho alguma heterogeneidade em termos de qualidade dos edifícios de Educação Pré-escolar e 1º CEB.	- Escolas do Concelho com excelentes resultados a nível nacional (ranking escolas), a Escola Dr. Joaquim de Carvalho foi considerada a melhor escola pública da zona centro em 2014; - Freguesias de Alhadas/Brenha e S. Pedro com crescimentos demográficos significativos e potencial acrescido, por força da instalação de bairros sociais na última década; - Do ponto de vista de planeamento, a freguesia do Paião apresenta uma estrutura educativa bem conseguida; - Existência de diversos estabelecimentos da rede particular que reforçam a capacidade de frequência do ensino de diferentes níveis.
Ameaças	**Oportunidades**
- A carta educativa local apresenta algumas lacunas e necessidade de revisão; - Nos próximos anos lectivos é expectável uma diminuição da população escolar (crianças e jovens); - Contínua procura dos estabelecimentos da zona urbana por parte de crianças dos sectores rurais, por questões relacionadas à actividade laboral dos encarregados de educação;	- Desenvolvimento de um projecto educativo local com a definição de uma política educativa centrada na unidade territorial "Figueira da Foz" e numa lógica de uma plano estratégico para a educação concelhia;: - Existência de um centro escolar na freguesia de Vila Verde, com espaços e infra-estruturas adequadas à nova realidade educativa; - Capacidade demográfica para a implementação de um pólo escolar na freguesia das Alhadas; - Capacidade demográfica para a implementação de um pólo escolar na freguesia de S. Pedro.

3.4.2.3 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Eixos Estratégicos	Acções
13.1 Adaptar a oferta educativa às necessidades das actividades económicas do concelho	13.1.1. Promover e articular um sistema municipal de informação e orientação escolar e profissional com a participação das escolas, das empresas e de diferentes agentes sociais e culturais; 13.1.2 Articulação entre o subsistema educativo e o sector do turismo com vista à formação avançada de recursos humanos qualificados nas múltiplas etapas deste processo económico; 13.1.3 De forma a conseguir melhores indicadores de literacia e competências, uma vez que, como se concluiu, as habilitações interferem com o ganho médio dos trabalhadores mas também com a facilidade na procura de emprego. Da mesma forma torna-se necessário apostar na formação extra-curricular informal para garantir futuros cidadãos capazes de abarcar várias ferramentas do conhecimento.
13.2 Optimizar a rede escolar	13.2.1 Conciliar as estruturas escolares junto com outras estruturas sociais e desportivas numa lógica de aproveitamento de outros recursos locais com interesse educativo prevenindo sempre a questão das acessibilidades a estudantes com mobilidade reduzida; 13.2.2. A definição da rede escolar e dos próprios agrupamentos de escolas deverá ter uma clara relação com as necessidades educativas dos alunos do concelho, no entanto, deverão ser mantidas as escolas de 1º ciclo nos núcleos urbanos rurais, de modo a manter a fixação da população jovem nos mesmos; 13.2.3 Optimizar os transportes escolares, fomentando a sua utilização pela população estudantil em detrimento dos transportes individuais; 13.2.4 Planificar um serviço de refeições escolares de qualidade e tendo em vista as premissas associadas à questão da alimentação saudável e da obesidade infantil; 13.2.5 Planear as respostas educativas diferenciadas necessárias para que todos os jovens concluam os doze anos de escolaridade obrigatória, com as aprendizagens correspondentes a cada ciclo de estudos. 13.2.6 Implementação de programas de identificação e sistematização de boas práticas de gestão nas escolas; 13.2.7 Promover o ensino artístico; oficinas de arte, dinamização e disponibilização à comunidade de espaços para desenvolvimento de escolas e workshops artísticos;
13.3 Melhorar os níveis de conhecimento da cultura local	13.3.1 Dar a conhecer a toda a população estudantil do concelho a sua história e o seu património edificado, natural e cultural (todos os estudantes devem conhecer o seu território e a sua cultura sendo no futuro veículos de excelência para a divulgarem); 13.3.2 Dar a conhecer as profissões tradicionais do concelho à população escolar através de visitas aos locais (mercado, campos de arroz, salicultura, doca pesca) e de aulas/workshops de demonstração de cada tipo de profissão. 13.3.3 Criar o site "pequena figueira" onde são divulgados conteúdos relacionados com o património cultural e natural, com a história do município e com jogos interactivos que estimulem e fomentem o conhecimento da população infantil pelo seu local de residência. 13.3.4 Promover o envolvimento das famílias e de toda a comunidade no processo educativo,

3.4.3. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

3.4.3.1 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS - DIAGNÓSTICO

A rede de serviços e equipamentos sociais é uma realidade que resulta do esforço e envolvimento de entidades de diversas naturezas, no sentido de fazer face às dificuldades geradas pelas dinâmicas sociais, localizando-se nas zonas consideradas pelas próprias como prioritárias para a intervenção social.

Os equipamentos sociais correspondem à aplicação prática da maioria das respostas sociais. Há muitas situações em que no mesmo equipamento social estão sediadas várias respostas sociais, dirigidas ou não para a

mesma população-alvo ou grupo-alvo. Retirando-se assim benefícios de aproveitamento de infraestruturas e de meios humanos, com claras vantagens para os diversos tipos de utentes.

Neste contexto, poderá afirmar-se que existe uma tendência para o apoio social ser predominantemente prestado em equipamentos sociais pertencentes a entidades solidárias.

No que respeita à distribuição dos equipamentos, mais uma vez se destaca a zona urbana com maior concentração, num total de 52 equipamentos. Aqui sobressai a freguesia de Buarcos com 34 equipamentos sociais, onde o peso da rede solidária se manifesta de forma evidente. A zona sul (onde o número de equipamentos afetos à rede lucrativa é significativo) e a zona norte apresentam um número de equipamentos sociais muito próximos, 28 e 30, respetivamente.

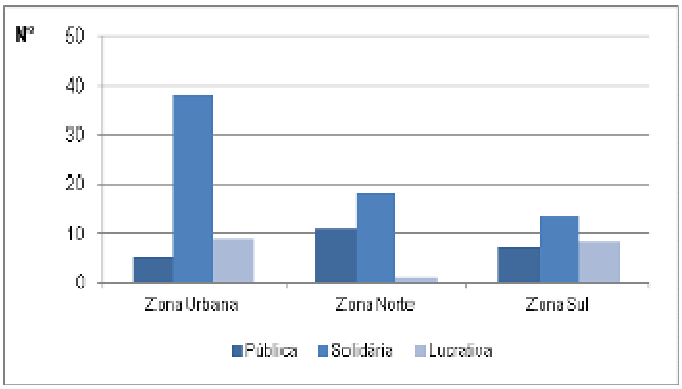


Figura 40 - Equipamentos sociais por natureza jurídica e por setor de planeamento.

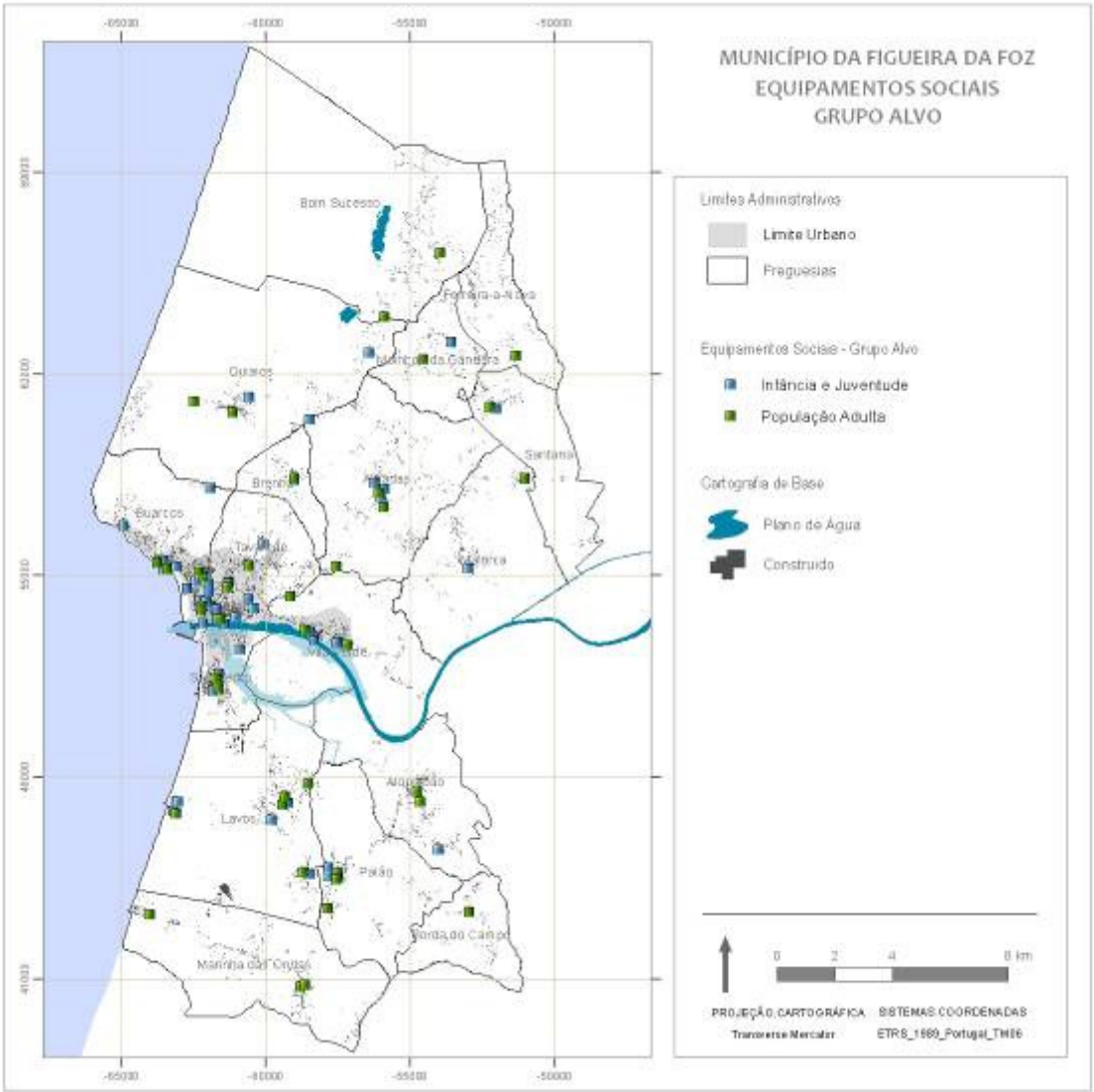


Figura 41 - Rede de serviços e equipamentos sociais.

Os 110 equipamentos sociais integram um total de 180 respostas, sendo que 74 desses equipamentos (67%) apresentam-se com uma única resposta social. Estas 180 respostas abrangem 17 tipologias diferentes, sendo de destacar as respostas sociais de "Educação Pré-escolar" (38), de "Creche" (24), de "Centro de Atividades de Tempos Livres" (23)[3] de "Serviço de Apoio Domiciliário" (23) e de "Lar de Idosos" (22), na sua maioria correspondentes à rede solidária.

No concelho da Figueira da Foz verifica-se que os equipamentos sociais se dirigem, na sua totalidade, a três populações-alvo: Infância e Juventude, População Adulta e Família e Comunidade. O maior número de respostas oferecidas em equipamentos destina-se à Infância e Juventude (95 respostas em 73 equipamentos), com a quase totalidade das respostas para o grupo-alvo Crianças e Jovens (97%), e apenas 3% para o grupo das Crianças e

[3] Neste caso particular, muito por força da instituição da "Escola a Tempo Inteiro", apresenta uma forte redução, podendo até, no momento presente, observar um valor bastante inferior.

Jovens em Situação de Perigo. Segue-se as respostas para a População Adulta, com 66 respostas sociais (42 equipamentos), destacando-se as Pessoas Idosas com 91% das respostas, correspondendo os restantes 9% às respostas sociais vocacionadas para Pessoas Adultas com Deficiência. Por fim, e com menor peso, as respostas dirigidas à Família e Comunidade (19 respostas em 18 equipamentos), em que apenas uma se destina às Pessoas Toxicodependentes e as restantes à Família e Comunidade em Geral.

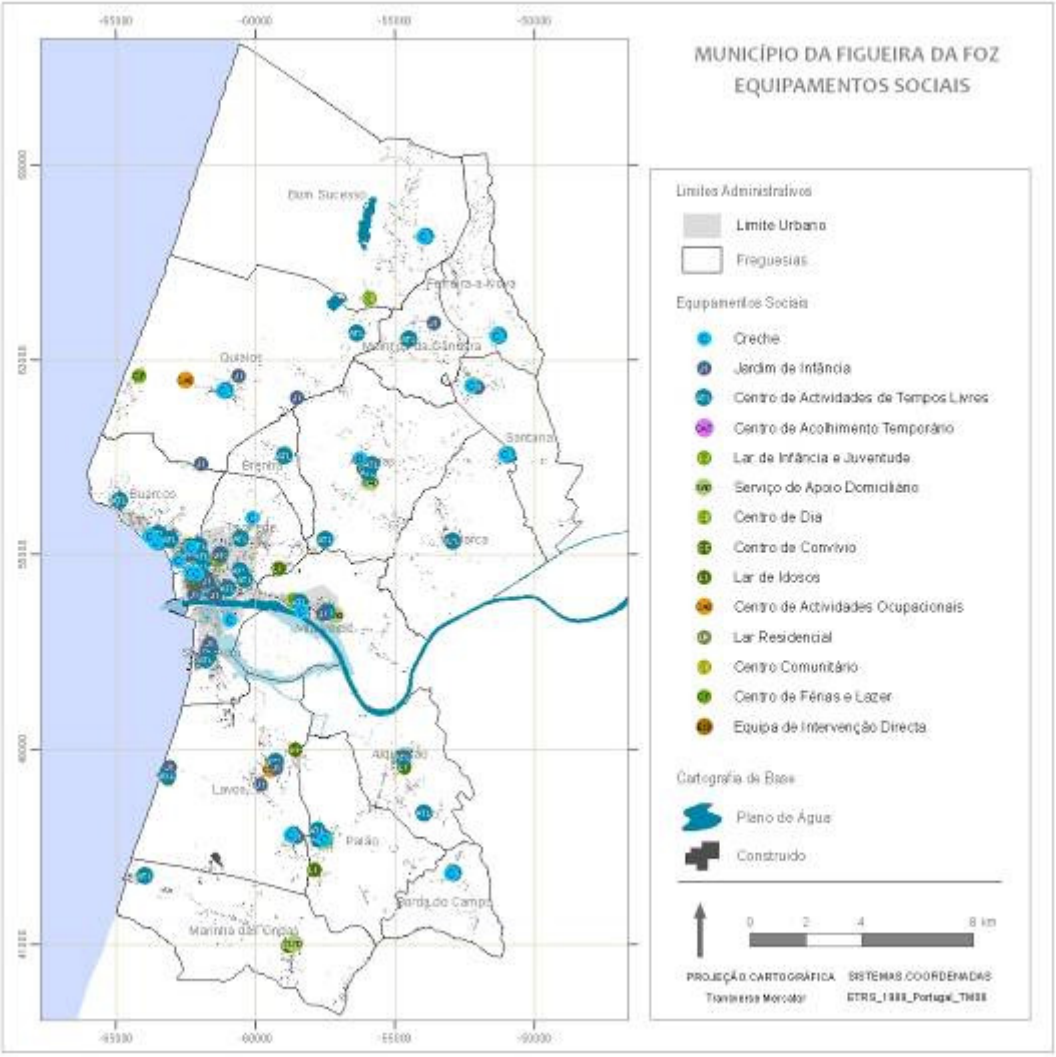


Figura 42 - Respostas sociais.

Em suma, a rede social do concelho da Figueira da Foz traduz, de certa forma, as dinâmicas sociais, económicas e demográficas das diferentes freguesias, verificando-se uma diferenciação no número de equipamentos, respostas sociais e grupos-alvo abrangidos. Há uma tendência para uma diminuição do número de equipamentos e respostas sociais das freguesias da zona urbana para as freguesias mais periféricas, bem como uma maior especificidade dos grupos-alvo abrangidos nas freguesias da zona urbana relativamente às restantes

freguesias do concelho. Por fim, salienta-se o peso das entidades gestoras da rede solidária face às da rede pública e lucrativa, que apesar de algumas *nuances*, está presente por todo o território municipal.

Assumindo-se a sustentabilidade social no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento (entendido como o acesso mais equitativo ao bem-estar e redução de tensões sociais), como um dos pilares base do que se entende e pretende para um território sustentável, as sociedades devem procurar uma maior equidade e justiça social (comunidades inclusivas e solidárias). Neste sentido, os territórios distinguem-se cada vez mais pela diversidade urbana e integração social dos diferentes grupos populacionais que as habitam.

É hoje um dado inquestionável que a ação social tem um papel preponderante e imprescindível a desempenhar numa sociedade cuja evolução deu origem não só a novas necessidades, mas também a novos modos de vida. Neste contexto é urgente criar uma verdadeira política sustentável de ação social, apontando medidas e iniciativas concretas para os desafios crescentes da área social pretendendo-se fazer do território concelhio um espaço social e territorialmente coeso, dispondo de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, que permita responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes.

3.4.3.2 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS – ANÁLISE SWOT

Quadro 34 - SWOT | Serviços e equipamentos sociais.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
– Tendência de diminuição dos jovens até 2031 em todas as freguesias do concelho. – Diminuição dos jovens na esmagadora maioria das freguesias no último período intercensitário; – Forte crescimento da "taxa de envelhecimento" no concelho; – Existem 4 freguesias que não possuem valência "Creche"; – A freguesia de Brenha não apresenta nenhuma valência de Creche nem de Estabelecimento de Educação Pré-Escolar; – As freguesias de Buarcos, Brenha e Paião, não possuem a valência Centro de Dia; – Existem 8 freguesias que não possuem a valência Lar de Idosos, sendo de referir que a zona norte apresenta poucas valências de Lares de Idosos no contexto do concelho; – Lacunas ao nível da oferta de valências para população adulta com deficiência, existindo apenas uma valência de Lar Residencial; – A Zona sul é a única que não apresenta nenhuma valência destinada a Família e Comunidade em geral; – Existe apenas uma valência para cidadãos toxicodependentes.	– As valências destinadas a crianças e jovens estão presentes na maioria das freguesias do concelho. – A área de influência das valências de crianças e jovens estende-se a outros concelhos. – A área de influência da valência Lar de Infância e Juventude estende-se a outros concelhos – Em todas as freguesias existe pelo menos uma valência para Pessoas Idosas (SAD). – A capacidade das valências de Centro de Dia ainda não se encontra esgotada. – A freguesia de Paião apresenta um maior número de Lares de Idosos. – A valência Lar de idosos tem uma grande área de influência em relação a outros concelhos. – A valência Centro de Atividades Ocupacionais está presente em todas as zonas.
Ameaças	**Potencialidades**
– Na zona sul a valência de Creche ultrapassou o limite da sua capacidade, enquanto que na zona urbana está prestes a atingir o limite da sua capacidade e apresenta um elevado nº de utentes em lista de espera. – Nas freguesias de Tavarede (rede solidária) e Alqueidão, a valência de Estabelecimento de Educação Pré-Escolar está no limite da sua utilização. – Em função da nova política educativa, o ATL poderá desaparecer ou necessitar de alterar a sua lógica de funcionamento. – A valência (Lar de Infância Juventude) de Vila Verde está no limite da sua capacidade. – A capacidade de grande parte das valências para pessoas idosas está no seu limite ou foi ultrapassada. – Elevado número de utentes em lista de espera na valência Lar de idosos. – Aumento da população idosa até 2011 em todas freguesias exceto na de Bom Sucesso. – De 2011 a 2021, continua a aumentar, nomeadamente em Ferreira-a-Nova e Tavarede. – A capacidade da valência Centro de Atividades Ocupacionais está no seu limite.	– Nas freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova a valência Creche ainda apresenta alguma capacidade por preencher. – Baixa taxa de utilização da valência Estabelecimento de Educação Pré-Escolar da rede privada na freguesia de Tavarede. – Nas freguesias de Buarcos e Lavos a valência Lar de Idosos, na rede privada, ainda apresenta alguma capacidade por preencher. – Diminuição dos idosos em Alqueidão, Lavos, Moinhos da Gândara e Vila Verde de 2011 a 2021

3.4.3.3 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS – EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Eixos Estratégicos	Acções
14.1 Desenvolver e implementar programas para prevenir e reduzir a pobreza	14.1.1. Potenciar a inserção no mercado de trabalho de desempregados, nomeadamente desempregados de longa duração, através do GIP (Gabinete de Inserção Profissional); 14.1.2. Promover o empreendedorismo enquanto resposta capaz de satisfazer necessidades não colmatadas pelo mercado de trabalho através da dinamização da bolsa de terras enquanto incubadora de projectos agrícolas e através da dinamização da incubadora de empresas de serviços e industriais. 14.1.3. Reduzir as taxas de abandono e de insucesso escolar através do envolvimento de toda a sociedade: família, escola e associações e colectividades. 14.1.4 Fomentar nos jovens a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício futuro de uma actividade no mercado de trabalho, incentivando a investirem nas actividades tradicionais da região (pesca, agricultura, salicultura, aquacultura, hotelaria). 14.1.5 Implementar uma resposta social que vise a reinserção socio-familiar e/ou profissional ou a eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido das pessoas com doenças do foro metal ou psiquiátrico; 14.1.6 Apoiar a existência e garantir a sobrevivência de respostas sociais de carácter intermunicipal para grupos alvo específicos (Equipas de Intervenção Directa, Comunidade de Inserção, Centro de Apoio à Vida, Associação Casa, etc; 14.1.7 Fomentar a criação de cooperativas e de empresas sociais nos diversos sectores económicos, desenvolvendo medidas que fomentem a economia social; 14.1.8 Privilegiar e premiar as empresas do concelho que implementem acções sustentáveis ao nível da responsabilidade social;
14.2 Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, a oportunidades de emprego, à formação profissional, à informação e a actividades culturais	14.2.1 Promover acções de formação e criação de cursos para aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade no mercado de trabalho ou para a promoção do empreendedorismo orientado para satisfazer necessidades não colmatadas pelo mercado de trabalho; 14.2.2 Reduzir a descriminação de pessoas com deficiência em especial ao nível das acessibilidades (melhorando-as e prevenindo-as em qualquer obra urbanística particular ou municipal), ao nível da educação e formação possibilitando o seu acesso a qualquer pessoa com deficiência; 14.2.3 Criação de cursos para a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade no mercado de trabalho com vista a potenciar a empregabilidade da comunidade imigrante. 14.2.4 Continuar a promover o acesso a eventos culturais de forma gratuita ou a preços reduzidos. 14.2.5 Criar meios de acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida aos serviços e ao exercício dos seus direitos de cidadania.
14.3 Promover a inclusão social e a igualdade entre os géneros;	14.3.1 Proporcionar a construção da identidade e o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos, alertando para os seus direitos e deveres e para os diversos tipos de descriminação existente (sexo, idade, raça, orientação sexual e pessoas com deficiência); 14.3.2 Aumentar a empregabilidade de pessoas com deficiência, valorizando-as pessoal, social e profissionalmente promovendo a criação de postos de trabalho através da implementação de Emprego Protegido, proposta que poderá ser planeada de forma a dar resposta a necessidades existentes no território municipal, valorizando por exemplo nalguns serviços contratados externamente pelo município a preferência por entidades que empreguem pessoas com deficiência. 14.3.3 Promover o voluntariado e a participação activa dos idosos na sociedade e na família, através das bolsas de voluntariado do município e da participação nas diversas associações e colectividades. Tentando diminuir a descriminação das pessoas idosas, nomeadamente das mais pobres e/ou em situação de isolamento, incentivando ao envelhecimento com dignidade. 14.3.4 Aumentar o apoio à comunidade imigrante, esclarecendo todas as dúvidas relacionadas com a sua legalização no país, reagrupamento familiar, a habitação, o trabalho, a segurança social, a saúde, a educação, o empreendedorismo e até o retorno voluntário aos seus países de origem; 14.3.5 Promover a aproximação e o conhecimento entre as minorias e a comunidade dominante, nomeadamente através das figuras da mediação e da dinamização cultural; 14.3.6 Promover acções de formação direccionadas aos dirigentes, técnicos, administrativos e auxiliares das instituições de modo a garantir uma qualificação contínua dos mesmos;
14.4 Aumentar a segurança e qualidade de vida da comunidade	14.4.1 Acompanhar pessoas vítimas de violência doméstica sinalizadas e dos agregados familiares problemáticos com o objectivo de prevenir, minorar e combater a reincidência da ocorrência de maus tratos físicos e psíquicos e, em casos extremos, a institucionalização das vítimas; 14.4.2 Intervir de forma integrada no âmbito da redução da procura do consumo de substâncias psicoativas, privilegiando a existência de diagnósticos rigorosos que fundamentem a intervenção e potenciem as sinergias disponíveis no território. 14.4.3 Organizar uma resposta social de apoio domiciliário integrado que preste um conjunto de acções e cuidados

	pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados de apoio social e de saúde no domicílio durante 24h por dia e 7 dias por semana, envolvendo uma intervenção integrada da Segurança Social e da Saúde e de todos as instituições públicas, associativas e privadas do concelho. 14.4.4. Elaborar regulamento municipal de ruído que limite os níveis de ruído nocturnos e reveja os horários dos estabelecimentos definindo regras mais restritivas para as zonas residenciais;
14.5 Garantir a habitação adequada	14.5.1 Aumentar a capacidade, qualificar e criar respostas sociais de Centro de Actividades Ocupacionais e Lar Residencial e de Idosos no concelho nas várias instituições públicas, associativas e privadas, garantindo no planeamento do território espaços para este tipos de equipamentos; 14.5.2 Manter os programas existentes destinados à habitação social, sempre numa perspectiva temporária e de reinserção; 14.5.3 Criar apoios para a recuperação de edifícios degradados e com condições deficientes de habitabilidade, nos centros urbanos, através dos incentivos fiscais associados às ARU's; 14.5.4 Promover as cooperativas de habitação nos centros urbanos consolidados, de preferência através da reabilitação de edifícios degradados e com algum interesse cultural, histórico ou arquitectónico.

3.4.4. ESPAÇOS E ATIVIDADES DESPORTIVAS

3.4.4.1 ESPAÇOS E ACTIVIDADES DESPORTIVAS - DIAGNÓSTICO

Tradicionalmente, e um pouco por força da proximidade de Coimbra (e da sua Universidade) e das caraterísticas naturais do território, o concelho da Figueira da Foz assumiu-se como um espaço de desenvolvimento desportivo, onde as diferentes modalidades de desporto formal se foram desenvolvendo ao longo dos tempos, e que se traduziram pela formação de muitos campeões internacionais, nacionais e regionais, em modalidades tão diferentes como o basquetebol, o futebol, a natação ou o remo e a vela.

Como facilmente se constata, o concelho da Figueira da Foz apresenta um conjunto diversificado de potencialidades, salientando-se as características geográficas e climáticas, as caraterísticas do mar, o património natural e a localização geoestratégica, as quais possibilitam a prática diversificada de atividades desportivas, desde os Desportos Náuticos e Aventura, mas também diversos Desportos Terrestres e Aéreos.

No total do concelho registam-se 228 instalações desportivas, valor que em muito se deve ao elevado número de estabelecimentos de ensino dos 2º e 3º Ciclos e Secundário, os quais integram diversos espaços desportivos. O peso por tipologia apresenta valores bastante diferenciados, consoante a tipologia em questão. Do total das instalações disponíveis no território municipal, destaca-se de uma forma clara o peso dos "Pequenos Campos", com 121 espaços que correspondem a mais de metade do total (53,07%) [4]. Seguem-se as "Salas de Desporto" com 23 instalações (10,09%), os "Grandes Campos" com 21 instalações desportivas (9,21%), as "Piscinas Descobertas" com 16 espaços (7,02%), os "Outros" com 15 instalações (6,58%), os "Pavilhões" com 14 instalações (6,14%), as "Pistas de Atletismo" e Espaços para a "Aprendizagem de Atletismo" com 10 espaços (4,39%) e, por

[4] Este facto é facilmente explicável e muito comum em termos nacionais. A razão da importância relativa deste tipo de instalações prende-se com o facto de exigirem, à partida, um menor investimento por parte da autarquia (ou de entidades privadas) e com os custos de manutenção pouco significativos nos primeiros anos de utilização.

fim, as "Piscinas Cobertas" com oito instalações que representam apenas 3,51% do total das instalações desportivas artificiais existentes no território municipal.

Quadro 35 - Instalações desportivas artificiais segundo as suas principais características por tipologia.

Tipologia	Nº de Equipamentos	Iluminação	Balneários	Bancadas	Estado de Conservação			Natureza Jurídica (proprietário) Público			Privado			Importância				Tipo de Utilizador					Tipo de Acesso			Tipo de Equipamento			
					Bom	Razoável	Mau	Autárquico	M.E.	Educativo	Mov. Associativo	Outros	Local	Municipal	Regional	Nacional	Internacional	Pop. Geral	Utentes	Alunos	Sócios e Atletas	Outros	Restrito	Condicionado	Generalizado	Recreativo	Formativo	Especializado	Compet. e Espect.
Grandes Campos	21	14	16	1	4	9	8	5	0	0	15	1	6	3	9	3	0	4	3	0	14	0	3	15	3	3	17	0	1
Pequenos Campos	121	28	38	7	59	52	10	36	43	5	23	14	116	1	0	4	0	35	15	48	22	1	8	78	35	64	53	4	0
Pavilhões	14	14	14	10	9	4	1	1	4	0	7	2	4	2	4	4	0	0	1	6	7	0	1	13	0	0	13	0	1
Salas de Desporto	23	23	22	2	16	6	1	0	6	0	9	8	15	6	0	2	0	0	5	9	9	0	8	15	0	3	13	7	0
Piscinas Cobertas	8	8	8	0	7	1	0	4	0	0	1	3	5	0	3	0	0	0	7	0	1	0	3	5	0	3	5	0	0
Piscinas Descobertas	16	5	14	0	14	2	0	8	0	0	0	8	15	1	0	0	0	0	15	1	0	0	0	4	12	0	13	3	0
Pistas de Atletismo	10	1	10	2	1	7	2	1	9	0	0	0	9	0	1	0	0	0	0	9	1	0	0	10	0	0	10	0	0
Outros	15	5	2	0	14	0	1	8	0	0	2	5	9	3	0	3	0	7	5	0	3	0	3	5	7	7	4	4	0
Total	228	98	124	22	124	81	23	63	62	5	57	41	179	16	17	16	0	46	51	73	57	1	26	145	57	80	128	18	2

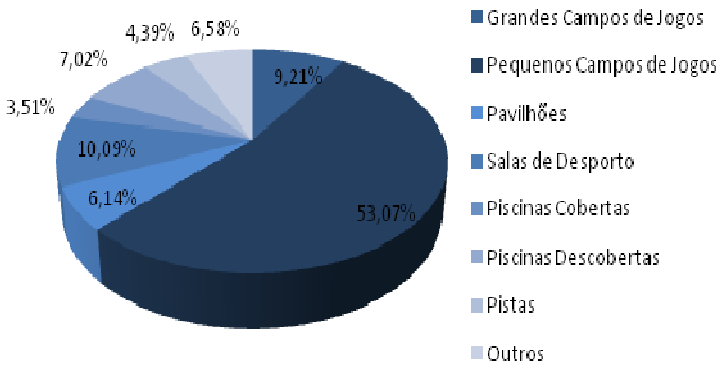


Figura 43 - Instalações desportivas artificiais por tipologia.

Numa análise à distribuição das instalações desportivas artificiais do concelho de Figueira da Foz, observa-se que os espaços desportivos se encontram distribuídos pelas freguesias de forma heterogénea, sendo que o número de instalações tende a aumentar com a proximidade às freguesias urbanas.

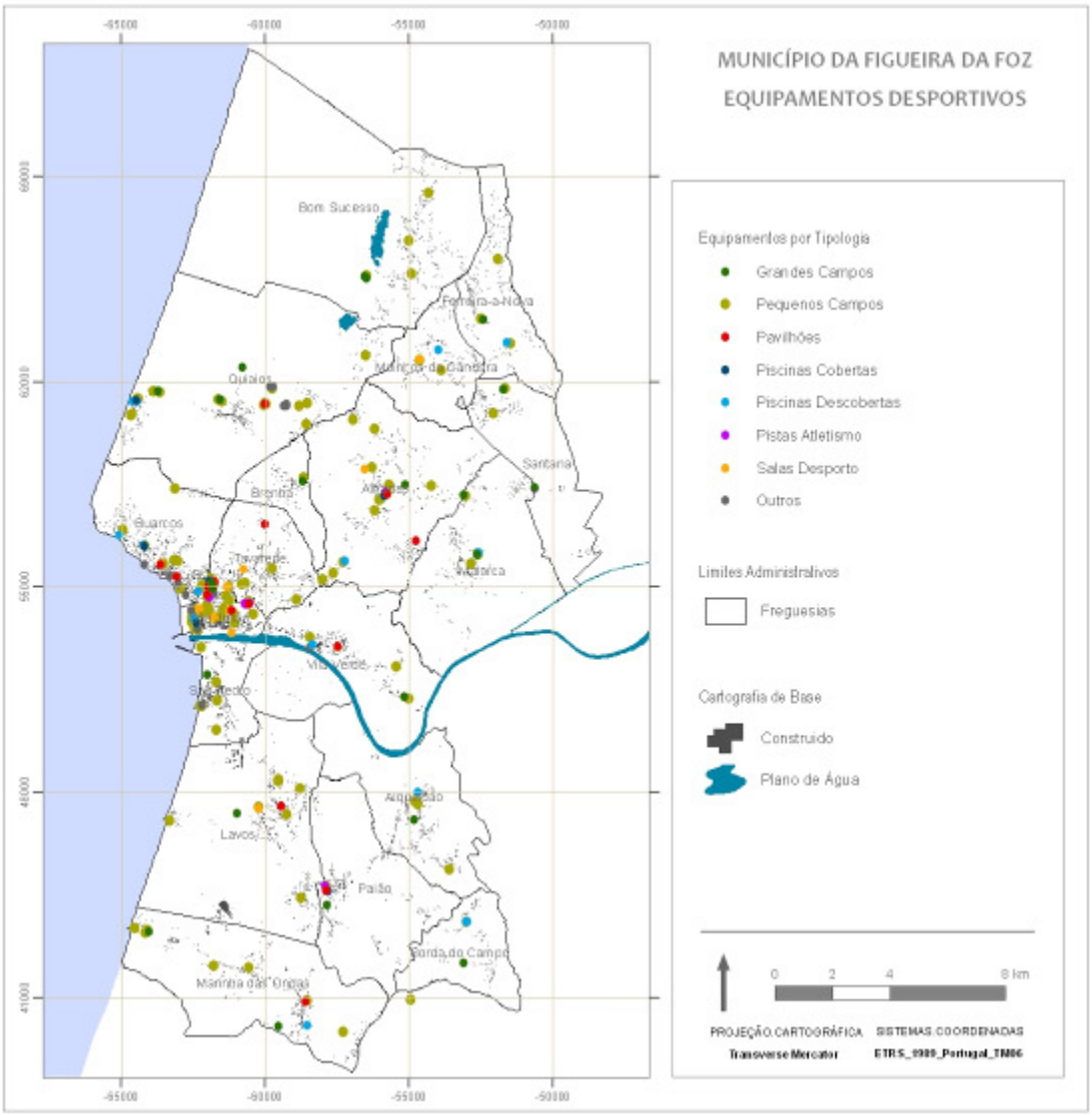


Figura 44 - Instalações desportivas artificiais.

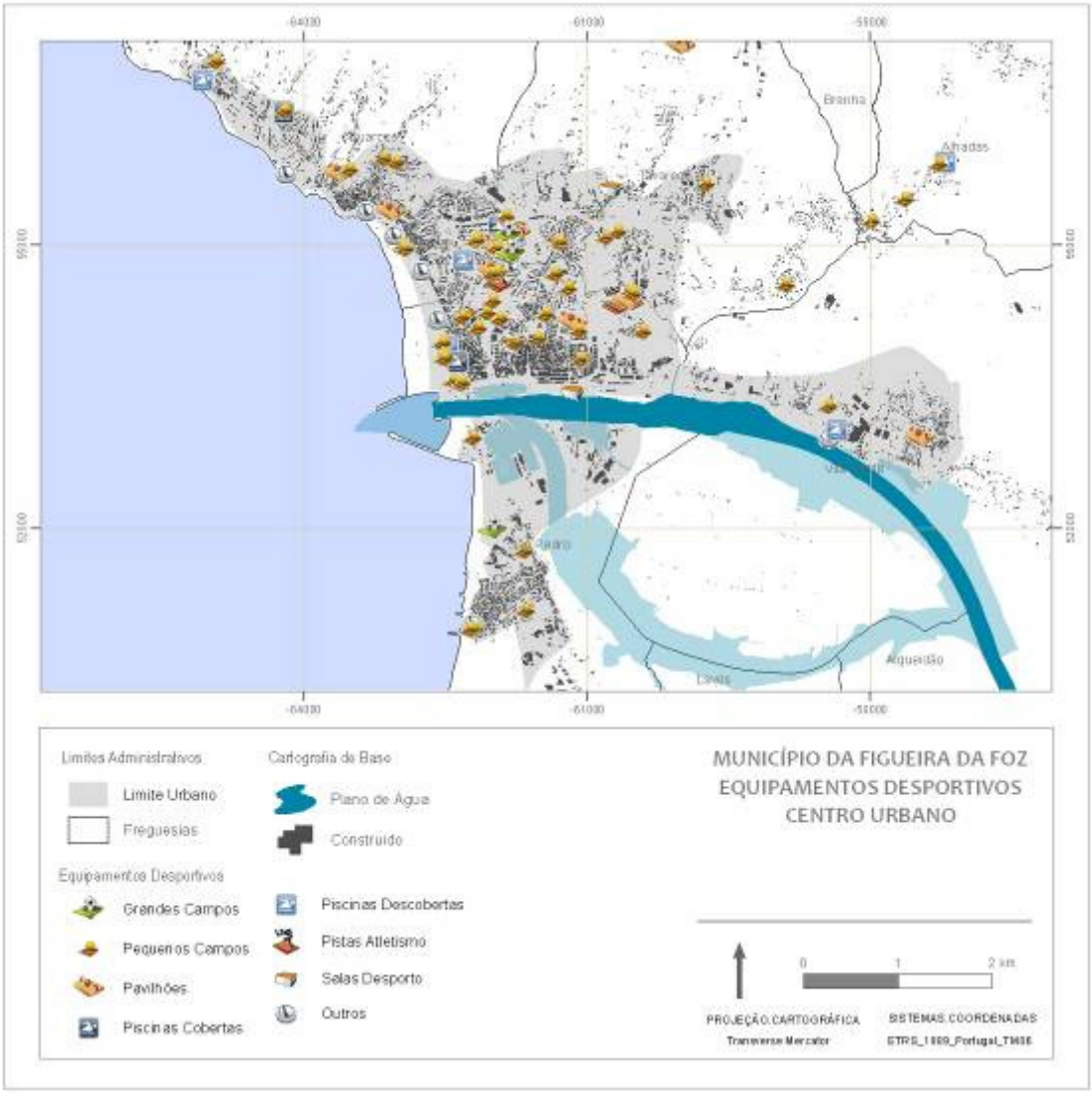


Figura 45 - Instalações desportivas artificiais | zona urbana.

Como facilmente se constatou o concelho da Figueira da Foz apresenta um conjunto diversificado de potencialidades, salientando-se as características geográficas e climáticas, as características do mar, o património natural e a localização geoestratégica, as quais possibilitam a prática diversificada de actividades desportivas não codificadas. As características biofísicas do território oferecem assim condições excecionais para a prática da atividade física e do desporto, quer as náuticas quer as atividades terrestres e aéreas, sendo que as primeiras têm vindo a ser, ao longo das últimas décadas, as mais referenciadas no quadro nacional, muito por força da imagem que, por norma, se encontra associada ao concelho Figueira da Foz.

As condições naturais associadas quer à linha de costeira (cerca de 38 Km), quer a diferentes planos de água distribuídos por todo o concelho – Estuário do Mondego, Lagoas da Vela e das Braças – têm potenciado todo um conjunto de atividades desportivas náuticas associadas quer às ondas, entre outras o *Surf* e o *Bodyboard*, quer às águas calmas, neste caso a Vela e a Motonáutica, ou mesmo ao meio subaquático (Mergulho).

Nunca, como hoje, se fez sentir com tal pertinência, a necessidade de uma abordagem integrada destas atividades desportivas, facto que se deve no essencial à necessidade de potenciar o desenvolvimento sustentável que este território municipal exige.

Quadro 36 - Atividades desportivas náuticas[5].

Espaço Natural	Aquático		
Estruturas	**Ondas**	**Águas Calmas**	**Águas Bravas**
Actividades	*Bodysurf*	Apneia	*Canoying*
	Bodyboard	*Bare-foot*	
	kitesurf	Canoagem	
	Skimming	Mergulho	Canoagem
	Surf	Motonáutica	
	Waveski	Pesca Submarina	
	Windsurf	Pesca Desportiva	*Hidrospeed*
	Kayakmar	Remo	
	Kayaksurf	*Ski* Aquático	
		Vela (e Catamarãs)	*Raffting*
		Wakeboard	

Atividades praticadas no concelho
Atividades com potencial de prática no concelho
Atividades não praticadas no concelho

No domínio da estrutura de ondas (associadas exclusivamente à linha de costa) são inúmeras as modalidades que se podem praticar, as quais têm vindo a atrair um número crescente de praticantes, destacando-se o *Bodyboard*, *Surf*, *Kayaksurf*, *Windsurf*, *Kitesurf*, entre outras. Estas podem desenvolver-se em diversos locais, designadamente no sector norte, como são os casos da zona de Quiaios, Murtinheira, no zona do Cabo Mondego, no vasto sector de praia entre os restaurantes Teimoso e Tamargueira, bem como junto ao Molhe norte, ou no sector a sul do Mondego, mais especificamente na zona entre o Cabedelinho e a Cova-Gala, na Costa de Lavos e na Praia da Leirosa.

[5] A estrutura em Águas Bravas, como se pode compreender, diz respeito a sectores de rios de montanha, que em situação alguma podem ser aqui encontrados.

Já nas águas calmas, sectores como o estuário e, em condições muito particulares e excecionais, as Lagoas de Quiaios, podem assumir-se como espaços de referência para a prática de modalidades como o remo, canoagem, *windsurf*, pesca desportiva, entre outros.

Figura 46 - Localização dos melhores *spots* para o surf e bodybord.

No concelho da Figueira da Foz as atividades terrestres assumem alguma relevância, muito por força dos baixos declives existentes e da riqueza natural associada (ao território ou aos sectores envolventes das lagoas ou do estuário), que possibilita a realização de todo um conjunto de modalidades desportivas, a maioria das quais se desenvolve em estrutura todo-o-terreno, como é o caso do Pedestrianismo ou do BTT.

Quadro 37 - Atividades desportivas de aventura | desportos terrestres.

Espaço Natural	Terrestre				
Estruturas	**Todo o Terreno**	**Cordas**	**Sub-solo**	**Neve e Gelo**	**Outras**
Actividades	Pedestrianismo Montanhismo Alpinismo Orientação Hipismo BMX BTT Cicloturismo *Ciclocross* *Downhill* Trial TT (motorizado) *Motocross*	Escalada *Rappel* *Slide* Tirolesa	Escalada Espeleologia	*Ski* *Motoski* *Snowboard* Trenó	*Powerkite* *Boulder* Escalada Livre *Paintball* Tiro com Arco ou Besta

Atividades praticadas no concelho
Atividades com potencial de prática no concelho
Atividades não praticadas e/ou sem condições para a sua prática no concelho

Ainda no âmbito das atividades terrestres observam-se diversas modalidades que se podem realizar em estruturas de cordas, nomeadamente, o *Slide*, Tirolesa, *Rappel* e Escalada, essencialmente na Serra da Boa Viagem.

As atividades desportivas de aventura também podem ser realizadas em suporte aéreo e no caso particular da Figueira da Foz destacam-se as modalidades de Asa Delta, Parapente e Parapente com Motor, sendo de referir que, com exceção desta última modalidade, a serra da Boa Viagem volta a assumir-se como espaço preferencial para a sua prática.

Quadro 38 - Atividades desportivas de aventura | desportos aéreos.

Espaço Natural	Aéreo
Estrutura	**Natural**
Actividades	Asa Delta Balonismo Parapente Parapente com motor Paraquedismo *Bungee-jumping* Ultra-leve

Atividades praticadas no concelho
Atividades com potencial de prática no concelho
Atividades não praticadas e/ou sem condições para a sua prática no concelho

No território da Figueira da Foz observam-se ainda condições favoráveis para a prática de Balonismo e de *Bungee-jumping* (sendo que esta modalidade se encontra dependente da instalação de torres e guindastes para a sua prática, aliás, como por vezes se observa em momentos festivos ou período de verão).

O concelho da Figueira da Foz, desde há muito que se tem vindo a assumir como um espaço de desporto por excelência, não só no que diz respeito às atividades desportivas clássicas, mas também no que respeita às diferentes modalidades que integram o desporto aventura e o desporto náutico.

Um pouco numa lógica transversal, quer com os corredores e espaços verdes, quer com as questões ligadas à saúde, ou ainda aos equipamentos desportivos, deve vir a ser equacionada a criação de Núcleos de Desporto Informal (NDI), os quais deverão ser parte integrante do Atlas Desportivo, no ponto referente à planificação de novos espaços para a atividade física e desportiva, aqui entendidos como “mobiliário urbano”.

3.4.4.2 ESPAÇOS E ACTIVIDADES DESPORTIVAS – ANÁLISE SWOT

Quadro 39 - SWOT | atividades desportivas.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
– Índices Geral, de Grandes Campos, de Salas de Desporto, de Piscinas Cobertas e Pistas de Atletismo encontram-se abaixo dos valores de referência; – Índice Geral de comunidade elevado esconde carências qualitativas em termos de outras tipologias; – Ao número elevado de equipamentos, não corresponde uma qualidade destes em termos de alta competição; – Existe um claro deficit da tipologia "piscinas cobertas" na zona urbana; – Diversos equipamentos encontram-se inseridos em estabelecimentos de ensino, sendo o seu acesso por vezes condicionado; – A esmagadora maioria das "piscinas descobertas" não apresentam vocação para as atividades formativas e desportivas; – Baixo quantitativo de espaços desportivos cobertos.	– Forte vocação desportiva da população concelhia; – Elevado número de equipamentos e grande diversidade de tipologias, encontrando-se em razoável e em bom estado de conservação;; – Percentagem considerável de instalações desportivas com acesso generalizado (> 25%); – Índices de Comunidade de Pequenos Campos, Pavilhões e Piscinas Descobertas encontram-se acima dos valores de referência; – Alta Competição bem representado nas modalidades praticadas, nomeadamente o basquetebol, futebol, remo, natação, surf, body bord, orientação; – O Movimento Associativo, bastante participativo, desempenha um papel fundamental na promoção da prática desportiva e na dinamização de iniciativas e eventos desportivos; – Prática de diversas modalidades desportivas terrestres, aéreas e náuticas de aventura; – Extensa frente de mar (diversas praias do Município) bem como a existência de um Estuário, possibilitam a prática de várias modalidades desportivas náuticas.
Ameaças	**Potencialidades**
– O vasto parque desportivo complica o investimento futuro em novos equipamentos para a satisfação das necessidades da população em geral; – A perda de população pode dificultar o investimento em novos equipamentos desportivos formais; – Fraca qualidade e estado de conservação de alguns equipamentos desportivos; – O crescimento urbano e o carácter balnear, juntamente com as zonas de proteção ambiental, dificultam a disponibilização de terrenos para a criação de novos espaços desportivos; – A prática dos Desportos Aventura, se realizada de forma insustentável, poderá vir a prejudicar os ecossistemas e os habitats presentes; – Alterações artificiais na linha de costa, facto que tem vindo a modificar as condições de base na prática das modalidades de ondas.	– As caraterísticas biofísicas do território de exceção para a prática de desportos nauticos; – Localização geo-estratégica e boas acessibilidades rodoviárias municipais e intermunicipais; – Proximidade ao centro urbano de Coimbra; – Candidatura a "Reserva Mundial de Surf" e criação da "Aldeia do Mar"; – A implementação de soluções inovadoras (por exemplo coberturas amovíveis em Piscinas Descobertas) que possibilita o aumento do número de espaços para formação desportiva sem grande investimento; – Potenciação dos equipamentos escolares para a população em geral; – Condições para que o planeamento de equipamentos no sector urbano, seja encarado numa perspetiva de território único; – Desenvolvimento de um plano integrado de apoio e desenvolvimento das modalidades de desportos aventura e náuticos (PEDDNA).

3.4.4.3 ESPAÇOS E ACTIVIDADES DESPORTIVAS – EIXOS DE INTERVENÇÃO

Eixos Estratégicos	Acções
15.1 Desenvolver os desportos náuticos e de aventura	15.1.1. Construir, ampliar e requalificar as infra-estruturas desportivas náuticas existentes de modo a cativar grandes competições internacionais e praticantes das modalidades para a Figueira da Foz (Centros de Alto Rendimento, *Surf Houses*, Acessibilidades), em parceria com entidades privadas (ex: hotelaria) e instituições associativas desportivas (Ginásio, Associação *Bodyboard*; Escolas de Surf; Clube Náutico, Mentor, etc). 15.1.2 Promover o envolvimento da comunidade nas actividades desportivas/turísticas, investindo na cadeia produtiva associada a estas actividades (fomentar a construção e reparação de embarcações de recreio, produção de pranchas de surf e outros equipamentos, fomentar parques aventura, apoiar clubes de ensino e prática de surf, vela, body-board, remo, canoagem, mergulho, pesca desportiva, *kite-surf, kayaksurf, windsurf*, entre outros, desenvolver o alojamento local para este público alvo, parques de campismo temáticos, etc); 15.1.3 Prever no Plano de Ordenamento da Orla Costeira, praias destinadas a desportos de onda, nomeadamente a Murtinheira, Buarcos, uma parte da praia da Claridade (especificamente para a modalidade de *kitesurf*), Cabedelo, Cova e Costa de Lavos. 15.1.4 Prever no Plano de Ordenamento da Orla Costeira espaços, junto às praias, destinados a instalações e equipamentos de apoio à prática de desportos náuticos, bem como as respectivas acessibilidades; 15.1.5 Promover e Divulgar, através de plano de marketing, a marca "Figueira da Foz – a onda mais comprida da Europa"; 15.1.6 Em parceria com o Instituto Hidrográfico e as Associações de desportos náuticos, facultar informação permanente e online acerca do estado do mar nos locais de prática destes desportos na costa do município (Ex: "Qual a tua onda – *Wave & Surf Forecast*"). 15.1.7 Fazer um plano integrado para toda a Serra da Boa Viagem e Lagoas de Quiaios, definindo e marcando percursos pedestres, de BTT e de *Downhill*, utilizando sinalética adequada. Promovendo a manutenção e constituição de novos parques de arborismo e de actividades com cordas; definindo paredes rochosas para a prática de escalada e *rappel*. Manter e definir outras rotas para percursos pedestres e de BTT em todo o concelho (Rota de Seiça; Rota das lagoas; Rota de Maiorca; Rota das Salinas; Rota do Megalitismo, entre outras). Preparar uma das rotas para poder ser utilizada por cidadãos de mobilidade reduzida. 15.1.8 Criar na zona da Murtinheira e/ou da Serra um centro de apoio a actividades terrestres, tais como: pedestrianismo, BTT, orientação, tiro com arco ou besta, com balneários, parque de merendas, zona de arrumos (ex: para bicicletas), parque de estacionamento e um centro de interpretação da Serra e do Cabo Mondego com informação útil para enriquecer a prática destas modalidades. 15.1.9 Promover em parceria com instituições desportivas e de hotelaria, férias desportivas náuticas para crianças e jovens, bem como cursos intensivos de várias modalidades náuticas para diversas faixas etárias, com disponibilização de equipamentos (embarcações, pranchas, fatos, etc), criando uma oferta integrada. 15.1.10 Apoiar e promover a criação de diversos centros de pesca desportiva na ilha da Morraceira, com cais de acostagem próprio para ligação à Marina de Recreio da Figueira da Foz e infra-estruturas de apoio. 15.1.11 Incluir nos programas escolares do ensino do 1º, 2º e 3º ciclos os desportos náuticos mais praticados no município de forma a incentivar a sua prática em todas as camadas jovens e condições sociais.
15.2 Assumir o território da Figueira da Foz como um grande estádio de todo o tipo de práticas desportivas formais e informais.	15.2.1 Ao nível da natação, promover a construção de um complexo com piscina englobado no projecto de reaproveitamento e requalificação da praia da baía de Buarcos, preferencialmente através de parcerias com investimento privado. Modernizar e garantir a manutenção e sustentabilidade das piscinas municipais cobertas do concelho (nomeadamente do Paião e das Alhadas) e também as descobertas. 15.2.2.Reabilitar e beneficiar os campos de futebol, basquetebol, voleibol, andebol, atletismo, ténis, etc e construir uma rede de infra-estruturas particulares e públicas existentes no município, em consonância e parceria com as diversas federações e com a hotelaria local de modo a que se possa cativar para o município estágios nacionais e internacionais destas modalidades. 15.2.3 Continuar a preparar o município para a prática desportiva informal, reabilitando e recuperando os núcleos e parques desportivos existentes em todo o concelho em parceria com as associações, colectividades, e juntas de freguesia, colocando mais equipamentos nos diversos jardins e parques (Ex: Abadias, Praia da Claridade, Praia de Buarcos), motivando na população, abrangendo todas as faixas etárias, a prática do desporto.

3.5 CULTURA

3.5 CULTURA

3.5.1.1 CULTURA - DIAGNÓSTICO

Num trabalho divulgado este ano, coordenado por Augusto Mateus, conclui-se que "as análises recentes do desenvolvimento das sociedades em contexto de concorrência global, nomeadamente as de natureza económica, geográfica, sociológica e política, convergem na identificação do reforço do contributo da cultura para a criação sustentável de riqueza, no quadro mais geral dos factores. Nos benefícios materiais, os autores concluem que a cultura afeta positivamente não só o nível de rendimento e de crescimento económico mas a equidade na sua distribuição intangíveis e imaterais".

Da mesma forma, num recente estudo, coordenado por José Tavares, constata-se que ao nível dos benefícios materiais, a cultura afeta positivamente não só o nível de rendimento e de crescimento económico mas a equidade na sua distribuição.

De acordo com a Comissão Europeia – A Economia e a Cultura na Europa – o V.A.B., no PIB, representa, para a UE dos 25, 2,6%, e em Portugal, 1,4%. O emprego representa 2,5% e, no nosso país, 1,4%. No entanto, em Portugal, o crescimento do volume de negócios nesta área subiu entre 1999 e 2003, 10,6%, pelo que se pode dizer que se trata de um setor em expansão.

Infelizmente a despesa pública é das mais escassas entre 29 países europeus: apenas 0,44% do O.G.E. Esta é talvez a razão que explica o baixo índice de participação cultural dos portugueses, apenas ultrapassado pela Eslovénia. Em Portugal, 40% da população lê um livro, 17% visitam museus, 19% assistem a concertos, 8% visitam uma biblioteca pública e só 13% vão ao teatro.

Uma abordagem, ainda que sucinta da área cultural da Figueira da Foz, vai, necessariamente, enquadrar grandes setores, que passam, não só por uma divisão entre a cultura que é protagonizada ou alavancada pela Autarquia, e que nos últimos anos passou por uma tentativa de criar uma imagem bem identificada em termos externos - ***Figueira da Foz, Cidade Criativa*** - e a actividade desenvolvida por 168 coletividades e agremiações, na sua esmagadora maioria de cultura e recreio, que assumem uma importância crucial no dia a dia das populações. Com dinamismo próprio, as suas atividades passam pela música (24,4%), o teatro (17,3%) e o folclore (8,7%), a dança (18,1%), entre outras, desdobrando-se em 9 orquestras filarmónicas que reúnem à volta de quatro centenas de músicos, cerca de 20 grupos com atividade teatral regular e 15 grupos folclóricos de cariz etnográfico (CMFF, 2012). É de salientar, igualmente, o papel de outras instituições de educação e formação artística, como o Conservatório David de Sousa e as cerca de trinta escolas informais de música e dança, algumas com certificação do ensino ministrado.

Foi para estes atores culturais locais que se equacionou o ***Sítio das Artes***, estrutura física que passou a albergar associações culturais e de formação artística, e onde foi instalada a própria a Universidade Sénior, no

sentido de procurar cruzamentos intergeracionais de grande valor no plano da integração e da qualidade de vida dos que vivenciam ali práticas ocupacionais de pendor artístico.

Para além das caraterísticas de turismo sol-mar que a Figueira da Foz apresenta, tem de se referir que existe uma diversidade de atividades e eventos direcionados para quem visita a cidade e para os seus residentes e que passa por um programa, que, por um lado, apresenta uma certa regularidade de oferta e vai-se desenvolvendo pelos diferentes espaços culturais do Município ao longo do ano, com uma agenda cultural que pretende ser inovadora e abarcar o maior número de munícipes.

Uma outra dimensão da actividade cultural é que se relaciona com as edificações existentes de especial valor. Consideram-se imóveis com valor cultural os que, do ponto de vista histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, são particularmente notáveis pela sua antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade e, por isso, devem ser objeto de especial proteção e valorização (art. 2.º e 14.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro) (DGOTDU, 2011). A sua proteção tem por base a sua classificação e inventariação. Estes podem ser de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, de acordo com o disposto no artigo 15.º da Lei n.º107/2001 e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 309/2009[6].

Assim, os imóveis classificados no concelho da Figueira da Foz encontram-se distribuídos por 3 graduações classificativa, designadamente os Monumentos Nacionais (MN), os Imóveis de Interesse Público (IIP) e os Imóveis de Interesse municipal (IIM). A lista de património classificado pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) é extensa, evidenciado que a Figueira da Foz apresenta muitos elementos com elevado interesse histórico e que devem ser potenciados em termos de desenvolvimento estratégico concelhio, embora muitas vezes não sejam devidamente divulgados e integrados nos roteiros turísticos locais (Figura 55).

Um bem considera-se de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação, observando-se que existem dois monumentos nacionais classificados na Figueira da Foz: o Pelourinho da Figueira da Foz e o Dólmen das Carniçosas, nas Alhadas.

Como imóveis de interesse público encontram-se classificados 21 elementos, pertencentes às categorias de arquitetura civil, militar e religiosa. Um imóvel é considerado de interesse público quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o

[6] Os bens imóveis em vias de classificação como monumento nacional ou como de interesse público beneficiam na sua envolvente de uma zona geral de proteção de 50 m contados a partir dos limites externos do imóvel, fixada automaticamente com a decisão de abertura do procedimento de classificação; ou em alternativa de uma zona especial de proteção provisória, com a amplitude adequada à proteção do imóvel, fixada por despacho do Diretor do IGESPAR na decisão de abertura do procedimento ou durante a instrução do mesmo, sempre que a zona geral de proteção se revele insuficiente ou desadequada. A zona especial de proteção provisória pode incluir zonas *non aedificandi.*

regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado. Neste conjunto importa destacar o Mosteiro de Santa Maria de Seiça (Decreto n.º 5/2002), que integra o Itinerário de Cister, o Paço de Maiorca (Decreto n.º 129/77) e o Castro de Santa Eulália (Decreto n.º 39 175). Também interessa referir a recente classificação do Teatro da Trindade (Portaria nº 740-EL/2012), na categoria de arquitetura civil, como imóvel de interesse público.

Figura 47 - Exemplos de património classificado: a) Dólmen das Carniçosas; b) Mosteiro de Santa Maria de Seiça; c) Solar de Tavarede.

Por último, consideram-se de interesse municipal os imóveis cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para o concelho. Nesta categoria integram-se 19 imóveis, destacando-se o Solar de Tavarede (Decreto n.º 28/82), o Edifício dos Paços do concelho (Edital n.º 135/05) e o Complexo Molinológico de Moinhos da Gândara (Edital n.º 96/2011). Existem ainda quatro elementos em vias de classificação, nomeadamente: o Edifício da Caixa Geral de Depósito, a Esplanada Silva Guimarães, o Moinho das 12 Pedras e a Igreja Paroquial de São Pedro de Buarcos, todos candidatos a imóveis de interesse público.

Os valores patrimoniais classificados no concelho da Figueira da Foz (Figura 56, Figura 57 e Quadro 104) concentram-se na sua quase totalidade no núcleo urbano, com destaque para as freguesias de São Julião (20 imóveis) e Buarcos (12 imóveis). Também, e integrando o espaço urbano, localiza-se na freguesia de Tavarede o Solar de Tavarede (Decreto n.º 28/82), classificado como Imóvel de Interesse Municipal.

Os restantes imóveis classificados distribuem-se pelas freguesias de Paião (3), Quiaios (1), Maiorca (3), Alhadas (2), Brenha (1) e Moinhos da Gândara (1). Em termos globais, dos 42 imóveis já classificados, 8 localizam-se no sector norte do concelho, e os restantes 30 situam-se no sector sul do concelho, com destaque para o núcleo urbano, onde a ocupação humana se afirmou com maior intensidade.

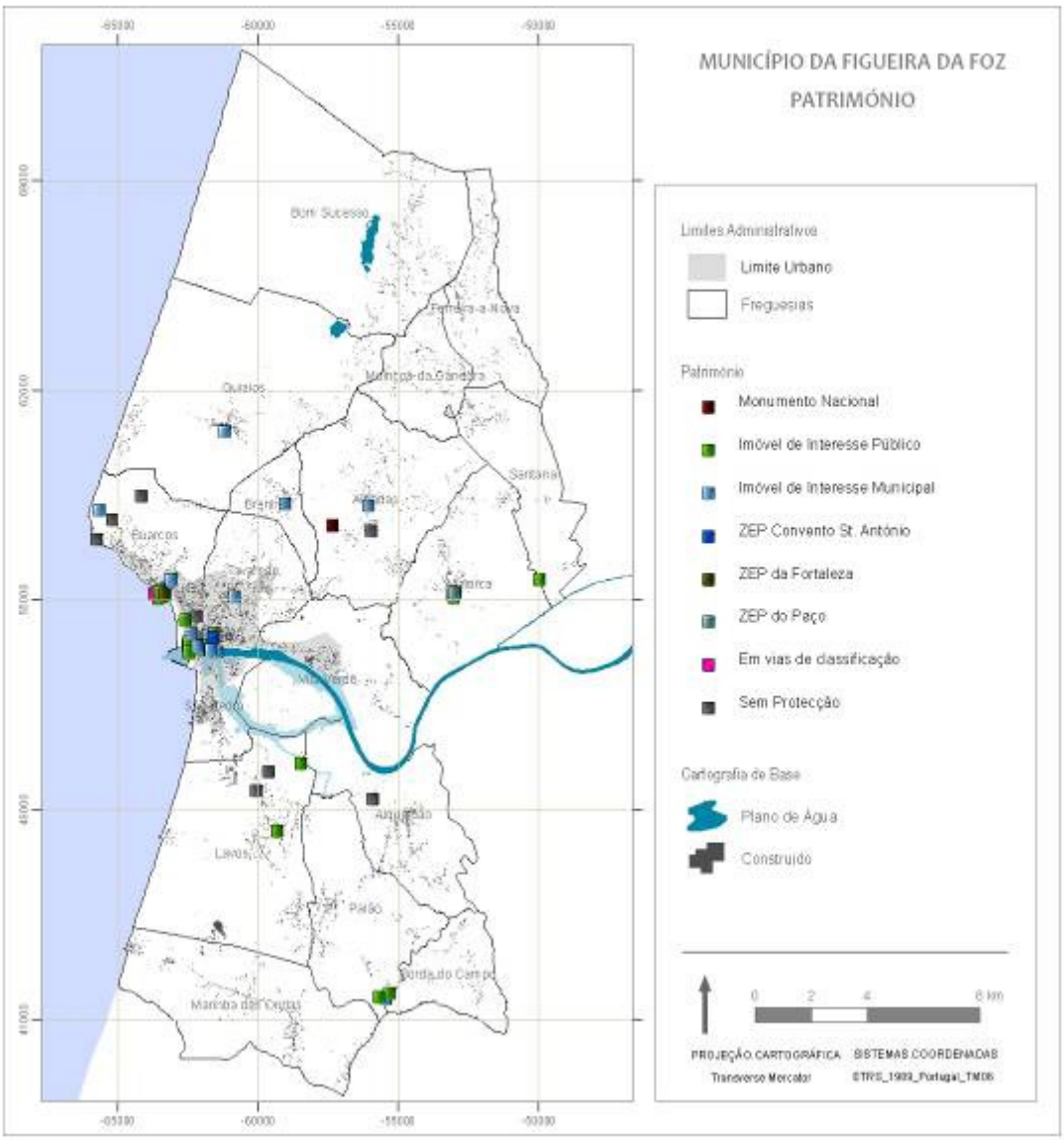


Figura 48- Património cultural.

Para um território com as caraterísticas da Figueira da Foz, este encontra-se também dotado de um assinalável conjunto de infraestruturas ao serviço ou à disposição pontual da cultura. Equipamentos como o Centro de Artes e Espetáculos (CAE), a Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás, o Arquivo Fotográfico Municipal, o Arquivo Histórico Municipal, o Auditório Municipal, o Museu Municipal Santos Rocha, o Núcleo Museológico do Mar, o Núcleo Museológico do Sal, a Quinta das Olaias, a Casa do Paço e o Sítio das Artes são peças fulcrais no assumir da cultura pelas gentes da Figueira. Associados a estas infraestruturas, devem ser ainda equacionados, não só todos os monumentos anteriormente analisados e que se encontram distribuídos pela cidade e freguesias do concelho, mas também um património edificado de grande valia cultural, como é o caso do chamado "Bairro Novo", local onde se concentra, numa área muito restrita e delimitada, um vasto património de Arte Nova e *Art Deco* (CMFF, 2012).

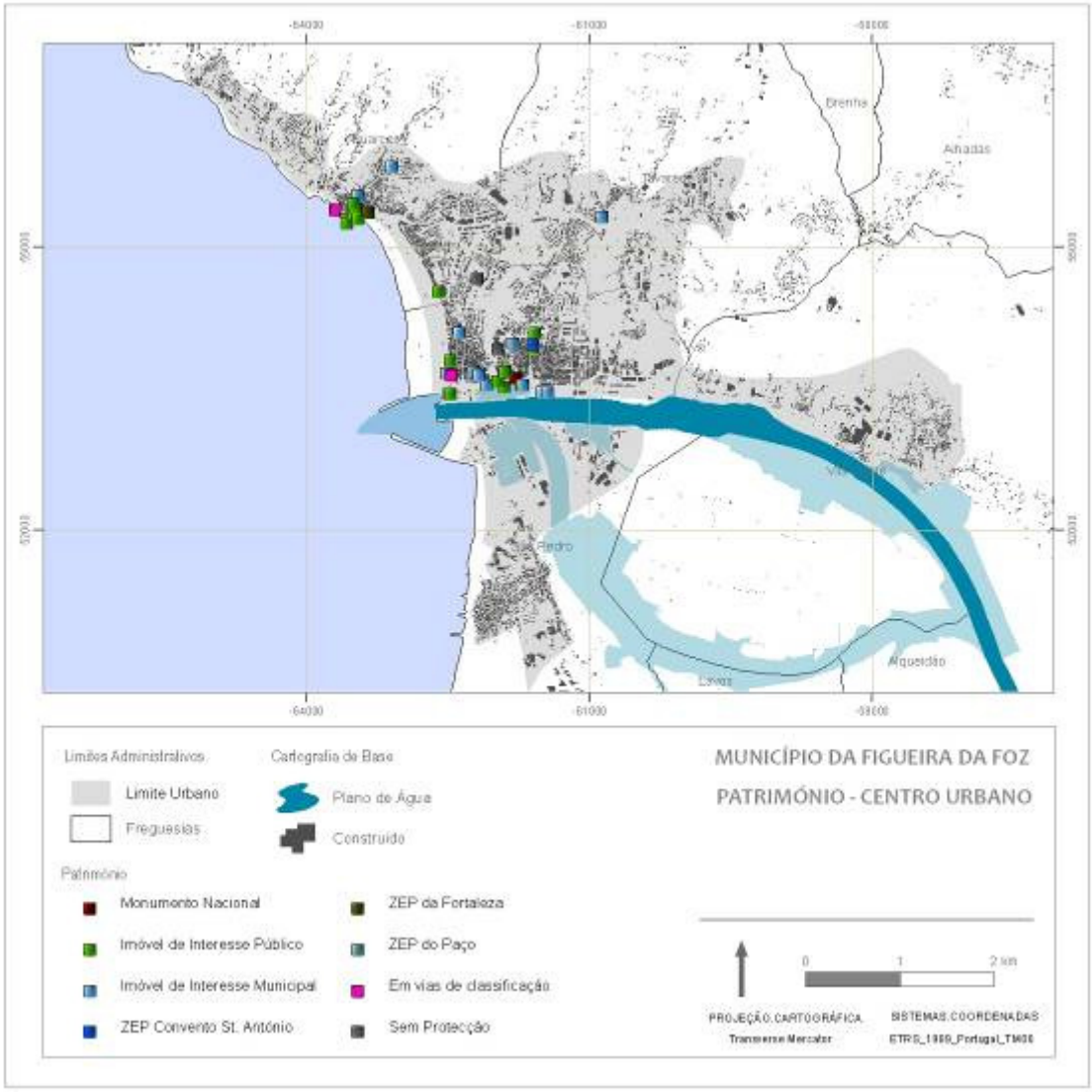


Figura 49 - Património cultural | zona urbana.

Quadro 40 - Elementos patrimoniais classificados ou em vias de classificação.

Tipologia	Designação	Categoria	Localização
Monumentos Nacionais	Monumentos da Serra da Brenha	Arqueologia / Núcleo de Povoamento	Quiaios
	Pelourinho da Figueira da Foz	Arquitectura Civil / Pelourinho	São Julião
Imóveis de Interesse Público	Mosteiro de Santa Maria de Seiça	Arquitectura Religiosa / Mosteiro	Paião
	Grande Hotel e Piscinas	Arquitectura Civil / Hotel	São Julião
	Paço de Maiorca (ZEP)	Arquitectura Civil / Paço	Maiorca
	Fortaleza de Buarcos (ZEP)	Arquitectura Militar / Fortaleza	Buarcos
	Fortim dos Palheiros	Arquitectura Militar / Fortim	Buarcos
	Igreja da Misericórdia de Buarcos	Arquitectura Religiosa / Igreja	Buarcos
	Pelourinho de Buarcos (ZEP)	Arquitectura Civil / Pelourinho	Buarcos
	Pelourinho de Redondos	Arquitectura Civil / Pelourinho	Buarcos
	Capela de Nossa Senhora da Conceição	Arquitectura Religiosa / Capela	Buarcos
	Castro de Santa Eulália (ZEP)	Arqueologia / Povoado Fortificado	Ferreira-a-Nova
	Forte de Santa Catarina	Arquitectura Militar / Forte	São Julião
	Igreja do Convento de Santo António	Arquitectura Religiosa / Igreja	São Julião
	Capela de Santa Catarina	Arquitectura Religiosa / Capela	São Julião
	Casa do Paço (ZEP)	Arquitectura Civil / Casa	São Julião
	Cruzeiro de pedra	Arquitectura Religiosa / Cruzeiro	São Julião
	Capela de N. Sra de Ceiça/Seiça	Arquitectura Religiosa / Capela	Marinha das Ondas
	Teatro da Trindade (ZEP)	Arquitectura Civil / Teatro	Buarcos
Imóveis de Interesse Municipal	Torre de Redondos/Castelo de Redondos	Arquitectura Militar / Torre	Buarcos
	Casino Oceano	Arquitectura Civil / Casino	São Julião
	Solar de Tavarede	Arquitectura Civil / Paço	Tavarede
	Capela de N. Sra da Encarnação	Arquitectura Religiosa / Capela	Buarcos
	Centro de Diversões	Arquitectura Civil / Centro Recreativo	São Julião
	Edifício da Alfândega	Arquitectura Civil / Alfândega	São Julião
	Edifício da Assembleia Figueirense	Arquitectura Civil / Edifício	São Julião
	Edifício dos Paços do Concelho	Arquitectura Civil / Paço	São Julião
	Farol do Cabo Mondego	Arquitectura Civil / Farol	Buarcos
	Igreja Paroquial de Brenha	Arquitectura Religiosa / Igreja	Brenha
	Igreja Paroquial de Quiaios	Arquitectura Religiosa / Igreja	Quiaios
	Mercado Municipal Eng.º Silva	Arquitectura Civil / Mercado	São Julião
	Palácio Conselheiro Branco	Arquitectura Civil / Palácio	Maiorca
	Ponte da Cerca sobre o ribeiro de Ceiça	Arquitectura Civil / Ponte	Paião
	Quinta das Olaias	Arquitectura Civil / Quinta	São Julião
	Torre do Relógio	Arquitectura Civil / Torre	São Julião
	Coliseu Figueirense		São Julião
	Casa da Renda		Alhadas
	Complexo Molinológico de Moinhos da		Moinhos da Gândara
Imóveis em vias de classificação	Casa da Quinta ou Paços da Baía (IVC de IIP)	Arquitectura Civil / Quinta	Maiorca
	Igreja de S. Pedro de Buarcos (IVC de IIP)	Arquitectura Religiosa / Igreja	Buarcos

Fonte: http://www.igespar.pt

Do ponto de vista cultural, não pode deixar de ser referido o peso que o "**Casino da Figueira**" tem no panorama do concelho, tratando-se do mais antigo casino de toda a Península Ibérica. Além dos inúmeros espaços de jogo, será de destacar o Salão Nobre (*Salão Caffé*) dotado de um teto centenário com frescos e onde se realizam inúmeros espectáculos de música e dança (nacionais e internacionais), e se pode assistir a

outro tipo de eventos, tais como seminários, conferências, reuniões, lançamentos de produtos, aniversários, entre outros.

Nas freguesias, é de salientar o Complexo Molinológico de Moinhos das Gândaras, onde já se promovem atividades, como o assinalar dos Dia dos Monumentos e Sítios e a Casa do Pescador em S. Pedro e a Casa Típica de Lavos.

Como propósito de acção serve-nos a perspectiva de que a Cultura constitui um veículo indispensável à valorização do ser humano, potenciando saberes e competências e que é, igualmente, uma alavanca de educação e intervenção cívica.

Os princípios que norteiam a política cultural do Município devem assumir-se como ideias rigorosas que presidem à acção das entidades a quem cabe coordenar e agir.

A projecção das cidades como espaços de riqueza natural constitui, hoje, só por si, uma manifesta insuficiência da sua identidade e retira-lhes competitividade quando confrontadas com outras que fazem do seu património histórico e dos eventos culturais que prosseguem uma **marca indelével. A Figueira da Foz necessita assim de continuar a sua afirmação como uma CIDADE DE CULTURA, de referência nacional e até com projecção internacional.**

Por outro lado, o património cultural assume-se como factor de riqueza e atractividade. Não só o património histórico construído mas também o acervo da história e da memória, das personalidades e das ideias e, obviamente, dos eventos produzidos sob a marca da cidade. A preservação deste património é importante mas, importante é, também, a sua disponibilização e ampla divulgação.

"Na Figueira da Foz o associativismo engrandeceu-se pelo número de associações que se formaram a partir da primeira metade do século XIX. O concelho tem, hoje, associações centenárias, a par de outras que estão ainda na sua infância. Ambas preenchem um espaço comunitário insubstituível: instruem, formam, criam momentos de lazer e incitam ao convívio, ao mesmo tempo que preservam hábitos e tradições próprios da nossa identidade" (Gomes, 2010).

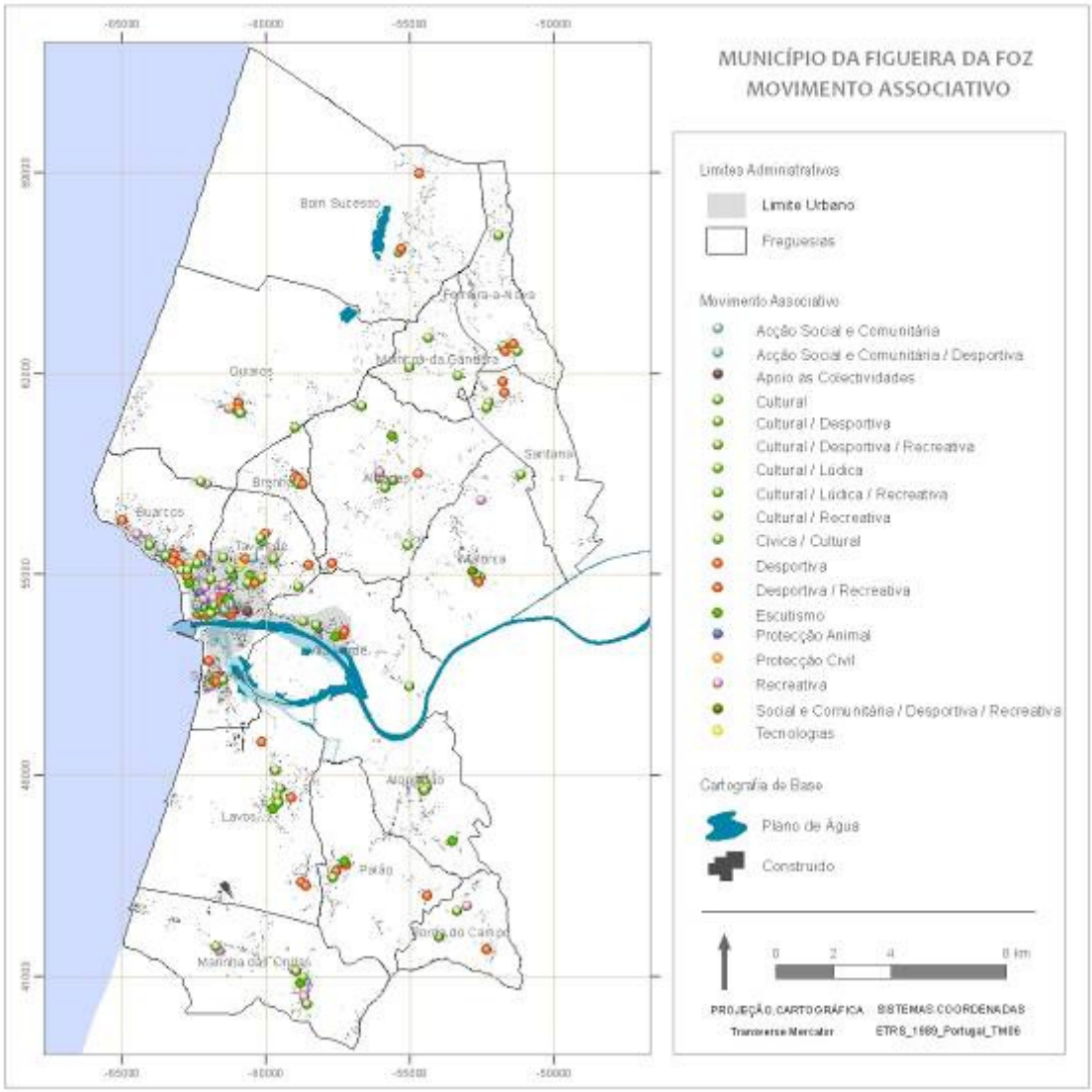
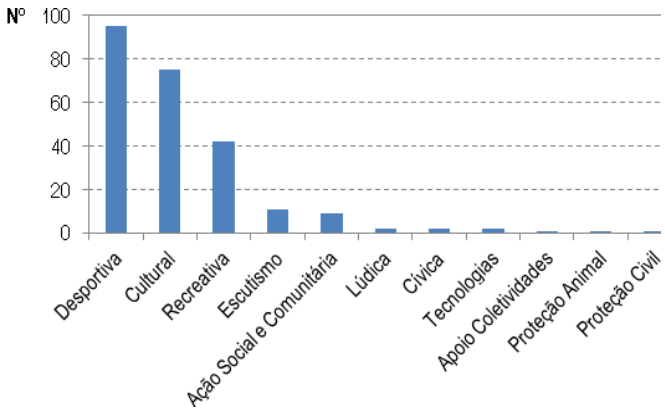


Figura 50 - Movimento associativo.



Fonte: Adaptado de Gomes (2010).

Figura 51 - Distribuição das associações por tipologia.

Em suma, o concelho da Figueira da Foz vê a sua componente associativa expressa essencialmente em associações de cariz desportivo, cultural e, num terceiro patamar, recreativo, destacando-se as freguesias da zona urbana com maior concentração e diversidade de oferta.

A formação e a educação para a cultura merecem uma perspectiva de acção integrada entre os vários agentes: escolas, colectividades, clubes, bibliotecas, arquivo, museu. Nesta matéria, a eficiência deve passar justamente pela concertação complementar e integradora das intervenções, desde a fase de planeamento à fase de execução/implementação, o que muito contribui a existência de um Serviço Educativo Integrado. A existência de um equipamento como o Centro de Artes pressupõe, necessariamente, a existência de uma escola artística que vise, não só a educação ao nível das diferentes áreas da criação, mas também a educação de públicos.

Propugna-se pela totalização da intervenção cultural, a qual consiste em introduzir em todas as dimensões de intervenção na polis um conteúdo cultural. Desde a organização do território à intervenção urbana, dos espaços de lazer à decoração citadina, da intervenção ambiental aos vários planos da intervenção social (planeamento, urbanismo, ambiente).

No acordo de parceria 2020 conclui-se que "Portugal apresenta níveis de indicadores de inovação, inclusão e sustentabilidade aquém dos níveis de output esperados. É possível identificar uma correlação forte entre os indicadores culturais e vários dos indicadores de inovação e inclusão". Ali se refere que "a cultura não deev ser negligenciada pelos decisores políticos, podendo ter um contributo importante na persecução dos objectivos traçados". Em suma, o que no documento se ressalta é a clara influencia entre os fatores culturais é a promoção do emprego e a mobilidade dos trabalhadores, sobre o empreendorismo, o capital humano, a performance empresarial e o comércio internacional. Esta influência torna-se muito mais pertinente ao analisar os respetivos indicadores relativos aos jovens. No acordo, citam-se exemplos a seguir e que se prendem com: a criação de novos espaços culturais, a utilização da cultura para apoiar segmentos vulneráveis da população, o investimento no capital humano do setor cultural, o fomento da auto-sustentabilidade das organizações, a renovação do património cultural e a promoção do ensino das artes.

3.5.1.2 CULTURA – ANÁLISE SWOT

Quadro 41 - SWOT | Cultura

Pontos Fracos	Pontos Fortes
– Pouca divulgação do património existente em roteiros turísticos a nível local e regional; – Pouca iluminação nos monumentos e área envolvente; – Insuficiente sinalização e informação; – Mau estado de conservação de algum património arquitetónico; – Fraco aproveitamento do potencial turístico oferecido pelo património histórico edificado do concelho; – Poucos percursos turísticos que concedam uma visão alargada da história do concelho e da região.	– Oferta de qualidade em termos de equipamentos culturais, nomeadamente na zona urbana; – Existência de um equipamento – CAE – que assume caraterísticas de oferta regional; – Programa cultural autárquico de qualidade; – Presença de um significativo número de imóveis classificados pelo IGESPAR com dois Monumentos Nacionais (Pelourinho da Figueira da Foz e Dólmen das Carniçosas), 21 Imóveis de Interesse Público, 19 Imóveis de Interesse municipal e 4 Imóveis em vias de classificação; – Importância dos valores arqueológicos presentes no concelho (ex. Monumentos da Serra da Brenha). – A existência de rotas e circuitos de valor patrimonial quer na vertente cultural quer na vertente natural (Ex: Rota Arte Nova, Percurso Jorge de Sena, Rota dos Arrozais, Rota das Salinas).
Ameaças	**Potencialidades**
– Pouco interesse da população local para visitar e preservar os espaços patrimoniais do concelho; – Degradação de alguns edifícios patrimoniais; – Inexistência de uma estratégia concertada que integre o património edificado nos roteiros turísticos a nível local e regional; – As dificuldades económicas que assolam o país e a autarquia, e que por norma colocam a cultura como uma das áreas preteridas em termos de investimento; – Dificuldade de articulação na oferta cultural entre a autarquia e alguns dos agentes culturais do concelho.	– Massa critica que em termos de oferta e de procura culturais se apresenta como de potencialidade elevada, em particular na sua zona urbana; – Rede de equipamentos capaz de possibilitar uma oferta cultural muito variada; – Existência de alguns elementos com elevado valor cultural; – Elaboração da Carta de Património que deverá integrar todos os elementos patrimoniais e respetivas medidas de proteção e salvaguarda no âmbito do novo regulamento do PDM; – Crescente preocupação da autarquia com a preservação do património edificado do concelho; – Proximidade a Coimbra, cidade com um valioso e singular património histórico e cultural, com relevância nacional e internacional, observando lógicas de potencialização dos recursos.

3.5.1.3 CULTURA – EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Eixos Estratégicos	Acções
16.1 Projectar a Figueira da Foz como cidade de Cultura e de Criatividade	16.1.1. Projectar a cidade associando-a à cultura significa transferir para o exterior a imagem de um espaço de produção e de apresentação de eventos culturais de referencia, isto é, dotados de genuinidade e identidade que lhes garanta serem singulares no panorama regional, nacional e internacional. Da mesma forma significa assumir a cidade como uma marca (cultural) capaz de ser trabalhada num contexto de marketing das cidades. 16.1.2.Cultivar "embaixadores" (Estruturas residentes e colectividades que desenvolvam actividades com qualidade); 16.1.3.Produzir, ao invés de comprar de forma avulsa e criando parcerias. Entrar em redes de cultura, co-produzir com entidades culturais externas, associar a Figueira da Foz aos nomes que já têm projecção nacional; 16.1.4 Promover programas de férias / estágios / residências culturais de referência; 16.1.5 "Vender" produtos culturais (Exposições, Catálogos) e intercambiar; 16.1.6 Sedimentar a realização da bienal "Criativa", como evento de referência em termos culturais e de criatividade da Figueira da Foz e sub-região, bem como outros eventos similares; 16.1.7 Criar incubadoras de organismos culturais disponibilizando para o efeito vários edifícios municipais, tais como, o CAE, o "Sitio das Artes", a Quinta das Olaias, entre outros, incentivando a economia cultural da região. 16.1.8 Apoiar a realização de festivais de artes (cinema, escritura, pintura, publicidade, etc) em parceria com outras entidades privadas e associativas.
16.2 Preservar e divulgar o património cultural	16.2.1 Intervir no património edificado começando pelo seu levantamento e inventariação, onde se apure do seu estado de conservação e das necessidades a prover, bem como uma definição de prioridades de investimento, dando prioridade aos que estão mais degradados (Forte de Santa Catarina, Casa do Paço, Convento de Seiça, Casa da Quinta das Olaias, Casa Conselheiro Branco, etc). Necessariamente torna-se necessário proceder à procura de fontes de financiamento, entre elas os programas de apoio de origem europeia ou governamental. 16.2.2 Incentivar a recuperação e valorização do património particular de Arte Nova e Arte Déco que caracterizam algumas zonas da Figueira da Foz, tais como o Bairro Novo, através de programas de reabilitação Urbana (ARU's). 16.2.3 Criação/manutenção e dinamização de roteiros culturais temáticos e gerais dos principais espaços patrimoniais construídos bem como a sua integração no contexto regional. 16.2.4 Lançamento de um protocolo de colaboração com a Universidade Sénior que passe pela criação de uma disciplina do curriculum desta instituição designada "Património Local" e pela constituição de uma equipa de intervenção. 16.2.5 Identificação pelos serviços de planeamento de fontes de financiamento a este tipo de acções. 16.2.6 Identificar o património com placas informativas bilingues e criar um sistema de sinalização de todo o concelho para o património, em consonância com outros concelhos da região (imagem única).
16.3 Promover/formar/educar para a cultura, numa perspectiva de igualdade de acesso ao usufruto dos bens culturais;	16.3.1 A promoção da formação/educação para a cultura envolve diferentes actores, mas dois são de referência: as escolas e as colectividades. Torna-se necessário desenvolver actividades de envolvência com suficiente motivação para conquistar esses públicos. O sentido da formação passa pela qualidade e diversidade da oferta – só vendo, sentindo, experimentando na diversidade é possível educar. A utilização das novas tecnologias na divulgação do património histórico, arquitectónico, museológico e documental é imprescindível. 16.3.2. O Serviço Educativo dos diferentes serviços e equipamentos deve funcionar de forma integrada. 16.3.3. Divulgar o património junto de agentes potencialmente promotores – professores e formadores – através de sistemas de informação, cursos, guias, percursos), hotéis, restaurantes e bares; 16.3.4 Apoiar e promover a edição e re-edição de obras de preferência usando parcerias; 16.3.5 Praticar preços acessíveis aos diferentes bens culturais e uma política de descontos incentivadora da frequência dos eventos e dos espaços culturais; 16.3.6 Promover o ensino de conteúdos locais (Curso livre de história local, Carta do Património, livro de História do Concelho, Projecto Educativo Local); 16.3.7 Formar públicos; lançamento de obras do acervo municipal e não só. Museus – dar a conhecer a forma de funcionamento e as suas reservas; retirar o Museu ao seu espaço e levá-lo ao exterior; Utilizar o espaço do museu para actividades de cariz cultural: música no museu, poesia; CAE – dar a conhecer o equipamento, utilizar a Escola de Artes, promover sessões pedagógicas – música, cinema, teatro; acções de formação/produção integradas nas Jornadas de Teatro Amador. 16.3.8 Promover uma Feira do Livro com animação adequada e em espaço condigno ou um evento que envolva artes literárias e surja como evento principal. 16.3.9 Disponibilizar, no âmbito da utilização das novas tecnologias, material cultural, tratamento, digitalização e informatização dos elementos essenciais do património local.

16.4 Totalizar a intervenção cultural;	16.4.1 Deve ser encarada a intervenção cultural como uma actividade total, numa perspectiva integradora dos diferentes domínios da polis. Nesta matéria, a cultura possui a qualidade de ser transversal a outros domínios como o urbanismo, o ambiente, a educação. Torna-se assim necessário em cada acção, pensar a sua transversalidade, utilizando a cultura de uma forma instrumental, "ponte" indispensável a colmatar interstícios entre as várias dimensões da cidade. Um exemplo acabado é o que se faz no NMSal com exposições, a recriação de tarefas tradicionais e folclore. 16.4.2. Imprimir uma marca cultural nas várias dimensões da polis (Turismo, Urbanismo), procurando que todas as intervenções tenham uma dimensão cultural (é o caso de um evento cultural que decorra no bairro novo e promova a sensibilização para o património de Arte Nova existente ao mesmo tempo que se faz educação ambiental (roteiro Jorge de Sena)- boas práticas cívicas de limpeza ou para a saúde -sendo uma zona de bares pode apelar-se ao consumo moderado de álcool). Exemplos como a "Feira de Produtos Biológicos" que junta, produtores, comerciantes, músicos, pintores, artesãos; como a Feira do Livro que junta os comerciantes locais, pintores, músicos (colectividades), escritores, editores
16.5 Agir de forma articulada;	16.5.1 Impõem-se a necessidade de intervenção articulada das diferentes estruturas e agentes culturais, protegendo a sua autonomia, mas apelando ao planeamento conjunto de actividades. Torna-se necessário encontrar "pontes" que façam a ligação das diferentes formas de estar e intervir dos agentes, privilegiando a utilização complementar dos seus espaços. 16.5.2 Promover actividades que favoreçam a intervenção articulada das diferentes estruturas e agentes (colectividades, biblioteca, Museu, escolas, CAE, Conservatório, Sítio das Artes) – São exemplos os projectos-piloto: "BD nas colectividades e escolas" / "exposições multi-espaços que se complementam /MIMA", encerramento do ano lectivo no CAE com concerto de "Bandas Jovens", Ciclos de cinema promovido pelas escolas; Visitas de professores aos equipamentos; edições em parceria – Miguel Carvalho/CMFF; 3DJAZZ com o Tubo de Ensaio, CRIATIVA com várias associações.

BIBLIOGRAFIA

Cordeiro, A. M. Rochette (2014); Vaz, João Miguel. **Agenda 21 Local Município da Figueira - Vector Ambiente**. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coord.), Figueira da Foz.

Cordeiro, A. M. Rochette (2013); Gama, Rui. **População e Projecções Demográficas a 2031 da Figueira da Foz.** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coord.), Figueira da Foz.

Cordeiro, A. M. Rochette (2011). **Plano de Valorização Turística da Ilha da Morraceira.** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coord.), Figueira da Foz.

Cordeiro, A. M. Rochette (2006). **Carta Educativa – Figueira da Foz.** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coord.), Figueira da Foz.

Avraham, Eli; Ketter, Eran (2008). **Media strategies for marketing places in crisis; Butterworth-Heinemann**; Elsevier; Amsterdam.

Azevedo, António; Magalhães, Duarte; Pereira, Joaquim (2010). **City Marketing. My place in XXI***;* Vida Económica Editorial; Porto.

Bernardo, José, **O Movimento Associativo na Figueira da Foz**, ed. municipal, 2010.

Bernardo, José, **Inquérito às Colectividades**, ed. municipal, 2014.

CIRIEC (2007).**The Social Economy in the European Union.** Comité Económico e Social Europeu. CIRIEC: Liège

Cordeiro, A. M. Rochette (2012). **Plano de Desenvolvimento dos Desportos Náuticos e Aventura**, Atlas Desportivo Municipal do Município da Figueira da Foz. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coord.), Figueira da Foz.

Cordeiro, A.M. Rochette, Ganho, Nuno e Marques, David. (2012). **O Clima urbano da Figueira da Foz. Orientações climáticas para o ordenamento do território.** Atlas Ambiental Urbano da Figueira da Foz, Vol. III, FLUC, Coimbra.

Cordeiro, A.M., Alcoforado, Luís e Ferreira, António Gomes (2011/12). **Projeto Educativo Local. Um Processo Associado a Estratégias de Desenvolvimento Integrado e Sustentável.** Cadernos de Geografia. DG-FLUC, 30-31, 313-324.

Feldman, M. e Stewart, I. (2006). ***Knowledge Transfer and Innovation: A Review of the Policy Literature*, Ontario Ministry of Research and Innovation**, Toronto.

Ferreira, António Fonseca (2007). **Gestão estratégica de cidades e regiões**; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa.

Food and Agriculture Organizations of the United Nations (2012). **The state of food and agriculture**, FAO, Italy.

Kavaratzis, Mihalis; Ashworth, Gregory J. (2005). **City branding: an effective assertion of identity or a transitory marketing trick?**. Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie, Vol. 96, 5, pp. 506–514.

Kotler, Philip; Haider, Donald and Rein, Irving (1993). **Marketing places**; Free Press; New York.

Lundvall, B. e Johnson, B. (1994), **The Learning Economy**, *Journal of Industry Studies*, 1(2), pp. 23-42.

OCDE (2005), Oslo Manual. **Guidelines for Collecting and Interpreting Innovation Data**, OCDE, Paris.

Paredes, Liliana, Cordeiro, A. M. Rochette e Marques, David – **O vetor ambiente em projetos estratégicos: da educação e formação ao desenvolvimento sustentado em lógicas de competitividade territorial**. Atas do 19º Congresso da APDR, Políticas de Base Regional e Recuperação Económica. Universidade do Minho. Braga.

Rainisto, Seppo (2003). ***Success factors of place marketing: a study of place marketing practices in Northern Europe and the United States***; Doctoral Dissertation; Helsinki University of Technology.

Richards, G. and Wilson, J. (2007**) The Creative Turn in Regeneration: Creative Spaces, Spectacles and Tourism in Cities**. In Smith, M. (ed.) Tourism, Culture and Regeneration, Wallingford: CABI, pp. 12-24.

Santos, F. (2013). ***Alterações Globais – os desafios e os riscos presentes e futuro***. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Santos, J.L. (2003). **Agricultura e ambiente: papel da tecnologia e das políticas públicas. O Futuro da Alimentação: Ambiente, Saúde, Economia**. Fundação Calouste Gulbenkian (2013).

Sotarauta, M., (2004). **Strategy Development in Learning Cities. From Classical Rhetoric towards Dynamic Capabilities**. Sente Working papers, 8.